

CADERNO DE EMENDAS AO TEXTO BASE



Ministério da
Pesca e Aquicultura



3^a CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

**CONSOLIDAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA E PESCA.**

Ministério da Pesca e Aquicultura

Esplanada dos Ministérios – Bloco D – CEP: 70043-900 – Brasília-DF
Telefone: (61) 3218-3816 – Fax: (61) 3218-3816
comunicacao@seap.gov.br - www.presidencia.gov.br/seap

Brasília-DF, de 30 de setembro a 2 de outubro de 2009

APRESENTAÇÃO

A 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca acontece num momento histórico para homens e mulheres que fazem da atividade pesqueira e aquícola a esperança de seu bem viver. Este período de preparação e realização da 3ª Conferência foi fortemente marcada pela transformação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

A construção desta caminhada tem um belo histórico, foi sendo alinhavada desde a 1ª Conferência onde se sentiu a necessidade de discutir a “Construção de uma nova Política para o Setor” iniciando o resgate de dívida do governo federal para com a pesca e aquicultura no Brasil. Foi avançando mais a partir da decisão em colocar em discussão na 2ª Conferência o tema “O Desenvolvimento Sustentável para a Aquicultura e Pesca no Brasil” para qual foram apontados temas que definiram as ações de médio e longo prazo do setor, mapeando os cenários de dificuldades e potencialidades existentes.

Chegamos até a 3ª Conferência com uma forte construção coletiva entre governo e setor.

O diálogo permanente entre governo e sociedade, tendo o CONAPE como protagonista, foi permeado por reflexões profundas, fazendo com que definíssemos que era necessário ir além, ousar mais, garantir de fato e direito os avanços conquistados.

A determinação de colocar em discussão o tema “Consolidação de uma política de Estado para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca” traz o desafio para o setor e governo em apontar os eixos, diretrizes e ações para este novo momento.

Neste processo foram realizadas 26 Conferências Estaduais e a do Distrito Federal com o compromisso e a participação responsável de mais de 30 mil homens e mulheres, protagonistas e propositores, desta grande construção de políticas pesqueiras e aquícolas sustentáveis para o Brasil.

Foram mandatados 2 mil delegados: pescadores, pescadoras, aquicultores, aquicultoras, armadores e empresários, da indústria e integrantes da cadeia produtiva, governos e entidades; para em Brasília, centro político e de decisão do Brasil, refletirem e consolidarem os caminhos que o setor precisa trilhar.

Para qualificação do documento foram apresentadas pelos participantes estaduais 1041 emendas ao texto base.

A reflexão e o diálogo permearam as conferências nos estados. A visão que este é o caminho para superarmos os obstáculos históricos do setor foi referendada pelos participantes.

Este caderno apresenta o texto base e as emendas aprovadas. A equipe de sistematização trabalhou as emendas, analisando-as, uma a uma, agrupando por assuntos e lançadas ao texto base que está numerado por parágrafo e identificado através de caixas em destaque. As questões de âmbito estadual e municipal foram analisadas e estão sendo encaminhadas aos respectivos responsáveis, bem como, as emendas que apresentaram temas de competência exclusiva de outros órgãos da União serão para eles encaminhadas com o devido endosso do MPA.

Chegamos até aqui porque tivemos a garra e a capacidade de definir objetivos comuns. Definir estrategicamente as metas e caminhos a seguir.

O papel agora, dos delegados e delegadas desta 3ª Conferência, é de ousar mais, ir mais longe, apostar na capacidade que o setor pesqueiro e aquícola tem de ser um protagonista no Desenvolvimento Social, Econômico e Sustentável do Brasil.

Que os debates e as reflexões desta 3ª Conferência sejam o marco definitivo para a Consolidação da Política de Estado para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca no Brasil.

Dirceu Silva Lopes

Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura

Coordenador Geral da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

Ministro do Ministério da Pesca e Aquicultura
Altemir Gregolin

Secretário Executivo
Dirceu Silva Lopes

Chefe de Gabinete
Cleberson Carneiro Zavaski

Subsecretário de Planejamento da Aquicultura e Pesca
José Claudenor Vermoblen

Subsecretário de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca
Karim Bacha

Coordenação da 3ª Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca:
Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE

Coordenador Geral
Dirceu Silva Lopes

Antônio Moreira - Confederação Nacional dos Trabalhos em Transportes Aquaviários e Aéreo, na Pesca e nos Portos – CONTTMAF
Augusto José Nogueira - Federação das Associações dos Engenheiros de Pesca do Brasil - FAEP-BR
Cleberson Zavaski - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
Fernando Ferreira - Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura - CONEPE,
Ivo da Silva - Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA
Ormeiza Barbosa - Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP
Roberto Gallucci - Ministério do Meio Ambiente
Sheila Oliveira - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
Tarcisio Oliveira - Ministério da Defesa
Weber de Avelar Silva - Secretaria Geral da Presidência da República
Suplentes:
André Luiz Scarano - Associação Nacional de Piscicultura em Águas Públicas
Josefa Ferreira da Silva - Articulação Nacional das Pescadoras
Manoel Vital - Ministério de Desenvolvimento Agrário
Márcio Alves Borges - Ministério do Trabalho e Emprego

Coordenação da SEAP para a 3ª Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca:

Comissão Organizadora - Cleberson Zavaski e Sheila Oliveira
Infraestrutura e Logística - Eloy Araújo e Antonio Chrisostomo
Acompanhamento nos Estados - Altemir Viana
Programação Nacional - Kenneth Fleming
Comunicação e Imprensa - Mariangela Souza e Mauricio Athayde
Relatoria e Sistematização - Leonardo Tortoriello Messias, Roseli Bueno
Publicação - Mariana Marques Ferreira

Equipe de Sistematização:

Roseli Bueno de Andrade – Coordenadora
Cláudia Ramos Zagaglia
Felipe Moraes Santos
Felipe Suplicy
Joyce Paula Barbosa
Marco
Rodrigo Roubach
Rodrigo Sant'ana

SUMÁRIO:

Contextualização	
Cenário da pesca e aquicultura no mundo e no Brasil (par 1 a 19)	6
As políticas dos governos no Brasil para a pesca e aquicultura (par. 20 a 29)	12
A participação do setor produtivo na construção e gestão das políticas de pesca e aquicultura (par. 31 a 42)	14
Potencial do Brasil (par. 43 e 44)	17
Perspectivas para o desenvolvimento da pesca artesanal (par. 45 a 57)	18
Perspectivas para o desenvolvimento da pesca industrial (par. 58 a 68)	24
Perspectivas para o desenvolvimento da aquicultura (par. 69 a 76)	28
Consolidação de uma política de Estado para a pesca e aquicultura (par.79 a 82)	32
Os recursos pesqueiros como bem de uso comum – desafio para a tomada de decisões (par. 83 a 87)	34
Fortalecimento institucional – o papel do Estado (par.88 a 95)	36
Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura (par. 96 a 100)	39
Inclusão Social (par. 101 a 106)	40
Estruturação da Cadeia Produtiva (par. 107 a 114)	43
Fortalecimento do Mercado Interno (par. 115 a 124)	46
Sustentabilidade Ambiental (par. 125 a 145)	50
Abordagem Territorial (par. 146 a 152)	57
Segurança e Soberania Alimentar (par. 153 a 156)	58
O papel dos Estados e Municípios (par. 157 a 161)	60
Política Internacional (par. 162 a 166)	61
Efetivação das Políticas – Avanços e Limites	
Estatística Pesqueira e Aquícola (par. 167 a 171)	62
Ordenamento dos Recursos Pesqueiros (par. 172 a 181)	64
Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (par. 182 a 186) .	67
Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (par. 187 a 190)	69
Formação Profissional (par. 191 a 194)	71
Políticas de Crédito (par. 195 a 200)	73
Subvenção Econômica ao preço do óleo Diesel (par. 201 a 203)	76
Comercialização (par. 204 a 206)	77
Infraestrutura e Equipamentos (par. 201 a 215)	78
Aquicultura (par. 216 a 220)	81

CENÁRIO DA PESCA E AQUICULTURA NO MUNDO E NO BRASIL

1. A partir de 1994, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar reformulou os conceitos de ocupação dos espaços marítimos. O Brasil ampliou seus direitos exclusivos de soberania para exploração, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, incorporando a Zona Econômica Exclusiva. A utilização dos recursos vivos – de grande importância para alimentação humana e potencial biotecnológico, passível de uso sustentável e legado às gerações futuras, exige além do conhecimento de seus potenciais, o estabelecimento de limites para sua exploração.

Proposta de Síntese

A partir de 1994, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar reformulou os conceitos de ocupação dos espaços marítimos. O Brasil ampliou seus direitos exclusivos de soberania para exploração, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, incorporando a Zona Econômica Exclusiva. A utilização dos recursos vivos – de grande importância para alimentação humana e potencial biotecnológico, passível de uso sustentável e legado às gerações futuras, exige além do conhecimento de seus potenciais, o estabelecimento de limites para sua exploração. **Para isso é importante a implementação de programas de pesquisas a fim de embasar as medidas de ordenamento para os principais recursos pesqueiros, respeitando os resultados encontrados pelos cientistas locais e levando-se em conta as regionalidades dentro de cada Estado.**

RJ

2. Ao longo dos tempos, a lógica produtivista baseada na crença de inesgotabilidade dos recursos dos oceanos e mares, subjacente ao desenvolvimento acelerado na zona costeira, vem acentuando a crise da atividade pesqueira em todo mundo.

Proposta de Síntese

Ao longo dos tempos, **a crença de que os recursos dos rios, lagos, oceanos e mares eram inesgotáveis, junto com o desenvolvimento acelerado na zona costeira vem acentuando a crise da atividade pesqueira em todo mundo. Portanto, é importante a implementação de um sistema de controle, fiscalização e inspeção das atividades pesqueiras, de forma integrada, eficiente e eficaz, com disponibilização de recursos específicos, promovendo a participação da polícia ambiental no exercício da fiscalização, e promovendo a capacitação dos fiscais com relação ao modo de abordagem dos pescadores(as) e das normas específicas para cada tipo de atividade pesqueira.**

GO, RJ

3. Segundo o Programa REVIZEE, o Brasil já apresenta em relação aos recursos vivos marinhos, especialmente os recursos pesqueiros, um histórico de sobrepesca, de atividade predatória e insuficiência na gestão e fiscalização dos principais estoques o que traz uma série de implicações de ordem econômica, social e ambiental

4. Na dimensão social, o segmento mais afetado é o da pesca artesanal. O diagnóstico da pesca artesanal no Brasil realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), em 2004, revela que os mecanismos sócio-institucionais que governam o acesso de pescadores aos recursos pesqueiros exercem um papel crítico no desenvolvimento deste segmento social. Entre as muitas

consequências ambientais da sobrepesca podemos citar: a redução na captura de pesca, a excessiva captura não intencional de espécies indesejadas e daquelas de menor tamanho ou protegidas, as alterações nos ecossistemas e a perda de biodiversidade.

Proposta de Síntese

Na dimensão social, o segmento mais afetado é o da pesca artesanal. O diagnóstico da pesca artesanal no Brasil realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), em 2004, revelou que os mecanismos que orientam o acesso de pescadores aos recursos pesqueiros exercem um papel crítico no desenvolvimento deste segmento social. Entre as muitas consequências ambientais da sobrepesca podemos citar: a redução na captura de pescado, a excessiva captura não intencional de espécies indesejadas, de menor tamanho ou protegidas; as alterações nos ecossistemas; e, a perda da diversidade de espécies aquáticas (biodiversidade). **É preciso aumentar o conhecimento do comprometimento dos estoques pesqueiros devido à perda de habitats provocada por atividades diversas para incluir tais atividades no foco da gestão sustentável da pesca.**

BA

5. As pescarias artesanais são frequentemente muito mais complexas, utilizam várias artes de pesca, capturam várias espécies que em geral são pouco abundantes, demandam um conhecimento tradicional refinado, apresentam sistemas de apropriação social de espaços naturais (territórios), inúmeros pontos de desembarque e diversas cadeias produtivas, incluindo processos de socialização do pescado. Exatamente por estas características, a pesca artesanal se apresenta mais resistente frente a perturbações e variabilidades de ordem natural ao longo do tempo.

Proposta de Síntese

As pescarias artesanais utilizam várias artes de pesca, **dependendo da região**, capturam várias espécies que em geral são pouco abundantes ou **têm abundância sazonal**, demandam um conhecimento tradicional, apresentam sistemas de apropriação social de espaços naturais (territórios), têm inúmeros pontos de desembarque e diversas cadeias produtivas, incluindo processos de socialização do pescado. Exatamente por estas características, a pesca artesanal se apresenta mais resistente frente a perturbações e variabilidades de ordem natural ao longo do tempo.

RN, RS

6. No Brasil, ainda predomina a informalidade na atividade de pesca artesanal, com pouca tecnologia associada às diversas etapas da cadeia produtiva, existindo uma série de questões sociais, sanitárias e ambientais a serem superadas. Diante deste quadro, a cadeia produtiva se apresenta como uma chave analítica que, associada a outros aportes teóricos, parece ser capaz de captar esses diversos fenômenos. Embora não existam muitas pesquisas sobre a cadeia produtiva da pesca artesanal no país, está cada vez mais disponível um conjunto de teorias elaboradas para avaliar as atividades econômicas informais e que possuem outros atributos como solidariedade, beleza, sustentabilidade, que se distinguem das análises de outras atividades econômicas mais formais e de maior porte.

Proposta de Síntese

No Brasil, ainda predomina a informalidade na atividade de pesca artesanal, com pouca tecnologia associada às diversas etapas da cadeia produtiva, existindo uma série de questões sociais, sanitárias e ambientais a serem superadas. Diante deste quadro, a cadeia produtiva **associada a outros conhecimentos**, parece ser capaz de captar esses diversos fenômenos. Embora não existam muitas pesquisas **sistêmicas, levando a uma visão fragmentada** sobre as cadeias produtivas da pesca artesanal no país, está cada vez mais disponível um conjunto de informações para avaliar as atividades econômicas informais e que possuem outros atributos como solidariedade, beleza, sustentabilidade, que se distinguem das análises de outras atividades econômicas mais formais e de maior porte.

RN

7. O pescador artesanal exerce sua atividade de maneira individual ou em pequenos grupos e está sob o efeito de pressões econômicas que governam sua estratégia de pesca, selecionando os peixes de maior valor. Sua relação com o mercado é caracterizada pela presença de intermediários. A relação de trabalho parte de um processo baseado na unidade familiar ou no grupo de vizinhança e tem como fundamento o fato dos pescadores, ou parte deles, serem proprietários do seu meio de produção. Via de regra, o escoamento do pescado ocorre de maneira bastante informal, havendo perdas substanciais da produção ao longo do processo. O pescado oriundo da atividade artesanal abastece, principalmente, o mercado interno.

Proposta de Síntese

O pescador artesanal exerce sua atividade de maneira individual ou em pequenos grupos e está sob o efeito de pressões econômicas que governam sua estratégia de pesca, selecionando os peixes de maior valor. Sua relação com o mercado é caracterizada pela presença de intermediários. A relação de trabalho parte de um processo baseado na unidade familiar ou no grupo de vizinhança e tem como fundamento o fato dos pescadores, ou parte deles, serem proprietários do seu meio de produção, **sendo esta atividade, por isso, bastante inclusiva apesar da pouca visibilidade atribuída em especial às mulheres que são muito ativas em várias etapas**. Via de regra, o escoamento do pescado ocorre de maneira bastante informal, havendo perdas substanciais da produção ao longo do processo. O pescado oriundo da atividade artesanal abastece, principalmente, o mercado interno.

BA

8. A atividade de pesca industrial no país tem seguido os mesmos rumos apresentados pela atividade de pequena escala. Nas últimas décadas, a inexistência de políticas públicas específicas para regulação, amparo e manutenção da cadeia produtiva da pesca empresarial resultou em um esforço de pesca além da capacidade de recuperação dos estoques pesqueiros, além da defasagem tecnológica e estrutural dos pólos pesqueiros, embarcações, equipamentos, técnicas e profissionais relacionados à atividade. Esta situação é facilmente observada em determinadas regiões com tradição no segmento pesqueiro, que detêm uma infinidade de estruturas de recepção, processamento e comercialização inoperantes.

Proposta de Síntese

A atividade de pesca industrial no país tem seguido os mesmos rumos apresentados pela atividade

de pequena escala. Nas últimas décadas, a inexistência de políticas públicas específicas para regulação, amparo e manutenção da cadeia produtiva da pesca empresarial resultou em um esforço de pesca além da capacidade de recuperação dos estoques pesqueiros, **causando sobrepesca**, além da defasagem tecnológica e estrutural dos pólos pesqueiros, embarcações, equipamentos, técnicas e profissionais relacionados à atividade. Esta situação é facilmente observada em determinadas regiões com tradição no segmento pesqueiro, que detêm uma infinidade de estruturas de recepção, processamento e comercialização inoperantes. **Portanto, é necessário propor a criação de programas de financiamento específicos para o setor pesqueiro, a instalação de mais terminais pesqueiros nos principais centros produtores nos Estados, além de promover investimentos para o desenvolvimento de um parque industrial nacional.**

RJ, RS

9. Com a redução significativa dos recursos pesqueiros tradicionais, comumente utilizados para abastecer o mercado, a frota industrial estendeu suas áreas de operação, ocupando regiões que historicamente serviram de fonte para as comunidades tradicionais de pescadores. Esta busca desenfreada por volumes de produção sem priorizar o uso racional dos recursos pesqueiros gerou incoerências como o incremento da produção vinculado ao proporcional aumento do desperdício, os altos custos operacionais, a instabilidade do mercado e, ainda, o conflito de uso das áreas marinhas entre os próprios segmentos da pesca, além do turismo, navegação e a indústria do petróleo.

Proposta de Síntese

Com a redução significativa dos recursos pesqueiros tradicionais, utilizados para abastecer o mercado, a frota industrial **passou a ocupar regiões** que historicamente serviram de fonte para as comunidades tradicionais de pescadores. Esta busca desenfreada por volumes de produção sem priorizar o uso racional dos recursos pesqueiros gerou **problemas como o aumento** da produção vinculado a um aumento do desperdício, altos custos operacionais, a instabilidade do mercado e, ainda, o conflito de uso das áreas marinhas entre os próprios segmentos da pesca, além do turismo, navegação e a indústria do petróleo. **Para ser sustentável a gestão de uso das áreas pesqueiras deve incorporar princípios ecológicos e sistêmicos e suas externalidades econômicas.**

BA

10. O desenvolvimento da pesca oceânica no final da década de 1990, com a abertura do acesso a embarcações estrangeiras através da política de arrendamento não privilegiou o empresariado brasileiro. Os beneficiários desta prática foram os empresários de países com ampla tradição da atividade de pesca, porém, sem qualquer comprometimento com a consolidação da atividade pesqueira no Brasil.

11. O panorama almejado da pesca brasileira, baseado na exploração sustentável dos recursos pesqueiros, dentro das possibilidades do rendimento máximo sustentável, é que, para os recursos disponíveis, esteja atuando um esforço pesqueiro ótimo, do ponto de vista econômico e biológico, que garanta sustentabilidade. Assim, tornam-se prioritários os esforços para fortalecer as ações de ordenamento e conservação dos estoques pesqueiros tradicionalmente explorados, atualmente em situação de sobrexploração.

Propostas de Síntese

O futuro almejado da pesca brasileira, baseado na exploração sustentável dos recursos pesqueiros, requer para os recursos disponíveis, que se faça um esforço pesqueiro ótimo, do ponto de vista econômico e biológico, que garanta sustentabilidade. Nessa direção, **a redução das capturas acidentais de espécies ameaçadas tais como aves, tartarugas e mamíferos marinhos, assim como a preservação do ambiente marinho, através da redução da emissão de lixo, óleo e demais resíduos inorgânicos, garantem também o atendimento aos diversos acordos internacionais dos quais o Brasil é membro. Do mesmo modo atendem as tendências dos mercados consumidores internacionais que demandam cada vez mais produtos pesqueiros ambientalmente amigáveis.**

SP

Assim, tornam-se prioritários os esforços para fortalecer as ações de ordenamento e conservação dos estoques pesqueiros tradicionalmente explorados, principalmente os que se encontram sobrexplotados, **com atenção especial para a manutenção dos habitats que mantém tais estoques e para a recuperação daqueles perdidos ou degradados por outras atividades, com maior participação e fiscalização dos órgãos competentes nas atividades de pesca e aquicultura (embarcações, defeso, pescas proibidas - não somente na época do defeso, etc) e em outras atividades que afetam estas como o uso de agrotóxicos na agricultura, queimadas, assoreamento e retirada de matas ciliares, de preferência com o acompanhamento de profissionais para orientar os pescadores a seguir a legislação em vigor dando o apoio técnico necessário.**

BA

12. A abordagem da gestão compartilhada surgiu como uma ferramenta para integrar os modelos de manejo científico e comunitário, em uma estrutura de colaboração entre diferentes fontes de conhecimento, interesses, necessidades e papéis. Embora muitas iniciativas locais tenham sido desenvolvidas sem uma participação direta do poder público ou qualquer outra entidade externa, o contexto social atual demanda a integração de tais iniciativas a um modelo institucional mais abrangente, envolvendo diversos grupos de interesse.

13. A teoria de gestão compartilhada reconhece a importância do conhecimento científico e do conhecimento tradicional, e também que ambos são limitados e carecem de uma avaliação de sua importância, necessitando de outras estratégias, especialmente relacionadas com o entendimento de que o acesso e controle de uso vão além da definição de sistemas de propriedades.

Proposta de Síntese

A teoria de gestão compartilhada reconhece a importância do conhecimento científico e do conhecimento tradicional **das comunidades pesqueiras**, e também que ambos são limitados e carecem de uma avaliação de sua importância, necessitando de outras estratégias, especialmente relacionadas com o entendimento de que o acesso e controle de uso vão além da definição de sistemas de propriedades. **Mas principalmente, é preciso reconhecer a necessidade do Estado criar espaços para o compartilhamento efetivo da gestão.**

BA

14. A produção pesqueira mundial não vem acompanhando a demanda crescente de consumo de pescado. O crescimento da população, a urbanização e o aumento da renda per capita fizeram com

que o consumo mundial de pescado triplicasse nos últimos quarenta anos. O consumo médio per capita de pescado no Brasil, ainda é considerado baixo - em torno de 7 kg/hab/ano, no entanto apresentando elevada variabilidade espacial, tendo em vista que na Amazônia pode-se observar um consumo médio de até 36 kg/hab/ano pelas populações ribeirinhas.

15. A produção oriunda da aquicultura tem um papel crucial nas próximas décadas. Dados da SEAP/PR e do IBAMA apontam que a produção pesqueira do Brasil em 2007 está situada ao redor de 1.090.000 toneladas, sendo que a aquicultura participou com quase 30% da produção total e representa 32% dos recursos gerados pela venda de pescado. Os principais organismos cultivados na aquicultura brasileira são os peixes, principalmente a tilápia, carpas e tambaqui, o camarão branco do Pacífico, o mexilhão e as ostras. Como cultivos emergentes na aquicultura brasileira destacam-se na piscicultura marinha, o bejupirá e as macroalgas, e o pirarucu na piscicultura continental (água doce).

Proposta de Síntese

A produção oriunda da aquicultura terá um papel crucial nas próximas décadas. Dados do MPA e do IBAMA apontam que a produção pesqueira do Brasil em 2007 está situada ao redor de 1.090.000 toneladas, sendo que a aquicultura participa com quase 30% da produção total e representa 32% dos recursos gerados pela venda de pescado. Os principais organismos cultivados na aquicultura brasileira são os peixes, principalmente a tilápia, as carpas, o tambaqui, o camarão branco do Pacífico, o mexilhão e as ostras. Como cultivos emergentes na aquicultura brasileira destacam-se na piscicultura marinha o bijupirá e as macroalgas, e o pirarucu e pintado na piscicultura continental (água doce). **É preciso considerar também na aquicultura os manejos para recuperação de habitats perdidos ou degradados e os manejos para gestão de estoques com uso mais eficiente dos habitats restantes.**

BA, MS

16. Em relação à aquicultura continental, responsável por mais de 72% da produção total de pescados da aquicultura no Brasil em 2007, a região Sul liderou a produção com 30% do total nacional, baseada principalmente no cultivo de carpas e tilápias. A tilápia também é a principal espécie cultivada na região Nordeste (37% do total nacional) e representa cerca de 28% de toda produção brasileira. Na região Centro-Oeste, além da tilápia, os peixes redondos (pacu, tambaqui e seus híbridos) são os principais organismos e representam 19% do total de organismos cultivados no país. A região Sudeste (17% da produção brasileira) tem como base a produção de tilápias, carpas, truta, tambaqui e seus híbridos. A região Norte contribuiu com aproximadamente 12% da aquicultura continental, ancorada basicamente pelo cultivo do tambaqui (MPA e IBAMA, 2007).

17. A produção brasileira da aquicultura marinha foi cerca de 78.500 toneladas, o equivalente a 7,5% da produção total nacional de pescados e 10,4% em termos econômicos. A região Nordeste foi responsável por quase 81% da produção de organismos aquáticos marinhos, representada pelos cultivos de camarões. A região Sul ficou na segunda posição, com quase 18%, fortemente ancorada pelo cultivo de mexilhões e ostras. A produção nas Regiões Sudeste e Norte foi bastante pequena, registrando 1,0 e 0,3% respectivamente do total produzido pela maricultura brasileira (MPA e IBAMA, 2007).

18. Dentre os sistemas de cultivo empregados, destaca-se o uso de viveiros (tanques escavados), geralmente manejados em regime semi-intensivo de produção (usados nos cultivos de peixes e de camarões) e os espinheis (empregados nos cultivos de moluscos). A produção de peixes em tanques-rede apresenta um enorme potencial para se desenvolver no país, a partir da legalização do direito ao uso de espaços da União para fins de aquicultura.

Proposta de Síntese

Dentre os sistemas de cultivo empregados, destaca-se o uso de viveiros (tanques escavados), geralmente manejados em regime semi-intensivo de produção de peixes e de camarões e os espinheis empregados nos cultivos de moluscos. A produção de peixes em tanques-rede apresenta um enorme potencial para se desenvolver no país, a partir da legalização do direito ao uso de espaços da União e **estados** para fins de aquicultura.

ES

19. A FAO projeta que o crescente déficit de 1,1% ao ano na oferta mundial de pescado até 2030, e que só não será maior em função do crescimento da produção advinda da aquicultura. Em termos de valores, a aquicultura já contribui com 5% da produção brasileira de proteína animal.

AS POLÍTICAS DOS GOVERNOS NO BRASIL PARA A PESCA E AQUICULTURA

20. Ações diretas do governo brasileiro para a pesca artesanal datam do início do século 20, por intermédio da Marinha de Guerra, que organizou a categoria para criação das colônias de pescadores ao longo da costa brasileira. Essas colônias foram criadas com objetivos quase militares com a justificativa de proteção da costa. Posteriormente, a própria Marinha do Brasil fez investidas para emancipação das colônias de pescadores, no sentido de liberá-las da função de proteger o litoral brasileiro e, ao longo dos anos, essas entidades foram se organizando e se fortalecendo como representativas dos trabalhadores da pesca.

Proposta de Síntese

Ações diretas do governo brasileiro para a pesca artesanal datam do início do século 20, por intermédio da Marinha de Guerra, que organizou a categoria para criação das colônias de pescadores ao longo da costa brasileira. Essas colônias foram criadas com objetivos quase militares com a justificativa de proteção da costa. Posteriormente, a própria Marinha do Brasil fez investidas para emancipação das colônias de pescadores, no sentido de liberá-las da função de proteger o litoral brasileiro e, ao longo dos anos, **algumas dessas** entidades foram se organizando e se fortalecendo como representativas dos trabalhadores da pesca.

RS

21. No que se refere às estruturas institucionais, entre meados do século 20 até final da década de 70, revezaram a responsabilidade de tratar os assuntos de pesca no país, o Serviço da Patrulha Costeira, o Serviço de Caça e Pesca e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Neste ínterim, foi editado o Código da Pesca (Decreto Lei nº 221/67) que dispõe sobre a proteção e estímulos ao setor pesqueiro. Pouco tempo depois da edição do Código da Pesca, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, que tinha por objetivo o fomento da

atividade pesqueira, realizado por intermédio de grandes investimentos na pesca industrial.

22. Para a pesca artesanal, a SUDEPE, salvo raras exceções, adotou uma política extensionista centrada no assistencialismo que, associada à pouca organização do setor pesqueiro, beneficiou pequenos grupos com interesses diversos àqueles do desenvolvimento da pesca. A criação da SUDEPE institucionalizou a pesca como setor autônomo no âmbito da área de agricultura e abastecimento. Esse período se caracterizou por uma política de incentivos fiscais e fortes investimentos no setor.

23. A destinação de recursos para a criação e reprodução de uma estrutura industrial para o setor pesqueiro, incentivos fiscais para compra de barcos e equipamentos e para implantação de unidades de beneficiamento do pescado, entre outras ações, combinavam com o momento e o modelo econômico adotado pelo país - a premissa de transformação do setor pesqueiro de pesca artesanal em pesca moderna, tendo por base a industrialização. Com poucos critérios e sem a noção da conservação dos recursos pesqueiros, esta política levou à depleção a maior parte dos estoques pesqueiros disponíveis mais próximos à costa.

24. No final da década de 80, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA com o foco na conservação para a gestão dos recursos pesqueiros, em contraponto à visão desenvolvimentista, anteriormente predominante. O IBAMA incorporou a SUDEPE, a Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha - SUDVHEA e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. Ao novo órgão, por meio de suas instâncias competentes, coube o papel de coordenar, regulamentar

25. Além da realização das estatísticas pesqueiras, o IBAMA passou a atuar como órgão de pesquisa, regulamentação e fiscalização do setor, focalizando suas ações e políticas na necessidade de manutenção da biodiversidade aquática e costeira. A característica da administração dos recursos pesqueiros desse período tem um enfoque singular. Isso porque as funções e atribuições que eram setoriais se disseminaram em uma estrutura funcional, cujo organismo responsável pela proteção do meio ambiente concentrava também as competências de ordenamento e fomento à aquicultura e pesca.

Proposta de Síntese

Além da realização das estatísticas pesqueiras, **atualmente feitas por amostragem, devendo ser por embarcação**, o IBAMA passou a atuar como órgão de pesquisa, regulamentação e fiscalização do setor, focalizando suas ações e políticas na necessidade de manutenção da biodiversidade aquática e costeira. A característica da administração dos recursos pesqueiros desse período tem um enfoque singular. Isso porque as funções e atribuições que eram setoriais se disseminaram em uma estrutura, cujo organismo responsável pela proteção do meio ambiente concentrava também as competências de ordenamento e fomento à aquicultura e pesca.

RN

26. A criação do Departamento de Pesca e Aquicultura - DPA, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no final da década de 90, marca outro momento para a atividade pesqueira no Brasil, que se caracteriza pela divisão de competências relacionadas às atividades

pesqueiras entre MMA e MAPA. Mantiveram-se no IBAMA/MMA as competências relacionadas com a política de preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, e no DPA/MAPA competências semelhantes às do Departamento de Pesca e Aquicultura – DEPAQ/IBAMA, visando também ao fomento e desenvolvimento da atividade.

27.A postura de órgãos públicos das três esferas do poder frente ao setor pesqueiro é historicamente pautada por políticas descontínuas. Nesse sentido, a edição de instrumentos legais, a abertura de linhas de crédito, o apoio técnico às etapas produtivas e comerciais e o fomento à organização da produção nem sempre consideraram as demandas do setor. Observa-se ainda que, ao longo de quase cinquenta anos, o Estado brasileiro esteve ausente dos processos de estímulo ao desenvolvimento sócio-econômico das comunidades de pescadores e da criação de políticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do setor.

Proposta de Síntese

A postura de órgãos públicos das três esferas de poder frente ao setor pesqueiro é historicamente pautada pela descontinuidade das políticas. Nesse sentido, a edição de instrumentos legais, a abertura de linhas de crédito, o apoio técnico às etapas produtivas e comerciais e o fomento à organização da produção nem sempre consideraram as demandas do setor. Observa-se ainda, que ao longo de quase cinquenta anos, o Estado brasileiro esteve ausente dos processos de estímulo ao desenvolvimento sócio-econômico das comunidades de pescadores e da criação de políticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do setor e **que as políticas para o setor ainda não se integram bem com as políticas ambientais, e as de outras atividades econômicas, sociais e culturais.**

BA

28.No ano de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca ligada à Presidência da República (SEAP/PR), com a missão de estruturar e consolidar uma política nacional para a atividade pesqueira e aquícola no Brasil, direcionando esforços para a inclusão social, redução da pobreza e diminuição das desigualdades sociais e regionais, tendo como foco o aumento da produção de pescado. Em 2009, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura, criando as condições para que se construam políticas de Estado para o setor. Os valores em torno dos quais o MPA está alicerçado são: sustentabilidade social, econômica e ambiental; transparência; inovação; garantia de direitos; equidade e participação social; reconhecimento das culturas locais; respeito às diversidades regionais; eficiência, eficácia e efetividade; comprometimento; desenvolvimento e crescimento com o foco na produção

29.A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2009, com autonomia jurídica, administrativa, financeira e quadro de pessoal próprio, representa o desdobramento e os avanços conseguidos pelo fortalecimento das políticas públicas nestas áreas, por meio dos programas e ações desenvolvidos pela SEAP/PR, pautados no desenvolvimento dos setores de pesca e aquicultura de forma sustentável, aliando ações estruturantes ao fortalecimento da cadeia produtiva, organização social das comunidades pesqueiras, com foco no aumento de produção do pescado, especialmente proveniente da aquicultura.

30.A participação do setor produtivo na construção e gestão das políticas de pesca e aquicultura

31.Historicamente, o setor produtivo da pesca - representado pelos movimentos sociais e empresários, teve pouca participação na elaboração das principais diretrizes para o desenvolvimento e/ou organização da atividade pesqueira e aquícola no Brasil.

Proposta de Síntese

Historicamente, o setor produtivo da pesca - representado pelos movimentos sociais, **associações, colônias, cooperativas** e empresários teve pouca participação na elaboração das principais diretrizes para o desenvolvimento e/ou organização da atividade pesqueira e aquícola no Brasil. **A participação dessas instituições faz-se necessária na gestão do recursos pesqueiros, aproximando-os dos órgãos competentes e da legislação vigente. Nesse sentido é fundamental, incentivar a criação e o fortalecimento de Conselhos Territoriais da Pesca, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a correta implantação das políticas públicas e suas instituições executoras.**

BA

32.No início da década de 40, o Governo de Getúlio Vargas extinguiu o recém criado Conselho Nacional de Pesca, as federações estaduais e a confederação dos pescadores e ainda tornou obrigatória a transformação das colônias de pescadores em cooperativas, centralizando qualquer ação voltada ao desenvolvimento da atividade para a Comissão Executiva da Pesca. Entre as atribuições desta Comissão destacavam-se o provimento de todos os elementos necessários à produção, transporte e conservação e transformação do pescado; a organização das cooperativas; manutenção de serviços médicos e de educação; além da execução das tarefas, anteriormente atribuídas ao Conselho Nacional de Pesca.

33.As outras instituições criadas pelos governos posteriores a Getúlio Vargas, como o Serviço de Caça e Pesca, pouco fizeram para estimular a organização e participação das entidades representativas do setor. A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca deu os primeiros passos para o que atualmente é denominado órgão colegiado e com o papel de colaborar com o governo na construção e assessoramento das políticas públicas. Grupos de estudo, formados essencialmente por pesquisadores da academia e governo, elaboravam os relatórios técnicos e a SUDEPE, de posse desses relatórios, comunicava o setor sobre as propostas de ordenamento pesque

34.No âmbito da gestão da política pesqueira, a SEAP/PR, em 2004, tomou a iniciativa de criar o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE, composto por órgãos do Governo, incluindo instituições financeiras, da sociedade civil, dos movimentos sociais e trabalhadores da pesca, dos empresários do setor, além das instituições de pesquisa, no entanto, propõe-se: ampliar a representação da sociedade civil aquícola; que cada Unidade da Federação tenha 2 representantes; apoiar a criação da Confederação Brasileira de Aquicultura. Ao CONAPE compete, entre outras tarefas:

35.Subsidiar a formulação e a implantação de políticas estruturantes da pesca e aquicultura;

Proposta de Síntese

Subsidiar a formulação e a implantação de políticas estruturantes da pesca e aquicultura;

Subsidiar ações de recuperação, ampliação e manutenção das unidades integrantes da cadeia produtiva piscícola, centro integrado de aquicultura, entreposto, fábrica de gelo e unidade de eneficiamento;

MG

36. Propor estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação, bem como de participação no processo deliberativo de diretrizes e procedimentos das políticas relacionadas com o desenvolvimento e o fomento da pesca e aquicultura;

37. Propor a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas desenvolvidos pela SEAP/PR;

Proposta de Síntese

Propor a realização de estudos, debates e pesquisas sobre os resultados estratégicos alcançados pelos programas desenvolvidos pela SEAP/PR;

AL

38. Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social;

39. Propor a atualização da legislação relacionada com as atividades de desenvolvimento e o fomento das atividades de aquicultura e pesca.

40. Órgãos colegiados de natureza paritária e dos quais façam parte representantes de várias entidades são capazes de catalisar processos que muitas vezes sofreriam procedimentos muito mais lentos. Contribuem para o início de uma nova fase de diálogo entre sociedade e governo, e os debates tendem à busca de soluções. Esta é uma vantagem clara no processo de descentralização das decisões. Por isso, o reconhecimento da legitimidade de órgãos colegiados que empreguem mecanismos realmente participativos de tomada de decisões é um passo fundamental para melhoria na eficiência da gestão.

Propostas de Síntese

Órgãos colegiados de natureza paritária e dos quais façam parte representantes de várias entidades são capazes de catalisar processos e contribuem para o diálogo entre sociedade e governo, e os debates tendem à busca de soluções. Esta é uma vantagem clara no processo de descentralização das decisões. Por isso, o reconhecimento da legitimidade de órgãos colegiados que empreguem mecanismos realmente participativos de tomada de decisões é um passo fundamental para melhoria na eficiência da gestão **pública. No entanto, deve-se lembrar que a efetiva participação e controle social, que fazem a gestão compartilhada, não podem ser confundidas com consultas participativas ou audiências públicas, sendo importante e necessário o fortalecimento dessas organizações para atuar no processo participativo.**

BA

Estudos de viabilidade técnica por meio de consulta e/ou audiência pública anterior a implementação de programas de governo e a desburocratização e agilização no atendimento aos projetos enviados ao governo federal também são formas de contribuir para a melhoria na

eficiência da gestão pública.

SC

41. Em 1996, o IBAMA criou o primeiro órgão de assessoramento para a tomada de decisão que foi o Grupo Permanente de Estudo da Lagosta, o qual era composto também por representantes do setor produtivo, incluindo ai os movimentos sociais e os empresários. Posteriormente, foi criado o GPE da sardinha e, atualmente, esses órgãos são denominados Comitês Permanentes de Gestão, cuja coordenação é feita pelo IBAMA e pela SEAP/PR, conforme o recurso a ser ordenado.

42. O setor pesqueiro, representado pelo movimento social dos trabalhadores da pesca e pelos empresários, tem um papel fundamental nos avanços conseguidos para garantir a maior e mais efetiva participação dos pescadores nos processos decisórios. Nos anos de 1985 e 1986, o movimento pela Constituinte da Pesca conseguiu, pela primeira vez, oportunizar a centenas de pescadores voz para discutir temas como a livre associação, linhas de crédito ao pequeno produtor, questões de gênero, poluição das águas e pesca irregulares, etc.

POTENCIAL DO BRASIL

43. No Brasil, a aquicultura é uma atividade em expansão e se faz presente em vários pontos do território nacional. O país possui aproximadamente 5,5 milhões de hectares de áreas alagadas sob domínio da União e por volta de 12 % da água doce disponível no planeta. O litoral brasileiro conta uma variada gama de ambientes costeiros entre estuários, baías e enseadas, além da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) com cerca de 3,5 milhões de km², o que representa grande potencial para o desenvolvimento da maricultura oceânica. O país conta ainda com clima extremamente favorável para o crescimento dos organismos cultivados, com várias espécies nativas com potencial para cultivo entre peixes, moluscos, crustáceos e algas.

Proposta de Síntese

No Brasil, a aquicultura é uma atividade em expansão e se faz presente em vários pontos do território nacional. O país possui aproximadamente 5,5 milhões de hectares de áreas alagadas sob domínio da União e por volta de 12% da água doce disponível no planeta. O litoral brasileiro conta com uma variada gama de ambientes costeiros entre estuários, baías, **manguezais** e enseadas, além da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) com cerca de 3,5 milhões de km², o que representa grande potencial para o desenvolvimento da maricultura oceânica. O país conta ainda com clima extremamente favorável para o crescimento dos organismos cultivados, com várias espécies nativas com potencial para cultivo entre peixes, moluscos, crustáceos e algas.

ES

44. Igualmente na pesca, o potencial de incremento da produção de pescado no Brasil está ligado ao desenvolvimento da pesca oceânica industrial, por meio da captura de recursos ainda poucos explorados e, especialmente, os atuns e afins.

Proposta de Síntese

Igualmente na pesca, o potencial de incremento da produção de pescado no Brasil está ligado ao

desenvolvimento da pesca oceânica industrial e **artesanal**, por meio da captura de recursos ainda poucos explorados. **No entanto, a recuperação de habitats perdidos ou degradados por outras atividades também são importantes fontes de incremento à produção pesqueira e aquícola.**
RS, BA, ES

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL

45. A pesca artesanal não pode ser vista de forma isolada dos outros setores produtivos, nem tampouco os esforços atuais podem repetir os fracassos de anos atrás, fundados no assistencialismo. São claras as orientações do Governo Federal no sentido de direcionar esforços para a redução da pobreza, combate à exclusão social e diminuição das desigualdades sociais e regionais.

Proposta de Síntese

A pesca artesanal não pode ser vista de forma isolada dos outros setores produtivos e **nas ações dos governos federal, estaduais e municipais**, nem tampouco os esforços atuais podem repetir os fracassos de anos atrás, fundados no assistencialismo. São claras as orientações do Governo Federal no sentido de direcionar esforços para a redução da pobreza, combate à exclusão social **(que não deve ser vista somente como a emissão da carteira de pescador)**, **incentivos a novas atividades para complementação de renda** e diminuição das desigualdades sociais, regionais e locais. **No entanto, é preciso que os direitos sejam devidamente informados aos pescadores e que os órgãos governamentais sejam melhor informados e capacitados sobre a realidade do setor pesqueiro.**
CE, RS

46. Os pescadores artesanais são responsáveis, hoje, por 65% da pesca extrativa no Brasil – são 550 mil toneladas por ano. Em termos de produção nacional, considerando a aquicultura, a pesca artesanal representa cerca de 50% do total de pescados produzidos no país. Essa produção é resultado da atividade de mais de 700 mil pescadores.

Proposta de Síntese

Os pescadores artesanais são responsáveis, hoje, por 65% da pesca extrativa no Brasil (550 mil toneladas por ano). Em termos de produção nacional, quando se considera a aquicultura, a pesca artesanal produz cerca de 50% do total dos pescados produzidos. Essa produção é resultado da atividade de mais de 700 mil pescadores(as), **mesmo com as dificuldades de acesso aos benefícios governamentais.**
RS

47. Apesar da grandeza dos números, este setor ainda se encontra com baixa escolaridade e enfrenta condições precárias de trabalho. Neste contexto, o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro artesanal está associado a três pontos:

Proposta de Síntese

Apesar da grandeza dos números, este setor ainda se encontra com baixa escolaridade e enfrenta condições precárias de trabalho. Neste contexto, o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro

artesanal está associado a **quatro** pontos:
RS

48. Primeiro, a recuperação dos estoques pesqueiros objetos das pescarias realizadas mais próximas à costa, que envolve uma grande variedade de espécies e de artes de pesca. Os pescadores profissionais artesanais estão preocupados com as questões do meio ambiente, não só por depender diretamente dele para sua sobrevivência, mas também, por pertencimento ao ecossistema de onde deriva sua pesca. Um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado é de fundamental importância para a vida de um modo geral, e como garantia da sobrevivência dos pescadores profissionais artesanais como segmento social e culturalmente diferenciado.

Propostas de Síntese

Primeiro, a recuperação dos estoques pesqueiros objetos das pescarias realizadas mais próximas à costa, que envolve uma grande variedade de espécies de peixes e **organismos aquáticos** e de artes de pesca. Os pescadores artesanais estão preocupados com as questões do meio ambiente, e **desejam que seja implantado um sistema integrado de gestão de bacias hidrográficas**, não só por depender diretamente **dele para** sua sobrevivência, mas também, por pertencimento ao ecossistema de onde deriva sua pesca. Um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado é de fundamental importância para a vida de um modo geral e para garantia da sobrevivência dos pescadores artesanais como segmento social e culturalmente diferenciado.

RN

Portanto, deve ser criado defeso para espécies nativas de cada região; deve-se trabalhar pela recuperação de habitats perdidos ou degradados para que voltem a garantir a manutenção dos estoques pesqueiros.

BA

Com relação aos estoques pesqueiros continentais, é necessário: repovoamento de espécies nativas usando mão-de-obra dos pescadores para criação em tanques-redes e repovoamento com alevinos nas barragens; reativação de fiscalização efetiva e descentralizada dos açudes para coibir as atividades predatórias, o uso de petrechos de pesca proibidos e pescadores sem autorização.

CE, RS

Uma das formas de manter equilibrado o ambiente de pesca, é proibir a pesca esportiva durante a piracema, não só a pesca artesanal.

PR

De modo geral, é preciso fazer valer a Lei da Aquicultura e Pesca que garante o acesso às águas pelas populações ribeirinhas, pescadores artesanais e comunidades tradicionais (público prioritário), que seja implantado um sistema integrado de gestão de bacias hidrográficas.

PI

A qualidade do ambiente depende também da elaboração de instrumentos de controle para atividades que interagem com a pesca, e que causam por exemplo poluição ambiental, como a poluição das águas com resíduos oriundos da agricultura (agrotóxicos) e do lançamento de esgotos

das cidades, entre outros impactos ecológicos e sociais.

SC

49. Algumas experiências positivas para o manejo da pesca, baseado na conservação e gestão participativa dos recursos pesqueiros, estão sendo desenvolvidas ao longo do litoral brasileiro e na Amazônia. Essas experiências têm relação com as áreas naturais protegidas, especialmente aquelas de uso sustentável, como na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, em Pernambuco e Alagoas; na Reserva Extrativista de Corumbau, na Bahia, e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no Amazonas.

Proposta de Síntese

Algumas experiências positivas de manejo da pesca, baseado na conservação e gestão participativa dos recursos pesqueiros, estão sendo desenvolvidas ao longo do litoral brasileiro e na Amazônia. **Algumas dessas** experiências têm relação com as áreas naturais protegidas, especialmente aquelas de uso sustentável, como na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, em Pernambuco e Alagoas; na Reserva Extrativista de Corumbau, na Bahia, e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no Amazonas; **Pará (Marajó)**. **Essas experiências ainda isoladas devem servir de ponto de partida para que novos processos participativos sejam estimulados em outros estados brasileiros e em áreas continentais e especialmente na região sul, em que quase não há experiências.**

PA, PI, SC

50. Segundo, a estruturação das cadeias produtivas para agregar valor aos produtos da pesca, sendo prioritárias intervenções nos pontos mais críticos para o desenvolvimento da pesca artesanal e ao aumento da qualidade do pescado a ser comercializado e os processos de intermediação. O domínio da cadeia produtiva e da comercialização é fundamental para o crescimento do pescador artesanal e da sua comunidade.

Proposta de Síntese

Segundo, a estruturação das cadeias produtivas para agregar valor aos produtos da pesca, sendo prioritárias intervenções nos pontos mais críticos para o desenvolvimento da pesca artesanal **como a melhoria** da qualidade do pescado comercializado e os processos de intermediação. O domínio da cadeia produtiva e da comercialização é fundamental para o crescimento dos pescadores(as) artesanais e suas comunidades. **Para isso é preciso pesquisas aplicadas, desenvolvimento de metodologias e transferência de tecnologia em captura e comercialização.**

AL

51. Este ponto engloba diversos aspectos essenciais como: apoiar a gestão e o funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira; promover a adequação física e sanitária destas com o objetivo de gerar produtos de maior aceitação e com maior valor agregado, com a melhoria das condições sanitárias; aumento da oferta de pescado às populações; aumento do preço pago ao pescador; e apoiar o funcionamento de estruturas públicas ou de interesse público de comercialização de pescados.

Proposta de Síntese

Este ponto engloba diversos outros aspectos essenciais como: apoiar a gestão e o funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira; promover a adequação física e sanitária destas com o objetivo de gerar produtos de maior aceitação e com maior valor agregado; aumento da oferta de pescado à população, **mediante aumento da produção**; aumento do preço pago ao pescador artesanal; apoiar o funcionamento de estruturas públicas de comercialização de pescados **como feiras; capacitação para beneficiamento e comercialização do pescado; desenvolvimento de políticas públicas visando fomentar o consumo do pescado; criar feiras de pescados; estimular os Estados e Municípios a implantar sistemas de inspeção sanitária, como a adesão ao SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária).**

PR, RN, RS, SP

52. O terceiro ponto tem relação direta com a formação cidadã dos pescadores e seus familiares, e tem como pilar o reconhecimento e respeito aos trabalhadores da pesca artesanal, visando à elevação da escolaridade, da capacidade de organização das pessoas para acessar as políticas públicas nas áreas de segurança alimentar, saúde, educação, assistência social e para buscar formas de geração de trabalho e renda, por meio da organização popular, maior participação e controle social.

Propostas de Síntese

O terceiro ponto tem relação direta com a formação cidadã e tem como pilar o reconhecimento e respeito aos trabalhadores(as) da pesca artesanal **e seus familiares. No contexto geral desses(as) trabalhadores(as), a formação cidadã** deve visar a elevação da escolaridade e da capacidade de organização para acessar as políticas públicas, **numa articulação com os Estados e Municípios**, nas áreas de segurança alimentar, saúde, educação, assistência social e **habitação em áreas urbanas e rurais. Além disso**, buscar formas de geração de trabalho e renda, por meio da organização popular, maior participação e controle social, **devendo para isso aumentar os recursos para implementar essas ações.**

BA, PI, RN, SP

Em relação à saúde deve-se incluir na relação das doenças ocupacionais da previdência social as doenças que afetam os trabalhadores(as) da pesca artesanal.

BA

Em relação às políticas específicas de inclusão das trabalhadoras na cadeia produtiva da pesca artesanal, pautas específicas são demandadas principalmente nos setores de saúde e trabalho: compete ao Estado a criação de um programa específico para a saúde da trabalhadora da pesca, que envolva medidas preventivas, atendimento, transporte para socorros médicos; garantir e facilitar o acesso aos benefícios da previdência social (auxílio doença, auxílio e/ou licença maternidade, salário família inclusive para mães solteiras); diminuição da idade da aposentadoria para 50 anos, devido à precariedade das condições de trabalho.

BA

Quanto aos aspectos produtivos e direitos das trabalhadoras, é dever do Estado reconhecer e incentivar a inserção e cadastramento das diversas classes de trabalho das mulheres em entidades

representativas as quais estão associadas.

BA

Fortalecer a organização de marisqueiras com a finalidade de reivindicar seus direitos e valorizar o seu trabalho.

BA

O quarto ponto diz respeito à superação das contradições entre as políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais, em que umas incentivam a pesca e outras causam impactos negativos sobre a atividade pesqueira, como por exemplo os plantios de pinus e eucaliptos e a agricultura em áreas de banhados.

RS

53. A necessidade dos pescadores conhecerem e dominarem algumas tecnologias que se mostrem mais eficientes nas suas atividades laborais, no trato com o meio ambiente e, principalmente, na preservação das águas e das espécies que lhes trazem o sustento, se constitui em uma forte razão para consolidar o processo de alfabetização e elevação da escolaridade, que seja singular e se traduza na formulação e construção de uma política pública específica que atenda a este segmento social.

Proposta de Síntese

A necessidade dos(as) pescadores(as) conhecerem e dominarem novas tecnologias que se mostrem mais eficientes nas suas atividades e no trato com o meio ambiente, principalmente na preservação das águas e das espécies que lhes trazem o sustento, se constitui em uma forte razão para consolidar o processo de alfabetização e elevação da escolaridade, que seja singular e se traduza na formulação e construção de uma política pública específica que atenda a este segmento social **e que valorize os seus modos de vida e o seu conhecimento tradicional sobre os recursos pesqueiros e sobre o comportamento dos ambientes aquáticos por eles utilizados.**

SC, ES

54. Neste contexto, um eixo de atuação da política pública refere-se à elaboração e implantação de um programa permanente de educação integral para os pescadores. Tal programa é destinado a apoiar ações educacionais articuladas, oportunizando a esses trabalhadores excluídos do sistema formal de ensino, a alfabetização e escolarização no Ensino Fundamental e Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Utiliza-se de metodologias voltadas para as especificidades da pesca e integradas à educação cidadã e à qualificação profissional, bem como a ampliação dos cursos de aquicultura e pesca nas escolas técnicas.

Proposta de Síntese

Neste contexto, um eixo importante de atuação das políticas públicas refere-se à elaboração e implantação de um programa permanente de educação integral para os(as) pescadores(as), **destinado a apoiar:** ações educacionais que oportunizem aos que estão excluídos do sistema formal de ensino, a alfabetização, **independente da adesão dos municípios ao programa Pescando Letras;** escolarização no ensino fundamental e médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos e utilizando-se de metodologias voltadas para as especificidades da pesca e integradas à educação

cidadã e à qualificação profissional, **executadas por instituições competentes, bem como a aplicação dos cursos de aquicultura e pesca nas escolas técnicas.** Além desses, devem ser propiciados **cursos literários, de informática, pedagógicos, culturais, culinários e de artesanato. Importante incluir a promoção de cursos itinerantes de mecânica e carpintaria náutica; escola de remo; maior apoio e ampliação às escolas em regime de alternância como a Casa Familiar do Mar.**

RS, RN, SC

55. É importante, ainda, que esses trabalhadores conheçam melhor seus direitos e possam dialogar adequadamente com as instituições às quais se encontram vinculados. Na vida dos pescadores artesanais existem diferentes demandas que implicam num preparo específico: negociar, requerer empréstimos bancários, seguro defeso, compras de barcos, entre muitos outros.

Propostas de Síntese

É importante, ainda, que esses(as) trabalhadores(as) conheçam **bem** seus direitos e **deveres** para que possam dialogar adequadamente com as instituições **com as quais se relacionam. Para facilitar este processo é importante ajustar os instrumentos regulatórios das atividades dos pescadores(as) aos seus modos de vida, entre os quais: a emissão de licença única para pesca artesanal, no exercício de sua pluriatividade; a criação de delegacias de pesca artesanal, para a resolução dos conflitos inerentes à atividade; a descentralização (em nível de Estado) da emissão das carteiras e permissões de pesca; o reconhecimento dos catadores de moluscos.**

SC

Importante também considerar a instrumentalização de outras políticas sociais, como: a garantia de seguro-desemprego durante o defeso para as mulheres de pescadores; garantir o direito à vacina para gripe e a distribuição de protetor solar aos pescadores(as) pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

SC

56. Outro eixo refere-se a uma ação estruturante para aliar questões referentes ao desenvolvimento do trabalho e da cadeia produtiva e da organização social das comunidades pesqueiras, por intermédio dos Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR, unidades produtivas integradas, voltadas ao pescador profissional, e que têm como princípios gerais o desenvolvimento local e a noção de coletividade.

Propostas de Síntese

Outras ações estruturantes para aliar questões como o desenvolvimento do trabalho, da cadeia produtiva e a organização social das comunidades pesqueiras é por intermédio dos Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR, unidades produtivas integradas, voltadas as(os) trabalhadoras(es) da pesca, e que têm como princípios gerais o desenvolvimento local e a noção de coletividade. **Essa ação deve também garantir a redução de desperdícios e a produção de resíduos, para garantir mais sustentabilidade ao desenvolvimento da atividade.**

BA

O CIPAR também deve ser objeto de convênio entre o governo federal e municípios.

SP

Importante também incentivar a promoção de atividades socioeconômicas alternativas vinculadas à pesca, como o turismo comunitário e cultural. Em relação à organização social, é necessário o investimento em ações para incentivar o associativismo, tanto pelas associações de pescadores e afins, bem como uma maior aproximação entre os pescadores e suas colônias.

SC

A qualidade de vida das comunidades e famílias de pescadores(as) também está relacionada à melhoria de infraestruturas como estradas, saneamento básico, escolas e energia elétrica.

RS

Nova Proposta

57. É preciso a implementação e aprimoramento de políticas públicas junto aos Ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente, que beneficiem os pescadores artesanais e populações ribeirinhas atingidas pelas construções de barragens e empreendimentos, reconhecendo-as como impactadas em suas atividades pesqueiras.

TO

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA INDUSTRIAL

58. O governo federal vem promovendo políticas estruturantes para assegurar a sustentabilidade da atividade pesqueira industrial. Para a pesca industrial costeira, as ações têm focado no ordenamento da cadeia produtiva, de forma a garantir a continuidade da pesca para as gerações futuras, assim como assegurar a competitividade do mercado e a qualidade do pescado para o consumidor final. Para o desenvolvimento da pesca oceânica, as políticas priorizam o estabelecimento de uma frota genuinamente brasileira, com capacidade de competir no mercado internacional do pescado, mais especificamente no segmento de captura dos atuns e afins.

Propostas de Síntese

O governo federal vem promovendo políticas estruturantes para assegurar a sustentabilidade da atividade pesqueira industrial. Para a pesca industrial costeira, as ações têm focado no ordenamento da cadeia produtiva, de forma a garantir a continuidade da pesca para as gerações futuras, assim como assegurar a competitividade do mercado e a qualidade do pescado para o consumidor final. Para o desenvolvimento da pesca oceânica, as políticas priorizam o estabelecimento de uma frota genuinamente brasileira, com capacidade de competir no mercado internacional do pescado, mais especificamente no segmento de captura dos atuns e afins, **com esclarecimento mais objetivo das espécies que fazem parte.**

RS

Para tanto, faz-se necessária a elaboração de um diagnóstico do potencial produtivo das espécies alvo da pesca oceânica, apresentando de forma clara ao setor produtivo a relação das espécies economicamente exploráveis e seus limites máximos sustentáveis de exploração, bem como viabilizar linhas de crédito para modernizar a frota pesqueira que tenha como espécie alvo aquelas definidas como economicamente exploráveis em bases social e ambientalmente sustentáveis. **RJ**

59. Apesar da tendência mundial de redução da produção pesqueira extrativa marinha em função do aumento da capacidade pesqueira empregada (sobrepesca), o volume capturado pela pesca industrial no Brasil apresentou um leve crescimento nos últimos anos (IBAMA, 2005 e 2006). Este aumento pode ser o reflexo da diversificação das capturas de pescados de menor valor comercial realizadas por frotas que tinham como alvo os recursos tradicionais que apresentam um quadro de sobreexploração, como a sardinha verdadeira, os camarões, o pargo e a lagosta. Esta realidade reflete a necessidade de se promover, de forma ordenada, o redirecionamento de parte do esforço de pesca para novos estoques que suportem o aumento do esforço de pesca, consolidando novas cadeias produtivas e contribuindo para a recuperação das pescarias tradicionais.

60. Desta forma, o modelo de desenvolvimento da pesca industrial costeira está acompanhado de um processo contínuo de avaliação e controle que permite seu correto dimensionamento. O colapso das pescarias tradicionais não deve ser o elemento motivador para que novas pescarias venham igualmente a sofrer com a sobrepesca.

Proposta de Síntese

Desta forma, o modelo de desenvolvimento da pesca industrial costeira está acompanhado de um processo contínuo de avaliação e controle que permite seu correto dimensionamento. O colapso das pescarias tradicionais não deve ser o elemento motivador para que novas pescarias venham igualmente a sofrer com a sobrepesca.

Paralelamente, a um processo contínuo de avaliação e controle da pesca industrial, é preciso apoiar os pescadores para que estes consigam manter suas atividades dentro da lei, com acesso à saúde, educação, transporte, saneamento básico, inclusão digital e financiamentos para que os mesmos possam ter as condições necessárias para a execução de seus trabalhos.

BA

61. O Brasil apresenta boas possibilidades de otimização da pesca oceânica, direcionada a captura dos atuns e afins, que envolve negociações junto à Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT. Entre os principais recursos com potencial de exploração destacam-se as albacoras, o espadarte, o bonito listrado e o dourado.

Proposta de Síntese

O Brasil apresenta boas possibilidades de otimização da pesca oceânica, direcionada a captura dos atuns e afins, que envolve negociações junto à Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT. Entre os principais recursos com potencial de exploração destacam-se as albacoras, o espadarte, o bonito listrado e o dourado.

Diagnósticos do potencial produtivo das espécies que podem vir a ser alvo da pesca oceânica tornam-se mais uma vez fundamental, visto que outras espécies, tais como a anchoíta, podem representar alternativas de sustentabilidade da atividade juntamente com as espécies de atuns e afins. A modernização da frota pesqueira para a captura dessas espécies economicamente exploráveis por meio de financiamento poderá viabilizar este panorama.

ES, RJ

62. Como instrumento da política de desenvolvimento da pesca oceânica nacional, a SEAP/PR tem

recorrido ao arrendamento de embarcações pesqueiras estrangeiras, por meio de Editais de Convocação. Esta estratégia de arrendamento deverá ser substituída gradualmente a partir da formação de uma frota oceânica nacional, decorrente da implantação do Programa de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA, ao qual deverá ser acoplada uma estratégia voltada para a capacitação e qualificação de trabalhadores da pesca para atender a essa demanda.

Proposta de Síntese

Como instrumento da política de desenvolvimento da pesca oceânica nacional, o MPA tem recorrido ao arrendamento de embarcações pesqueiras estrangeiras. Esta estratégia de arrendamento deverá ser substituída gradualmente a partir da formação de uma frota oceânica nacional, decorrente da implantação do Programa de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA, ao qual deverá ser acoplada uma estratégia voltada para a capacitação e qualificação de trabalhadores da pesca para atender a essa demanda. **Esta capacitação e qualificação deve incluir questões relacionadas à fiscalização das embarcações de pesca industrial, buscando orientar para o uso mais consciente dos petrechos de pesca.**

SP

63.A região Nordeste vem se consolidando como um grande pólo industrial atuneiro especializado na pesca oceânica por meio de espinhel pelágico, tendo como alvo de captura as albacoras e o espadarte. Ressalta-se que os atuns e afins representam um potencial de desenvolvimento também para a pesca artesanal, nas regiões Nordeste e Sudeste, onde já é praticada por embarcações de pequeno porte, nas modalidades de linha e espinhel

64.Nas regiões Sudeste e Sul destaca-se a presença de um pólo industrial pesqueiro consolidado, centrado principalmente nas capturas de bonito listrado, as quais sustentam a cadeia produtiva do atum em conserva. As avaliações mais recentes do estoque de bonito listrado têm demonstrado a possibilidade de um incremento de produção sem comprometer a sustentabilidade da pescaria.

65.A partir dos resultados constantes do relatório do REVIZEE e de iniciativas paralelas e independentes de prospecção e exploração de recursos pesqueiros, nas quais as frotas pesqueiras nacional e arrendada tiveram um papel preponderante, verificou-se que a porção exterior da Plataforma Continental e o Talude Continental brasileiros ainda apresentam potencial de desenvolvimento da pesca demersal profunda, apesar de limitado, por se tratar de recursos extremamente sensíveis, razão pela qual suas pescarias devem ser desenvolvidas com extremo cuidado, com acompanhamento obrigatório de medidas de ordenamento e monitoramento a serem tomadas pelo Comitê Permanente de Gestão de Recursos Demersais de Profundidade no âmbito da SEAP/PR.

Proposta de Síntese

A partir dos resultados constantes do relatório do REVIZEE e de iniciativas paralelas e independentes de prospecção e exploração de recursos pesqueiros, nas quais as frotas pesqueiras nacional e arrendada tiveram um papel preponderante, verificou-se que **a costa brasileira (porção exterior da Plataforma Continental e o Talude Continental)** ainda apresentam potencial de desenvolvimento da pesca **de espécies de águas profundas (demersais)**.

Este tipo de pescaria trata de recursos extremamente sensíveis, razão pela qual devem ser

desenvolvidas com extremo cuidado e com acompanhamento obrigatório de medidas de ordenamento e monitoramento **propostas por fóruns participativos, incluindo representantes dos Governos, setor produtivo e comunidade científica. Estas medidas de ordenamento e monitoramento trarão embasamento para a promoção de um maior rigor na fiscalização das atividades de embarcações de pesca, a fim de coibir capturas, fora dos padrões de sustentabilidade e de espécies diferentes daquelas permitidas.**

SP

66.No cenário nacional da pesca extrativa marinha merece destaque o potencial de aproveitamento de um recurso ainda virginal que é o caso da anchoíta no Sul do país. As estimativas da produção anual de anchoíta giram em torno de 100 mil toneladas/ano, de acordo com dados do REVIZEE. Este recurso pode ser empregado em distintas linhas de beneficiamento, incluindo a elaboração de produtos de alto valor nutricional que podem ser empregados no mercado institucional, direcionado a alimentação infantil (merenda escolar).

67. É necessário destacar que os avanços obtidos na gestão da atividade pesqueira nos últimos anos são resultado de investimentos maciços em programas de acompanhamento, avaliação e controle da atividade pesqueira, que tem permitido a elaboração de políticas que atendam às necessidades do setor pesqueiro nacional. Tais políticas, além de garantir o melhor aproveitamento dos recursos pesqueiros, a consolidação do mercado interno e externo do pescado, a melhoria na qualidade de trabalho do profissional da pesca, têm priorizado o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, que corresponde ao ponto vulnerável de uma atividade sustentável e responsável.

68. Entre os mecanismos de acompanhamento e controle da atividade pesqueira destacam-se os programas estaduais de monitoramento da pesca industrial, o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações por Satélite – PREPS, o Programa Nacional de Observadores de Bordo – PROBORDO, o controle estatístico das exportações, o Programa de Mapas de Bordo, a modernização do Registro Geral da Pesca, apoio a ações de fiscalização, a promoção de comitês permanentes de gestão e a participação nos fóruns internacionais de ordenamento pesqueiro.

Propostas de Síntese

Entre os mecanismos de acompanhamento e controle da atividade pesqueira destacam-se os programas estaduais de monitoramento da pesca industrial, o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações por Satélite (PREPS), o Programa Nacional de Observadores de Bordo – PROBORDO, o controle estatístico das exportações, o Programa de Mapas de Bordo, a modernização do Registro Geral da Pesca (RGP), apoio às ações de fiscalização, a promoção de comitês permanentes de gestão e a participação nos fóruns internacionais de ordenamento pesqueiro.

Estes mecanismos devem ser avaliados no que tange à manutenção do princípio da equidade fundamental ao desenvolvimento sustentável, ou seja, deve-se reforçar a necessidade de investimentos equitativos tanto para o setor industrial como para o artesanal. As regulamentação nacional na exigência dos mapas de bordo, assim como sua compilação e sistematização; informatização do RGP; extensão o PREPS para frota pesqueira permissionada para mar aberto; revisão de sua aplicabilidade em cada setor são ações que colaborarão para o melhor

acompanhamento e controle da atividade pesqueira.

BA, SP, RJ

Excluir a obrigatoriedade de mapas de bordo para a pesca artesanal, bem como a obrigatoriedade de sua apresentação para renovação da licença da embarcação.

SP

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA

69. Para que todo potencial da aquicultura, marinha ou continental, seja revertido em efetiva geração de emprego e renda, estão sendo direcionados esforços no sentido de aperfeiçoar a produção de alevinos, adequar o serviço de extensão, aprimorar a geração e obtenção de dados e informações estatísticas e o funcionamento da infraestrutura de apoio à cadeia produtiva; melhorar o nível de instrução, qualificação e organização dos produtores; além da resolução dos conflitos causados por grandes empreendimentos da carcinicultura.

Propostas de Síntese

Para que todo potencial da aquicultura marinha, continental, **ornamental e a aquariofilia** seja revertido em efetiva geração de emprego e renda, **é necessário desenvolver pesquisas pelo setor público e privado para aperfeiçoar a produção de formas jovens (larvas, pós-larvas, sementes, alevinos, náuplios, etc.);** adequar o serviço de extensão **aquícola e assistência técnica, integrando-os aos resultados de pesquisas aplicadas ao setor;** aprimorar a geração e obtenção de dados e informações estatísticas; o funcionamento da infraestrutura de apoio à cadeia produtiva; **regulamentar a utilização de medicamentos veterinários e de insumos para aquicultura;** **consolidar mecanismos (pesquisas, crédito e capacitação profissional) que propiciem a aquicultura em mar aberto;** **criar linhas de crédito específicas e facilitar o acesso;** melhorar o nível de instrução, qualificação, organização **em associações e cooperativas, além de fortalecer a capacidade de gestão e administração dos pequenos e médios produtores;** **implantar um programa de controle de saúde e de trânsito de organismos aquáticos;** **incentivar projetos de repovoamento em reservatórios de hidrelétricas.**

CE, PR, ES, BA, GO, RN

Além disso é preciso trabalhar a resolução dos conflitos causados por grandes empreendimentos públicos e privados de aquicultura e da carcinicultura.

MS

70. Eixo da política estruturante das atividades pesqueira e aquícola, o aumento de produção do pescado está associado especialmente à produção proveniente da aquicultura. O desafio do governo federal é conciliar os benefícios sociais e econômicos proporcionados pelos setores de aquicultura e pesca com a preservação ambiental. Prioritariamente, a sustentabilidade técnico-econômica e sócio-ambiental são os pilares das políticas para a aquicultura, com ações direcionadas para a inclusão social, com geração de trabalho e renda, como elemento principal da política de inserção na aquicultura.

Proposta de Síntese

Eixo da política estruturante das atividades pesqueira e aquícola, o aumento de produção do pescado está associado especialmente à produção proveniente da aquicultura. O desafio do governo federal é conciliar os benefícios sociais e econômicos proporcionados pelos setores de aquicultura e pesca com a preservação ambiental. **Neste sentido, deverão ser criados índices de sustentabilidade para que todas as unidades produtoras possam se enquadrar nesta política.** Prioritariamente, a sustentabilidade técnico-econômica e sócio-ambiental são os pilares das políticas para a aquicultura, com ações direcionadas para a inclusão social, com geração de trabalho e renda, como elemento principal da política de inserção na aquicultura.

SC

71. A inclusão social decorrerá da difusão de uma atividade econômica de grande rentabilidade e da democratização do acesso aos meios de produção, conseqüente à utilização das águas da União para a produção de pescados. Os parques aquícolas demarcados em águas da União servirão como principal ferramenta para impulsionar a atividade produtiva de maneira ordenada, figura fundiária criada para a aquicultura nos bens da União que proporcionará condições de acesso aos pequenos produtores e segurança para os investimentos privados.

Proposta de Síntese

A inclusão social também decorrerá da difusão de uma atividade econômica **sustentável** de grande rentabilidade, **bem como da continuidade das políticas de estado**, e da democratização do acesso aos meios de produção, conseqüente à utilização das águas da União para a produção de pescados. Os parques aquícolas **atualmente demarcados e a demarcar**, figura fundiária criada para a aquicultura nos bens da União, **demarcados ou a demarcar em águas da União**, servirão como uma das principais ferramentas para impulsionar a atividade produtiva de maneira ordenada, e que proporcionará condições de acesso aos pequenos produtores e **associações**, com segurança também para os investimentos privados. **É preciso maior agilidade na entrega ao MPA dos espaços aquícolas, visando a regularização desses para os trabalhadores da aquicultura.**

PR, AL, RN, SC

72. O desenvolvimento da aquicultura de forma sustentável para gerar aumento da produção, com inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego tem foco na regulamentação do uso das águas da União para criação de peixes e outros organismos aquáticos, possibilitando que milhares de moradores de comunidades tradicionais tenham acesso, de forma gratuita, a uma parcela para produção por um período de até 20 anos. No caso de projetos de maior porte, as áreas são concedidas por meio de cessão onerosa. A cessão é um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos parques aquícolas no país.

Proposta de Síntese

O desenvolvimento da aquicultura de forma sustentável para gerar aumento da produção, com inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego tem foco na regulamentação do uso das águas da União para criação de **organismos aquáticos**, possibilitando que milhares de moradores de comunidades tradicionais tenham acesso prioritário, de forma gratuita, a uma parcela para produção por um período de até 20 anos. No caso de projetos de maior porte, as áreas são concedidas por meio de cessão onerosa, **respeitando uma reserva de 30% do**

espelho de água para este fim. A cessão é um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos parques aquícolas no país.

CE, BA

Para o desenvolvimento sustentável da aquicultura em águas da União, são necessárias ações governamentais coordenadas como a implantação de sistemas de saneamento básico e de tratamento de efluentes industriais, previamente avaliados e supervisionados interministerialmente (Ministério das Cidades, MMA, da Saúde, MPA), antes da aprovação de Planos Municipais de Saneamento Básico, cujos corpos receptores dos efluentes emissários das Estação de Tratamento de Esgotamento Sanitário sejam corpos de águas interiores e marinhas; que não seja permitida a execução de projetos de marinas em áreas preferenciais para a maricultura identificadas pelos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM); que a execução de projetos de dragagem em corpos de água onde o cultivo de moluscos encontra-se estabelecido seja permitida somente com estudo prévio de impacto ambiental e que a competência do controle da qualidade das águas onde são realizados os cultivos aquícolas seja do Ministério da Pesca e da Aquicultura.

SC

Para o desenvolvimento sustentável da aquicultura, o MPA deve: garantir apoio à utilização de viveiros escavados seja para produção de alevinos, seja para a produção de espécies menos favoráveis ao adensamento ou à produção super intensiva; buscar meios de isentar a piscicultura da taxa de uso da água; instalação de Programas de Aquicultura Familiar e assentamentos aquícolas sustentáveis.

PR, SP

73.Outras experiências positivas para inclusão social associadas aos programas governamentais para participação do pescado no mercado institucional, na área da piscicultura com tanques-rede, são desenvolvidas em alguns assentamentos rurais, com resultados expressivos. O cultivo de mexilhões e ostras nas reservas extrativistas marinhas tem mostrado resultados bastante positivos no que se refere ao incremento de renda para as famílias e para a segurança alimentar.

Proposta de Síntese

Experiências positivas de inclusão social associadas aos programas governamentais para participação do pescado no mercado institucional, na área da piscicultura com tanques-rede e viveiros escavados, são desenvolvidas em alguns assentamentos rurais. A aquicultura ornamental, o cultivo de mexilhões e ostras nas reservas extrativistas marinhas e a carcinicultura tem mostrado resultados bastante positivos no que se refere ao incremento de renda para as famílias e para a segurança alimentar.

BA, CE, RN

74.A aquicultura é a atividade primária com o maior potencial para absorção de mão-de-obra, sendo-lhe atribuída a capacidade de geração de três ocupações por hectare em seu estado atual de tecnificação. O aumento na produção da aquicultura deve ser acompanhado por um deslocamento correspondente do papel do setor público no desenvolvimento da atividade. As disponibilidades de sementes (larvas, alevinos, náuplios, etc.) e dos alimentos (rações e insumos a alimentação) devem, sempre que possível, ser fornecidas pelo setor privado.

Propostas de Síntese

A aquicultura é a atividade primária com o maior potencial para absorção de mão-de-obra **por hectare**. O aumento na produção da aquicultura deve ser acompanhado por um deslocamento correspondente do papel do setor público, **nas três esferas**, no desenvolvimento da atividade. As disponibilidades e **qualidade de insumos (sementes, larvas, alevinos, alimentos, rações, etc.)** devem, sempre que possível, ser fornecidas pelo setor privado e **público. Cabe ao Estado desenvolver linhas de incentivo e financiamento para a instalação de fábricas de ração e desoneração da cadeia produtiva bem como assegurar a compra do pescado dos aquicultores sempre que necessário.**

CE, ES, RN, RS, PR, BA

O Estado deve permanecer na gestão (pesquisa, ensino e extensão) e ordenamento da cadeia produtiva e promover: estudos com critérios e rigor científico sobre a questão da extração de sementes de costões aliada ao defeso de mexilhões, a implementação de áreas destinadas para cultivo e coleta de sementes; criação de um fundo específico para projetos de elaboração e construção de equipamentos adequados à realidade da aquicultura nacional, assim como a criação de condições para a aquisição destes equipamentos; criação de programa de horas-maquinas com a participação de 50% do governo federal, 25% do governo municipal e 25% do produtor que subsidie a implantação e reformas de viveiros escavados.

SC

75.São metas do governo federal direcionar os investimentos e concentrar os recursos na disponibilidade e sustentação dos serviços de extensão aos aquicultores, bem como, construir mecanismos eficientes de garantias sanitárias e da sanidade, abertura de mercados, adequação de linhas de crédito e instrumentos de planejamento estratégico que proporcionem simplicidade para os procedimentos de regularização dos empreendimentos.

Proposta de Síntese

São objetivos do governo federal direcionar os investimentos e concentrar os recursos na disponibilidade e sustentação dos serviços **de pesquisa**, assistência técnica e extensão aos aquicultores, **priorizando os pequenos produtores**, bem como, construir mecanismos eficientes de garantias sanitárias e da sanidade, abertura de mercados, adequação de linhas de crédito, **política do preço mínimo, seguro da produção** e instrumentos de planejamento estratégico que proporcionem simplicidade e desburocratização dos procedimentos de regularização dos empreendimentos e **agilizando a legalização dos empreendimentos solidários. Deve também desburocratizar os processos de licenciamento ambiental.**

TO, BA, CE, ES, PR, RS, SP

Novas Propostas

76.O Brasil é um país caracterizado pela diversidade sócio-cultural e por especificidades inter e intra-regionais que influenciam e diferenciam os hábitos alimentares e os padrões de consumo. Desta forma, a comercialização de produtos pesqueiros no mercado interno, as potencialidades de ampliação do consumo e melhoria da qualidade dos produtos estão condicionadas por aspectos regionais. Também a oferta de pescados no mercado está relacionada com a abundância de recursos pesqueiros, diferenciada de região para região. **BA**

77. Desta forma, faz-se necessária a criação de um plano de desenvolvimento da aquicultura familiar que estabeleça áreas apropriadas e legalmente adequadas, levando-se em consideração as necessidades e peculiaridades de cada território, incluindo ainda a piscicultura ornamental dentro da atividade de aquicultura.

BA

78. É preciso também unificar os registros das unidades de piscicultura em um único órgão; caracterizar modelos de produção (geral) e definição de padrões mínimos de produção; criar leis ambientais específicas para a aquicultura e de acordo com as regiões; criar programas específicos para ranicultura, rizipiscicultura, aquicultura ornamental, aquicultura orgânica e pesca turística; linhas de crédito específicas ao produtor para incentivo a pesquisa com espécies nativas nas propriedades; aproveitar empreendimentos públicos para a pesquisa e incentivar a pesquisa e produção de espécies nativas marinhas; que o MPA disponibilize técnicos para atuação em sanidade aquícola.

MG

CONSOLIDAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A PESCA E AQUICULTURA

79. Os princípios gerais da pesca sustentável e responsável, apontados pela FAO e dos quais o Brasil é signatário, orientam a construção das diretrizes para superação de situações que possam ser consideradas obstáculos para o desenvolvimento das atividades pesqueiras e aquícolas.

Proposta de Síntese

Os princípios gerais da pesca sustentável e responsável, apontados pela FAO e adotados pelo Brasil, orientam a construção das diretrizes para superação de situações que podem ser consideradas obstáculos para o desenvolvimento das atividades pesqueiras e aquícolas, **sendo essencial a participação dos movimentos sociais, empresários e de instituições de pesquisa de diferentes regiões na construção de diretrizes específicas e prioritárias.**

BA

80. O reconhecimento da importância do setor da pesca e aquicultura para o desenvolvimento econômico do Brasil em bases sustentáveis requer uma política de Estado. Isto se expressa no fortalecimento das políticas públicas definidas, criando uma estabilidade institucional e garantindo a continuidade das políticas.

Proposta de Síntese

O reconhecimento da importância do setor da pesca e aquicultura para o desenvolvimento econômico do Brasil em bases sustentáveis requer uma política de Estado. Isto se expressa no fortalecimento das políticas públicas **existentes nos governos federal, distrital, estaduais e municipais, na estabilidade institucional e na garantia da continuidade das políticas. Para potencialização da política é importante a destinação de um percentual dos royalties do petróleo para o setor.**

SE, ES

81. A definição de programas estruturantes da cadeia produtiva, a ampliação de investimentos, a criação de um quadro de pessoal próprio e, principalmente, a concepção de gestão que articula toda a atividade, desde a produção, transformação, comercialização até o consumo de pescado pela população, são passos significativos para consolidar a política de pesca e aquicultura no Brasil, bem como os acordos de cooperação técnica com governos estaduais, órgãos do governo federal e internacionais.

Proposta de Síntese

A definição de programas estruturantes da cadeia produtiva, a ampliação de investimentos, a criação **da estrutura organizacional do MPA com as Superintendências Estaduais** e um quadro de pessoal próprio, e, principalmente, a concepção de gestão que articula toda a atividade, **desde a captura, produção, transformação, logística, comercialização até o consumo de pescado pela população, são passos significativos para consolidar a política de pesca e aquicultura no Brasil, bem como os acordos de cooperação técnica com governos estaduais, municipais, entidades de representação do setor pesqueiro e aquícola, organizações não-governamentais** e outros órgãos do governo federal e internacionais **e a criação de Secretarias Municipais de Pesca e Aquicultura e de conselhos municipais e estaduais.**

AL, AM, ES, PE, PR, RJ, SE, SP, TO

82. Os investimentos do Governo serão priorizados para que as comunidades pesqueiras ampliem as infraestruturas de desembarque, beneficiamento, conservação e comercialização, para garantir que o setor tenha condições de agregar valor à produção e proporcionar maior rentabilidade para o pescador e sua comunidade. Associado aos investimentos na infraestrutura está também o processo de formação, capacitação e qualificação do pescador e de suas famílias, especialmente no que se refere ao associativismo e cooperativismo para gestão dos equipamentos e infraestruturas, e para o fortalecimento e empoderamento das comunidades pesqueiras.

Propostas de Síntese

Os investimentos do Governo **devem ser priorizados** para que as comunidades pesqueiras e **aquícolas ampliem as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da sua atividade, como: criação de viveiros comunitários; peixamento dos açudes e lagos; subsidiar a aquisição e recuperação de equipamentos (produção de ração, criação de peixes, navegação e salvatagem, etc.), infraestrutura de desembarque, construção de plataformas de biometria, estruturas de beneficiamento, conservação, comercialização, propaganda, assegurar condições de saneamento básico e de escoamento da produção através de terminais pesqueiros e estaleiros, condições de agregar valor à produção e proporcionar maior rentabilidade para os(as) pescadores(as) e aquícultores(as) e suas comunidades. Esses projetos devem ser discutidos e concebidos de forma participativa com os diversos integrantes do setor pesqueiro e aquícola que farão uso das infraestruturas como os TPPs e outras e com mecanismos de gestão integrada dos equipamentos e infraestruturas.**

AL, AM, BA, CE, MG, MS, PE, PR, SP

Associados aos investimentos em infraestrutura **devem ser garantidos o saneamento básico, saúde, apoio técnico especializado, formação, capacitação, qualificação de pescadores(as), aquícultores(as) e de suas famílias, assistência técnica especialmente no que se refere ao**

associativismo e cooperativismo para a gestão dos equipamentos e infraestruturas e para o fortalecimento e empoderamento das comunidades pesqueiras e **aquícolas familiares. Além disso, deverá destinar esforços para a melhoria da imagem dos(as) pescadores(as) e sua atividade junto a sociedade.**

RN, BA, ES, RJ

OS RECURSOS PESQUEIROS COMO BEM DE USO COMUM – DESAFIO PARA TOMADA DE DECISÕES

83.As águas - o mar, rios, lagoas, lagos, são os espaços onde os pescadores compartilham coletivamente os recursos naturais e, guardadas as unidades de conservação de proteção integral, na prática, o acesso aos recursos marinhos é livre. O Decreto-Lei 5.197/67 (Lei da Fauna) e o Decreto-Lei 221/67 (Lei da Pesca) consideram os recursos pesqueiros bens de uso comum do povo, a exemplo do que foi feito para as florestas e demais formas de vegetação nativa pelo Código Florestal, em 1965. Considerar os recursos pesqueiros como bens de uso comum do povo implica também na regulação desses recursos pela União.

Propostas de Síntese

As águas - do mar, rios, **estuários**, lagoas, lagos, **manguezais** são os espaços onde os pescadores, **marisqueiros, aquicultores e comunidades tradicionais** compartilham coletivamente os recursos naturais e, guardadas as unidades de conservação de proteção integral, na prática, o acesso aos recursos **aquáticos é direito de todos. Porém, há conflitos entre atores econômicos que impedem o acesso dos pescadores aos recursos pesqueiros e áreas tradicionais de acampamentos.** O Decreto-Lei 5.197/67 (Lei da Fauna), o Decreto-Lei 221/67 (Lei da Pesca) e **observando a nova lei da pesca (Lei 11.959/2009)**, consideram os recursos pesqueiros bens de uso comum do povo, a exemplo do que foi feito para as florestas e demais formas de vegetação nativa pelo Código Florestal, em 1965.

PE, AL, CE, ES, RS, SE

Considerar os recursos pesqueiros como bens de uso comum do povo implica na regulação desses recursos pela União, **na intensificação da fiscalização pelos órgãos competentes e de canais de informação e comunicação que garantam às comunidades locais a oportunidade de participação dos empreendimentos em águas públicas.**

SP

84.A utilização coletiva dos espaços e recursos naturais reporta a situações de cooperação ou não entre os usuários em relação ao bem público, já que geralmente não há exclusão dos usuários e o espaço público/coletivo é o espaço do confronto de vários códigos lutando pela hegemonia, o conflito entre o espaço público versus espaço comunitário.

Proposta de Síntese

A utilização coletiva dos espaços e recursos naturais também **gera situações de conflito** ou de cooperação entre os usuários em relação ao bem público. Em geral não há exclusão dos usuários e o

espaço público/coletivo é o espaço do confronto **de diversos interesses**, de conflito entre o espaço público versus o espaço comunitário.

RS

85.Como o espaço público/coletivo é utilizado individualmente, muitas vezes o interesse individual se choca com o interesse coletivo, o que genericamente tem sido denominado de dilema social, numa situação em que ações individuais podem levar a um resultado que é coletivamente irracional.

Proposta de Síntese

Como os espaços públicos/coletivos são utilizados individualmente, muitas vezes o interesse individual se choca com os interesses coletivos. **Isso pode ser facilitado pela fragilidade dos órgãos competentes no cumprimento da legislação em relação à fiscalização das irregularidades existentes. Um exemplo deste conflito é a exploração imobiliária em áreas de marinha e demais regiões de pesca, que impactam negativamente no meio ambiente e na dinâmica social destas regiões, muitas vezes impedindo o acesso dos trabalhadores das águas aos recursos pesqueiros e aquícolas. Para a superação dessas situações de conflito devem prevalecer os interesses coletivos, como por exemplo, a garantia de acesso aos recursos pesqueiros e aquícolas pelos trabalhadores(as) das águas, haver uma fiscalização mais atuante sobre as áreas de marinha que às vezes são ocupadas por empreendimentos imobiliários e criar espaços coletivos que podem contribuir na superação desses conflitos.**

AL, PR, RS

86.Os usuários dos recursos pesqueiros não conseguem avaliar o risco de colapso dos recursos explorados e não percebem as relações de causa e efeito dos atos praticados por eles próprios. Por outro lado, a literatura registra estudos sobre as formas comunitárias de acesso aos espaços públicos que têm assegurado o uso adequado dos recursos pesqueiros. Entretanto, outros autores consideram que as mudanças nas formas de uso comunitário dos recursos permanecem ainda pouco compreendidas e não faltam experiências exemplos de interesses individuais que corrompem e se contrapõem aos interesses coletivos legítimos.

Proposta de Síntese

Nem sempre os usuários e gestores conseguem avaliar o risco **de esgotamento** dos recursos **pesqueiros** explorados e não percebem as relações disso com os atos praticados por eles próprios **e por outros segmentos.** Por outro lado, **estudos demonstram a existência** de formas comunitárias **de uso** dos espaços públicos que tem assegurado o uso adequado dos recursos pesqueiros, **embora** se saiba que as mudanças nas formas de uso comunitário dos recursos permanecem ainda pouco compreendidas. **Também** não faltam exemplos de interesses individuais que se contrapõem aos interesses **coletivos, como por exemplo, o conflito entre pescadores artesanais e industriais, arrozeiros pela utilização de agrotóxicos em lavouras e o uso da terra das margens dos mananciais para os acampamentos. Sendo assim, deve-se compilar os dados de diversas fontes para minimizar as divergências e as informações geradas devem ser disponibilizadas, assim como deve haver profissionais da área para prestar assistência técnica.**

ES, RS, PE, RN, SP

87.A despeito de algumas iniciativas comunitárias de acesso aos recursos pesqueiros e seus

resultados positivos, sem uma participação direta do poder público, a presença do Estado como ente regulador, mediador e fiscalizador da gestão do uso dos recursos é fundamental para garantia dos interesses coletivos.

Proposta de Síntese

A despeito de iniciativas comunitárias de acesso aos recursos pesqueiros e seus resultados positivos, estas não eliminam a necessidade de participação direta do poder público. A presença do Estado como ente regulador, mediador, **educativo** e fiscalizador da gestão do uso dos recursos é fundamental também para **agregar ações educativas e estabelecer procedimentos de cogestão para a garantia dos interesses coletivos. Neste sentido, torna-se fundamental uma ação diferenciada do Estado, estabelecendo ações de fiscalização para garantir a proteção especial de áreas berçário como os manguezais; o zoneamento marítimo com a delimitação de áreas que estabeleça a separação e a redução dos conflitos entre a pesca artesanal e industrial; a redução do distanciamento entre agentes de fiscalização e as comunidades pesqueiras; a fiscalização de atividades náuticas que influenciam negativamente a pesca artesanal; e a criação de uma brigada ambiental nos municípios para uma fiscalização mais eficiente.**

PE, BA, SC, SE

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL – O PAPEL DO ESTADO

88.A atividade pesqueira e aquícola se reveste de grande importância para o desenvolvimento do Brasil, seja por considerar aspectos estratégicos, como defesa de fronteiras e integração nacional, ou por avaliar seu potencial para a sociedade como geradora de divisas, emprego e renda.

Proposta de Síntese

A atividade pesqueira e aquícola se reveste de grande importância para o desenvolvimento do Brasil, **seja por aspectos estratégicos, como a defesa de fronteiras ou a integração das regiões do país, ou pelo potencial gerados de divisas, emprego, renda e segurança alimentar. Nesse processo, as comunidades pesqueiras devem ser vistas como tradicionais, ressaltando-se a sua cultura, para que sirvam como instrumento de interação e inserção social, disseminação e preservação de culturas locais** ou por seu potencial para a sociedade como geradora de divisas, emprego, renda e segurança alimentar. **Desta forma é extremamente necessária a participação intensiva de órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público, OAB e Ministério da Saúde apoiando as iniciativas do MPA.**

CE, BA, MA, PE

89.Em geral, a estrutura institucional responsável pela administração da atividade produtiva aquícola e pesqueira está envolvida em processos relacionados à exploração de recursos naturais e ao uso adequado de fundos públicos que vão fornecer base para sustentação dos serviços de gestão da aquicultura e da pesca, com foco no seu desenvolvimento sustentável. É consenso a responsabilidade do Governo em intervir para assegurar o desenvolvimento sustentável do setor e a correta articulação de medidas de modo a garantir o efetivo desenvolvimento sustentável da atividade.

Proposta de Síntese

Em geral, a estrutura institucional responsável pela administração da atividade produtiva aquícola e pesqueira está envolvida em processos relacionados à exploração de recursos naturais e ao uso adequado de fundos públicos que vão fornecer a base para sustentação dos serviços de gestão da aquicultura e da pesca, com foco no desenvolvimento sustentável. **É dever e responsabilidade do Governo intervir para assegurar o desenvolvimento sustentável do setor, com a criação de um Plano de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca e com estudos técnicos, que estabeleçam as áreas apropriadas e legalmente adequadas, levando-se em consideração as necessidades de cada território assim como a articulação das políticas públicas** de modo a garantir o efetivo desenvolvimento sustentável da atividade.

AM, BA, RS

90.Na medida em que a formulação dos objetivos nacionais deve levar em consideração o contexto internacional de notável influência, os critérios de administração pesqueira moderna também devem evoluir nas formas de ordenamento técnico e operativo, visando a garantir a sustentabilidade de recursos com características especiais que exigem uma administração singular e adequada. A gestão da atividade da pesca e aquicultura envolve direta e indiretamente diferentes temas e interesses, os quais atualmente são de competência de diferentes pastas públicas federais.

Proposta de Síntese

Do mesmo modo que a formulação dos objetivos **de desenvolvimento** nacionais devem levar em consideração o contexto internacional, os critérios da administração pesqueira moderna também devem evoluir nas formas de ordenamento técnico e operativo, **para a garantia de áreas exclusivas para a atividade artesanal, visando a sustentabilidade das comunidades tradicionais com características especiais que exigem uma administração singular e adequada e o desenvolvimento da pesca e aquicultura ambientalmente responsável.** A gestão da atividade pesqueira e aquícola, embora envolva direta e indiretamente diferentes temas e interesses os quais atualmente são de competência de diferentes pastas públicas federais, **deve ser centralizada no Ministério da Pesca e Aquicultura. Entre os temas podemos citar: o processo de liberação das terras e águas da União e a capacitação dos fiscais de pesca para melhorar a abordagem aos pescadores.**

BA, PE, PR, SP

91.Tendências mundiais apontam que o montante de recursos destinados à gestão da atividade pesqueira e aquícola por um país sugerem quanto os recursos pesqueiros e seus beneficiários são importantes para o governo. Ao longo dos últimos seis anos, ficou patente a importância da atividade aquícola e pesqueira para o governo brasileiro.

92.Igualmente, a governabilidade do setor pesqueiro e aquícola compreende o seu marco jurídico e institucional. Estes dois pontos estão articulados e atuam de forma complementar para garantir que a atividade produtiva desempenhe a função que o conjunto da sociedade considere adequada. Assim, a governabilidade, que envolve a formulação das políticas públicas e a normatização das atividades, garante uma competência eficiente dentro do setor e um acesso equitativo aos recursos. A aprovação da Lei da Pesca representa uma nova referência para a política pesqueira e aquícola no país, adequando-se às necessidades contemporâneas, já que a atividade era regida pelo Decreto-Lei 221 de 1967, bem como projeta o futuro desenvolvimento da atividade pesqueira e aquícola.

93. Uma das características peculiares do setor pesqueiro e aquícola é que sua gestão e fomento convocam a participação de um importante número de organismos públicos de naturezas diversas. A diversidade de instituições relacionadas à atividade pesqueira no Brasil e a inerente complexidade institucional são determinantes para o desenvolvimento sustentável da atividade.

Propostas de Síntese

Uma das características do setor pesqueiro e aquícola é que sua gestão e fomento **requerem a participação de diversos órgãos públicos**. Essa diversidade de órgãos relacionados à atividade pesqueira e aquícola no Brasil, **apesar de aumentar a burocracia dos processos**, são determinantes para o desenvolvimento sustentável da atividade e **devem atuar harmonicamente de modo a evitar entraves burocráticos**. **No entanto, torna-se necessária a integração entre os setores, movimentos sociais, empresas e todos os órgãos.**

BA, CE, SP

Ainda que necessária tal configuração institucional, alguns espaços ainda são de difícil acesso aos pescadores, pois não permitem a sua ampla participação. É fundamental fortalecer espaços que garantam a participação plena dos pescadores, não somente suas representações legais, que em muitos casos, permanecem distantes da realidade das comunidades pesqueiras. Portanto, além da necessidade de uma nova estrutura institucional é necessário: rever o formato destes espaços, instrumentalizar o pescador e suas diferentes formas de representação, além da colônia de pescadores, para atuarem em processos participativos de gestão dos recursos pesqueiros. Para facilitar o acesso à informação é essencial a descentralização dos órgãos governamentais e a socialização das informações através da implantação de postos de atendimento nos territórios.

BA, SC

94. O dinamismo empreendedor do mercado não garante o uso racional dos recursos, o acesso aos meios de produção e distribuição da riqueza gerada pelo setor. Sendo assim, faz parte da missão do Estado estabelecer com as organizações representativas do setor, organizações da sociedade, unidades de ensino e pesquisa, os rumos para o desenvolvimento da aquicultura e pesca no país.

Proposta de Síntese

O **dinamismo do mercado, que muitas vezes o pescador não conhece**, não garante por si só o uso racional dos recursos, o acesso aos meios de produção e a distribuição da riqueza gerada pelo setor. Sendo assim, **é papel do Estado** estabelecer com as organizações representativas do setor, organizações da sociedade e unidades de ensino e pesquisa aplicada e **de desenvolvimento de tecnologia**, os rumos para o desenvolvimento da aquicultura e pesca no país.

AL, RS

95. Assumindo esta missão institucional associada a organização de suas competências, a superação das deficiências de infraestrutura logística e quadros técnicos, a ampliação do volume de recursos financeiros e ao estabelecimento de parcerias com instituições que disponham de programas e ações que respondam às necessidades do setor, a SEAP/PR tem criado as condições para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Desta forma, de acordo com as diretrizes propostas, tem possibilitado que a iniciativa privada empreenda com segurança, contribuindo para desenvolvimento social e econômico do país. A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura é um

dos passos mais importantes para a consolidação de uma política de Estado.

Proposta de Síntese

Assumindo esta missão institucional associada à organização de suas competências, à superação das deficiências de infraestrutura logística e de quadros técnicos, a ampliação do volume de recursos financeiros e o estabelecimento de parcerias com instituições que disponham de programas e ações que respondam às necessidades do setor, o MPA tem criado as condições para o uso sustentável dos recursos pesqueiros, **embora ainda se faça necessário proporcionar maior facilidade de acesso dos beneficiários aos programas governamentais**. **Tem possibilitado também** que a iniciativa privada invista com segurança, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país. A criação e **fortalecimento** do MPA é um dos passos importantes para a consolidação de uma política de Estado.

AL, RS

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

96. Diante do crescimento do consumo dos alimentos e do aumento dos preços no mundo, o Brasil tem a condição de desenvolver a pesca e a aquicultura para produzir um alimento nobre e saudável, o pescado. Assim, também é uma grande oportunidade para aumentar o emprego e a renda dos pescadores e aquicultores brasileiros.

Proposta de Síntese

Diante do crescimento do consumo e da alta dos preços dos alimentos, o Brasil tem a condição de **além** de desenvolver a pesca e a aquicultura para produzir um alimento nobre e saudável, produzir outros organismos aquáticos e peixes ornamentais. **Essas são oportunidades** para aumentar o emprego e a renda dos pescadores e aquicultores brasileiros, **com igualdade de oportunidades para as diferentes gerações, gêneros e etnias**. **Para isso se faz necessário melhorar as condições de trabalho e de infraestrutura adequadas para a necessidade de cada comunidade territorial; capacitar o pescador de forma contínua e permanente; incentivar o consumo interno do pescado através de sua promoção junto a mídia; e, implantar programas de compra direta para a merenda escolar e para o consumo governamental** (escolas, presídios).

CE, PE, BA, PR, RN, SP

97. O Brasil hoje produz mais de um milhão de toneladas/ano de pescado, gerando um PIB pesqueiro de R\$ 5 bilhões, ocupando 800 mil profissionais entre pescadores e aquicultores e gerando 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. O potencial de crescimento é enorme e o Brasil pode se tornar um dos maiores produtores mundiais de pescado.

Proposta de Síntese

O Brasil hoje produz mais de um milhão de toneladas por ano de pescado gerando um PIB (Produto Interno Bruto) pesqueiro de 5 bilhões de reais, ocupando cerca de 800 mil profissionais entre pescadores e aquicultores e gerando 3 milhões e meio de empregos diretos e indiretos. O potencial de crescimento sustentável é enorme e o Brasil pode se tornar um dos maiores produtores mundiais de pescado, **contribuindo também para a soberania e segurança alimentar com políticas voltadas para os pescadores artesanais**. **No mercado de aquarofilia, que movimenta 15 bilhões de dólares**

em todo mundo, o Brasil só se destaca na exportação de peixes coletados e a aquicultura ornamental é voltada somente para o mercado interno, que ainda é muito informal.
BA, CE, PE, RS

98.O governo federal, com a participação do setor produtivo e da sociedade civil organizada, elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aqüicultura. O objetivo deste plano é promover o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro e aquícola, articulando todos aqueles envolvidos com a pesca e a aquicultura, consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a soberania e segurança alimentar do Brasil.

99.O plano da SEAP/PR estabeleceu em suas diretrizes a abordagem territorial dos programas e ações para a intervenção pública em prol do desenvolvimento sustentável, prioritariamente nos espaços de maior concentração da sua demanda social. A capacidade dos pescadores e aqüicultores em planejar e gerenciar seu próprio processo de desenvolvimento é um dos pontos fundamentais para a integração das políticas públicas para a pesca e aquicultura.

Propostas de Síntese

O Plano Mais Pesca e Aquicultura estabeleceu em suas diretrizes a abordagem territorial dos programas e ações para a intervenção pública em prol do desenvolvimento sustentável, prioritariamente nos espaços de maior concentração **de pescadores(as) e aqüicultores(as)**. A capacidade dos pescadores e aqüicultores em planejar e gerenciar seu próprio processo de desenvolvimento é um dos pontos fundamentais para a integração das políticas públicas para a pesca e aquicultura.

Essas políticas deverão ser prioritariamente voltadas aos pescadores artesanais, levando em consideração suas realidades culturais, sociais, ambientais e econômicas. Deve-se aliar a isso o apoio técnico e a capacitação.

RS

100.O plano Mais Pesca e Aqüicultura tem as seguintes diretrizes:

INCLUSÃO SOCIAL

101.Até pouco tempo, o debate sobre a inclusão social, combate à pobreza e à fome era tema circunscrito, e as iniciativas nestas áreas, praticamente desenvolvidas pelos movimentos sociais.

Proposta de Síntese

Até pouco tempo, o debate sobre a inclusão social, **segurança e saúde do trabalho**, combate à pobreza e à fome **era tema discutido por poucos** e as iniciativas nestas áreas, **em geral** desenvolvidas pelos movimentos sociais, **sentiam a ausência significativa de programas contendo ações efetivas de capacitação e informação.**

AM, RN

102.A sociedade tem e sempre teve um papel fundamental nas conquistas sociais no Brasil, e a

própria incorporação das políticas de inclusão social como prioridade de governo é resultado da mobilização e organização da sociedade. O Estado assume o compromisso de formulação de políticas para o setor e, democraticamente, busca na sociedade o apoio para formulação de parcerias estratégicas e duradouras.

Proposta de Síntese

A sociedade tem e sempre teve um papel fundamental nas conquistas sociais no Brasil, e a própria incorporação das políticas de inclusão social como prioridade de governo é resultado da sua mobilização e organização. O Estado **assumiu** o compromisso de formulação de políticas para o setor e, democraticamente, busca na sociedade o apoio para formulação de parcerias estratégicas e duradouras, **com a finalidade de viabilizar técnica e economicamente sua implementação.**

AM

103.Inclusão Social é oferecer oportunidades para as pessoas participarem da distribuição de renda do país, dentro de um sistema que beneficie a todos e não somente a uma camada da sociedade. Sobretudo a inclusão social é uma questão de políticas públicas, pois essas são formuladas e, basicamente, executadas por decretos e leis, assim como em declarações e recomendações de âmbito internacional. Por estas razões, surge a necessidade de uma atualização das diversas políticas sociais, que ora se sobrepõem em alguns pontos, ora apresentam lacunas históricas, como é o caso da pesca.

Propostas de Síntese

O objetivo maior da Inclusão Social é oferecer oportunidades para as pessoas participarem da distribuição de renda do país, dentro de um sistema que beneficie a todos e não somente a uma camada da sociedade. Sobretudo a inclusão social é uma questão de políticas públicas, pois essas são formuladas e **reguladas** por decretos e leis, assim como em declarações e recomendações de âmbito internacional. Por estas razões, surge a necessidade de uma atualização das diversas políticas sociais **com legislação adequada às características regionais** que ora se sobrepõem em alguns pontos, ora apresentam lacunas históricas, como é o caso da pesca **e da aquicultura. É indispensável o fortalecimento das organizações sociais e efetivar os conselhos do setor em todas as esferas governamentais, bem como estabelecer maior interação entre organizações de pescadores e aqüicultores e os órgãos federais e estaduais.**

PA, SP

Os(as) pescadores(as) profissionais artesanais são segurados especiais e como tal devem ser tratados, no entanto, ainda persistem dificuldades de acesso à aposentadoria nos itens de comprovação de renda, tempo de serviço e por desconhecimento da legislação. Em relação a isso, propõe-se: revisão do atual plano de aposentadoria, dos trabalhadores da pesca, homens e mulheres, visando a redução do tempo de carência e idade em cinco anos, pois os mesmos estão expostos à condições de insalubridade; aposentadoria especial para o pescador que comprovar os 25 anos de atividade ou 55 anos de idade e pelo menos 15 anos de contribuição; aumentar o valor do seguro-desemprego para 2 salários mínimos e mais uma cesta básica; elevar o teto salarial dos pescadores de um para dois salários mínimos na aposentadoria, para que os mesmos possam ter uma velhice mais digna; que a mulher do pescador se aposente aos 55 anos e seja isenta da comprovação de renda de contribuição; incluir na regulamentação da nova Lei da Pesca a mulher

pescadora e beneficiadora de pescados; a pescadora, descascadora de camarão, também deve receber o seguro defeso do camarão; facilitar o acesso das mulheres de pescadores aos benefícios sociais.

PR, RS, SC, BA

104. Estamos vivendo uma época onde fica patente a necessidade de inclusão social das comunidades mais carentes. As políticas de inclusão social para a pesca artesanal profissional têm suas premissas no apoio e melhoria de vida para essa categoria, sendo fundamental a possibilidade de acesso à educação. A elevação da escolaridade, a capacitação e a qualificação dos pescadores se revestem em ação afirmativa, promotora de inclusão social de mais de meio milhão de famílias que sobrevivem da pesca artesanal. A cidadania, a melhoria de renda e, conseqüentemente melhoras na qualidade de vida de pescadores e pescadoras são o foco dessa política, associados aos processos de valorização da pesca e da cultura das populações tradicionais, assegurando os direitos dessas populações e considerando o reconhecimento de suas diversidades culturais.

Propostas de Síntese

Estamos vivendo uma época onde fica patente a necessidade de inclusão social das comunidades mais carentes. As políticas de inclusão social para a pesca artesanal e **aquicultura** têm suas premissas no apoio e melhoria de vida para essas categorias, sendo fundamental a possibilidade de acesso à educação, **cidadania, saúde, segurança e moradia**. A elevação da escolaridade, a capacitação e a qualificação **técnica** dos pescadores, **aquicultores e seus familiares** se revestem em ação afirmativa, promotora de inclusão social de mais de meio milhão de famílias que sobrevivem da pesca artesanal e **da aquicultura**. **Esse deve ser o foco das políticas**, associados aos processos de valorização da pesca, aquicultura, **da cultura e dos territórios** das populações tradicionais, assegurando os direitos e **deveres** dessas populações e reconhecendo suas diversidades culturais.

AM, CE, PE, MA, PI, RN

Uma política voltada para os jovens pescadores poderá ser um grande diferencial para o futuro da pesca artesanal no Brasil. A educação em comunidades pesqueiras também deve tratar dos aspectos que envolvem a pesca artesanal.

RS

Em relação à habitação para os pescadores, deverão ser tomadas as seguintes medidas: reforço de um bilhão de reais para o programa “Minha casa minha vida”; que a aplicação dos recursos do programa seja submetida aos conselhos municipais de habitação nos municípios onde houver; proporcionar o acesso ao programa aos municípios com menos de 50.000 habitantes; inserção de representantes de pescadores nos conselhos municipais de habitação; apoiar a emenda constitucional PEC-285, que define o percentual de recursos permanentes destinados a habitação de interesse social; fazer parceria entre a Secretaria de Patrimônio da União, MPA, IBAMA e representantes dos pescadores com as prefeituras para levantamento das áreas da União visando à regularização fundiária das áreas ocupadas pelos pescadores (casas, ranchos de pescadores e áreas para trabalho de aquicultura), prevendo a presença do Ministério Público no decorrer do processo.

SC, SP

Novas Propostas

105. Implantação do atendimento básico à saúde das comunidades pesqueiras e implementação de balsas hospitalares para as comunidades mais distantes dos centros urbanos.

AC

106. É fundamental para o desempenho das atividades do setor da pesca, que o MPA disponha de uma equipe técnica capacitada para viabilizar procedimentos como o cadastramento e recadastramento de pescadores, aquicultores e embarcações no intuito de reduzir problemas enfrentados atualmente pela deficiência da documentação necessária.

PA

ESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA

107. O domínio da cadeia produtiva e da comercialização é fundamental para o crescimento do pescador artesanal e da sua comunidade. A pesca artesanal no Brasil é uma atividade extremamente informal, com pouca tecnologia associada às diversas etapas da cadeia produtiva, e é preciso considerar que existe uma ampla variedade de atividades que geram trabalho e renda, e que não estão formalizadas. Estas atividades constituem importante estratégia de sobrevivência para um significativo número de famílias de pescadores artesanais.

Proposta de Síntese

A inserção e participação efetiva na cadeia produtiva e na comercialização são fundamentais para o crescimento do pescador artesanal, **do aquicultor familiar** e da sua comunidade. A pesca artesanal e **aquicultura familiar** no Brasil ainda são **atividades informais, com pouca tecnologia de agregação de valor ao pescado** associada às diversas etapas da cadeia produtiva. É preciso considerar que existe uma ampla variedade de atividades que geram **emprego** e renda e **que necessitam de formalização (aproveitamento de resíduos, artesanato com pele de peixe etc.)**, pois **poderão** constituir importantes estratégias de sobrevivência para um significativo número de famílias de pescadores artesanais e **aquicultores familiares**.

MS, PE, RN, CE, SP

108. Algumas dessas atividades estão associadas à comercialização direta e informal realizada por muitos pescadores para a população das localidades em que residem ou para pequenos mercados. Outras têm relação com as etapas de processamento do pescado que, muitas vezes, são realizadas pela família de pescadores, como na cadeia produtiva de mariscos, onde grande parte do beneficiamento é realizada informalmente, sem estrutura mínima voltada à qualidade sanitária e à saúde do trabalhador.

Proposta de Síntese

Algumas dessas atividades estão associadas à comercialização direta e informal realizada por muitos pescadores e **aquicultores** para a população das localidades em que residem, para pequenos mercados **ou atravessadores**. Outras têm relação com as etapas de processamento do pescado que, muitas vezes, são realizadas pela família como na cadeia produtiva de mariscos e **macroalgas**, onde grande parte do beneficiamento é realizado informalmente e **principalmente por mulheres**, sem

estrutura mínima voltada à qualidade sanitária e à saúde **da trabalhadora. Essas atividades, pela importância que apresentam, devem ser mais valorizadas e qualificadas através de capacitações e investimento em estruturas adequadas.**

RN, BA, CE, PE, RS, SP

109. Um diagnóstico elaborado pela SEAP/PR revela que grande parte da deficiência estrutural do setor pesqueiro artesanal está vinculada às dificuldades de acesso aos meios de conservação do pescado, principalmente ao gelo. Considera-se ainda a grande dificuldade de comercialização direta de produtos provenientes da pesca artesanal e aquicultura familiar, pela ação de intermediários na cadeia produtiva, acarretando menores rendimentos para os pescadores artesanais e pequenos aquicultores. A consolidação econômica da pesca artesanal está intimamente associada à estruturação da cadeia produtiva, com carências de unidades de beneficiamento, armazenamento e comercialização.

Proposta de Síntese

Um diagnóstico elaborado pela SEAP/PR revela que grande parte das deficiências estruturais do setor pesqueiro está vinculada às dificuldades de acesso aos meios de conservação do pescado, principalmente, ao gelo **de qualidade e em quantidade.** Considera-se ainda a dificuldade de comercialização direta de produtos provenientes da pesca artesanal e aquicultura familiar, pela ação de intermediários, **gerando menores rendimentos.** A consolidação econômica da pesca artesanal e **da aquicultura** está intimamente associada à estruturação da cadeia produtiva, **a ações de formação e capacitação e tecnologias acessíveis e adequadas econômica e culturalmente para beneficiamento, armazenamento, incluindo o a bordo e comercialização de pescados. Além disso, é necessária uma legislação para a pesca e comercialização do pescado in natura que atenda às necessidades dos pescadores, aquicultores e dos serviços de inspeção oficiais, levando à maior abertura de espaços para a venda direta do pescado.**

BA, CE, DF, MS, PI, PR, RN, RS, SP

110. No exercício de sua atividade, os pescadores artesanais se deparam com inúmeras dificuldades, em função da precariedade do trabalho, da falta de acesso aos meios de produção e da dependência resultante das formas predominantes de comercialização do pescado. A melhoria da qualidade do pescado a ser comercializado e os processos de intermediação continuam sendo os pontos mais críticos para o desenvolvimento da pesca artesanal e ao aumento de renda dos pescadores.

Proposta de Síntese

No exercício de sua atividade, os pescadores artesanais e **aquicultores familiares** se deparam com inúmeras dificuldades, em função da precariedade do trabalho, da falta de acesso aos meios de produção, **da falta de equipamentos e estrutura que faz com que sejam dependentes de intermediários** e da dependência resultante das formas predominantes de comercialização do pescado. A melhoria da qualidade do pescado a ser comercializado e os processos de intermediação continuam sendo os pontos mais críticos para o desenvolvimento da pesca artesanal e **da aquicultura** e ao seu aumento de renda.

CE, MS, PE, RN, RS

111. A pouca organização do setor pesqueiro artesanal e outros problemas inerentes a este

segmento acentuam as conseqüências do aparelhamento estrutural: produtos finais encarecidos, de pouca variedade e qualidade - inclusive sanitária - e valor agregado baixo, e em geral, unidades produtivas e de comercialização relegadas ao baixo rendimento e à informalidade.

Proposta de Síntese

A pouca organização dos setores pesqueiro artesanal e **aquícola familiar e insuficiente atuação dos poderes públicos** e outros problemas inerentes a este segmento acentuam as conseqüências estruturais: **produtos finais caros,** de pouca variedade e qualidade - inclusive sanitária - e valor agregado baixo, e em geral, unidades produtivas e de comercialização relegadas ao baixo rendimento e à informalidade. **Para salvaguardar o consumidor, se faz necessária a aplicação eficaz das normas sanitárias, minimizando os problemas de consumo e inibindo o comércio clandestino do pescado. Isso só será possível com, cada vez mais, apoio à estruturação da cadeia produtiva.**

CE, MS, RN, RS, TO

112. Esforços estão sendo direcionados para superar lacunas nas fases da produção, transformação e comercialização até o pescado chegar à mesa do consumidor. O pescado oriundo da atividade artesanal abastece, principalmente, o mercado interno, e o escoamento dos peixes, crustáceos e moluscos ocorre de maneira bastante informal, havendo perdas substanciais da produção ao longo do processo, estimadas em 30% do pescado capturado.

Proposta de Síntese

Esforços, **embora ainda insuficientes,** estão sendo direcionados para superar lacunas nas fases da produção, transformação e comercialização até o pescado chegar à mesa do consumidor. O pescado oriundo das atividades da pesca artesanal e **da aquicultura** abastecem, principalmente, o mercado interno, e o escoamento dos peixes, crustáceos, moluscos e **algas** ocorre de maneira bastante precária e informal, havendo perdas substanciais da produção ao longo do processo.

CE, ES, PE, RN

113. Atuar de forma a estruturar a cadeia produtiva da pesca e aquicultura engloba aspectos essenciais como: apoiar a gestão e o funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira; promover a adequação física e sanitária destas com o objetivo de gerar produtos de maior aceitação, maior valor agregado e com a melhoria das condições sanitárias; aumento da oferta de pescado às populações; aumento do preço pago ao pescador; e apoiar o funcionamento de estruturas públicas ou de interesse público de comercialização do pescado.

Proposta de Síntese

Atuar de forma a estruturar a cadeia produtiva da pesca e aquicultura engloba aspectos essenciais como: **realizar capacitação técnica das pessoas envolvidas em todas as etapas do processo; financiar e apoiar** a gestão e o funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva; **análise aprofundada da cadeia através de estudos, definindo ações específicas de acompanhamento, reformulação e formalização; disponibilizar apoio técnico e de laboratório através de estudos de viabilidade da utilização de espécies aquícolas e minimização dos custos de produção;** promover a adequação física e sanitária destas, **tais como construção de poços e tanques, pontos de apoio para pescadores, atracadouros, plataformas de biometria, estruturas de beneficiamento, processamento, terminais pesqueiros e estaleiros** com o objetivo de gerar produtos de maior

aceitação, maior valor agregado; **incentivar o artesanato**; aumentar a oferta de pescado às populações; aumentar o preço pago e **garantir o preço mínimo ao pescador e ao aqüicultor**; apoiar o funcionamento de estruturas públicas ou de interesse público de comercialização do pescado; **criar uma política de gestão direcionada a organizar de forma associativa e cooperativa pescadores e aqüicultores.**

BA, CE, MS, PI, PR, RN, RS

114. Neste contexto, o governo federal está investindo na aquisição e operacionalização das fábricas de gelo, a aquisição de caminhões e barcos de carga para transporte de pescado, buscando a modernização da cadeia produtiva e suprir deficiências estruturais do setor. O apoio a pequenos empreendimentos da pesca artesanal é outra iniciativa para estruturação da cadeia produtiva, o projeto é executado em parceria com a CONAB. No tocante à etapa de produção, a equiparação do preço do óleo diesel marítimo para a pesca brasileira com o preço praticado internacionalmente, que antes era dirigida apenas ao setor industrial, agora também chega ao pescador artesanal.

Propostas de Síntese

Neste contexto, o governo federal está investindo na aquisição e operacionalização de fábricas de gelo, caminhões e barcos de carga para transporte de pescado, buscando a modernização da cadeia produtiva e a superação de deficiências estruturais do setor **com subsídios para manutenção e operacionalização. O apoio a pequenos empreendimentos é outra iniciativa para estruturação da cadeia produtiva.** No tocante à etapa de produção, a equiparação do preço do óleo diesel marítimo para a pesca brasileira com o preço praticado internacionalmente, que antes era dirigida apenas ao setor industrial, agora também chega ao pescador artesanal. **Propõe-se subsidiar a gasolina para pescadores artesanais.**

CE, SE

Com este objetivo, sugere-se a garantia de preço mínimo para o pescado, de acordo com cada região, baseado nos valores de mercado.

AM

FORTALECIMENTO DO MERCADO INTERNO

115. O Brasil é um país caracterizado pela diversidade sócio-cultural e por especificidades inter e intra-regionais que influenciam e diferenciam os hábitos alimentares e os padrões de consumo. Desta forma, a comercialização de produtos pesqueiros no mercado interno, as potencialidades de ampliação do consumo e melhoria da qualidade dos produtos estão condicionadas por aspectos regionais. Também a oferta de pescados no mercado está relacionada com a abundância de recursos pesqueiros, diferenciada de região para região.

Proposta de Síntese

O Brasil é um país caracterizado pela diversidade sócio-cultural e por especificidades inter e intra-regionais que influenciam e diferenciam os hábitos alimentares e os padrões de consumo. Desta forma, a comercialização de produtos pesqueiros no mercado interno, as potencialidades de

ampliação do consumo e melhoria da qualidade dos produtos estão condicionadas por aspectos regionais. Também a oferta de pescados no mercado está relacionada com a abundância de recursos pesqueiros, diferenciada de região para região. **Porém, para que se modifique o hábito alimentar dos brasileiros será necessária uma revisão nas legislações tributária, sanitária e ambiental federal e estaduais de forma a se incentivar e facilitar o acesso ao pescado.**

GO

116. Com todo o potencial brasileiro para a produção de pescado, o consumo ainda é baixo, se comparado ao de outros países. São cerca 7 quilos por habitante ao ano, em média, segundo o último estudo realizado pelo IBGE. A média mundial é de 16 kg/hab/ano e o recomendado pela Organização Mundial de Saúde é 12 kg/hab/ano. Alguns estados do país têm o peixe como base da alimentação da população, caso da Amazônia (34,67 kg/hab/ano), outros, no entanto, têm consumo muito abaixo da média nacional, como a região Centro-Oeste (1,36 kg/hab/ano).

Proposta de Síntese

Com todo o potencial brasileiro para a produção de pescado, o consumo ainda é baixo, se comparado ao de outros países. São cerca 7 quilos por habitante ao ano, em média, segundo o último estudo realizado pelo IBGE. A média mundial é de 16 kg/hab/ano e o recomendado pela Organização Mundial de Saúde é 12 kg/hab/ano. **Algumas localidades do país** tem o peixe como base da alimentação da população, caso da Amazônia onde se consome cerca de 34,67 kg/hab/ano. Outros, no entanto, têm consumo muito abaixo da média nacional, como a região Centro-Oeste com 1,36 kg/hab/ano. **Portanto, se faz necessário criar mecanismos de incentivo ao consumo a preços competitivos em relação a outras fontes de proteína animal.**

PR

117. A quantidade e preferências de consumo de pescado estão associadas à renda que está disponível para a compra, pela presença de outros produtos que possam substituir o peixe e pelos preços dos produtos. Os atributos que mais influenciam as preferências individuais são: sabor, conteúdo nutritivo, possibilidade de deterioração, tempo e temperatura de refrigeração, uniformidade na qualidade e regularidade na oferta. Via de regra, os consumidores não possuem todas estas informações sobre o pescado e estabelecem um padrão de qualidade desejável que, por sua vez, influencia a escolha do local onde será efetuada a compra.

Proposta de Síntese

A quantidade e preferências de consumo de pescado estão associadas à renda que está disponível para a compra, pela presença de outros produtos que possam substituir o peixe e pelos preços dos produtos. Os atributos que mais influenciam as preferências individuais são: **preço**, sabor, conteúdo nutritivo, possibilidade de deterioração, tempo e temperatura de refrigeração, uniformidade na qualidade, **formas de processamento** e regularidade na oferta. **Em geral**, os consumidores não possuem todas estas informações sobre o pescado e estabelecem um padrão de qualidade desejável que, por sua vez, influencia a escolha do local onde será efetuada a compra. **Portanto, percebe-se a necessidade de realização de campanhas de incentivo ao consumo de pescado, divulgando suas características do produto (organolépticas, nutricionais) e apoiando a melhoria das estruturas relacionadas ao seu comércio.**

RO, GO, MA, RS, SP

118.No Brasil, a grande oferta de proteína animal influencia e compete diretamente no consumo de pescado. Além da abundância de outras carnes, o preço destes produtos geralmente é mais acessível ao consumidor que o pescado. Cerca de 40% do pescado consumido no mercado interno é comercializado em feiras, peixarias e mercados públicos e os supermercados vendem 25% do total de pescados no país

119.Aproximadamente 2/3 da produção pesqueira marinha é comercializada in natura. Já na pesca continental este percentual atinge quase a totalidade. Assim, a adequação da infraestrutura para distribuição e comercialização do pescado torna-se determinante na qualidade do pescado a ser vendido e consumido. A proximidade entre produtor e seu mercado de comercialização é também condição importante para determinar a qualidade do pescado, pois quanto mais distante estiver o produtor do consumidor final, maior será o número de intermediários e de tecnologias empregadas na conservação do pescado.

120.A cadeia de produção, distribuição e comercialização do pescado no Brasil é composta sinteticamente, por um intermediário coletor e/ou distribuidor ou atravessador; as empresas de beneficiamento ou atacadistas e os mercados públicos, supermercados, peixarias, feiras, hotéis e restaurantes, onde o pescado será consumido. É preciso aproximar o produtor do consumidor. O incentivo ao consumo do pescado é uma ação permanente do governo federal e tem foco na educação e na qualidade de vida.

Proposta de Síntese

A cadeia de produção, distribuição e comercialização do pescado no Brasil é composta sinteticamente, **por um pescador/produtor**; intermediário coletor e/ou distribuidor ou atravessador; e as empresas de beneficiamento ou atacadistas e os mercados públicos, supermercados, peixarias, feiras, hotéis e restaurantes, onde o pescado será consumido. É preciso aproximar **o pescador/produtor** do consumidor **de forma que possam atingir os padrões de qualidade mínimos exigidos pelo mercado**. O incentivo ao consumo do pescado é uma ação permanente do governo federal e tem foco na educação e na qualidade de vida.

PE, SP

121.Ainda existem algumas restrições para ampliar a participação do pescado no mercado interno brasileiro, sendo as principais: limitação da oferta de recursos pesqueiros; poucos profissionais aptos ao controle de qualidade; concentração da compra de pescado numa pequena parcela da população; presença de grande número de intermediários e deficiências tecnológicas na conservação e armazenamento.

Proposta de Síntese

Ainda existem algumas restrições para ampliar a participação do pescado e **outros produtos aquáticos** no mercado interno brasileiro, sendo as principais: limitação da oferta de recursos pesqueiros; poucos profissionais aptos ao controle de qualidade; **melhoria na qualidade do pescado**; concentração da compra de pescado numa pequena parcela da população; **diferenças sócio-econômicas e culturais**; presença de grande número de intermediários e deficiências tecnológicas na conservação e armazenamento, **difusão da tecnologia de produção e legislações estaduais inapropriadas**. DF, GO, RN

122.São objetivos do governo federal para promover comercialmente os produtos oriundos da pesca e aquicultura: estimular o aumento, a qualificação e a diversificação do consumo de produtos e subprodutos de pescados brasileiros no mercado interno; aplicar estratégias articuladas de capacitação de efetivos pesqueiros e aquícolas em métodos de processamento, armazenamento, boas práticas de manipulação e técnicas de comercialização e promover a oferta direta de pescados por produtores/pescadores aos consumidores finais.

Proposta de Síntese

São objetivos do governo federal para promover comercialmente os produtos oriundos da pesca e aquicultura: estimular o aumento, a qualificação e a diversificação do consumo de produtos e subprodutos de pescados brasileiros no mercado interno; aplicar estratégias articuladas de capacitação de efetivos pesqueiros e aquícolas em métodos de processamento, armazenamento, boas práticas de manipulação e técnicas de comercialização e promover a oferta direta de pescados por produtores/pescadores **e/ou associações/cooperativas** aos consumidores finais, **incentivando, assim, o associativismo/cooperativismo**.

SC

123.A promoção da participação do pescado no mercado institucional é também outra estratégia para estimular o consumo e fortalecer o mercado interno. É clara a importância de fomentar a participação do pescado nos mecanismos de compra governamental e de controles de preço como na alimentação escolar, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa de Garantia de Preços Mínimos, Fome Zero, entre outros.

Proposta de Síntese

A promoção da participação do pescado no mercado institucional é também outra estratégia para estimular o consumo e fortalecer o mercado interno. É clara a importância de fomentar e estimular a participação do pescado nos mecanismos de compra governamental e de controles de preços como na alimentação escolar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Garantia de Preços Mínimos, Fome Zero, **universidades, presídios, hospitais**, entre outros e **Programa Compra Direta**.

RS, SP

124.Como parte da estratégia do governo para incentivar o consumo regular de pescado é realizada anualmente a Semana do Peixe, com o objetivo de educar o consumidor sobre os benefícios para a saúde do consumo regular de pescados e sobre como consumir um pescado de qualidade e com segurança. A SEAP/PR também atua distribuindo os módulos da Feira do Peixe para promover a comercialização do pescado vivo e/o fresco, diretamente pelo produtor.

Propostas de Síntese

Como parte da estratégia do governo para incentivar o consumo regular de pescado é realizada anualmente a Semana do Peixe, com o objetivo de educar o consumidor sobre os benefícios para a saúde do consumo regular de pescados e sobre como consumir um pescado de qualidade e com segurança. **Para tanto, deve-se aumentar a divulgação da Semana do Peixe mobilizando outros órgãos, como o MEC, de grande alcance territorial. Desenvolver um programa específico para trabalhar a merenda escolar, hospitais, creches, etc e melhorar a efetividade dos programas já existentes**. PE, GO, TO

O MPA também distribui os módulos de Feira do Peixe para promover a comercialização do pescado vivo e/ou fresco, diretamente pelo pescador/aquicultor. **Esse processo precisa ter uma maior divulgação, desburocratização e aproximação entre os órgãos envolvidos para facilitar o acesso ao pescador artesanal.**

SP

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

125.A sustentabilidade da atividade pesqueira e aquícola é ferramenta transversal no contexto do desenvolvimento aquícola e pesqueiro, sendo componente a ser considerada na busca pelo incremento de produtividade, produção e comercialização de produtos pesqueiros, contribuindo assim com a soberania alimentar e o desenvolvimento do país.

Proposta de Síntese

A sustentabilidade **social, cultural e econômica da atividade pesqueira e aquícola é componente primordial a ser considerado em todo o processo produtivo na busca pelo incremento de produtividade, produção e comercialização de produtos pesqueiros e aquícolas, contribuindo assim com a soberania e segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento do país. A busca da sustentabilidade deve basear-se em resultados de pesquisas científicas que devem ser fomentadas, incluindo aquelas sobre os impactos da atividade pesqueira extrativa, da pesca esportiva e da aquicultura sobre o meio ambiente e sociedade, sobre sanidade e viabilidade econômica.**

ES, PE, GO, RN, RR, TO

126.A exploração pesqueira no Brasil é regida por diversos instrumentos legais (Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Licenças entre outras normas), de abrangência nacional, regional e até mesmo local. Segundo essas normas, a pesca é considerada como uma atividade de captura de peixes ou quaisquer outros organismos que tenham na água o seu meio de vida e que seja ou não submetido a aproveitamento econômico. O exercício da pesca é garantido a todas as pessoas devidamente registradas nas diversas categorias de pesca, já que os corpos d'água e os organismos que neles vivem são de domínio público.

Propostas de Síntese

A exploração pesqueira no Brasil é regida por diversos instrumentos legais (Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Licenças), de abrangência nacional, regional e até mesmo local, **os quais devem ser criados de forma a considerar as especificidades da pesca artesanal e industrial, respeitando os limites das bacias hidrográficas e possibilitando a participação das representações dos diversos segmentos do setor instalados em sua área de abrangência.** Segundo essas normas, a pesca é considerada como uma atividade de captura de peixes ou quaisquer outros organismos vegetais e animais que vivam no ambiente aquático e que seja ou não submetido a aproveitamento econômico. O exercício da pesca, **que deve priorizar o acesso aos estoques pesqueiros mediante o plano de ordenamento e monitoramento,** é garantido a todas as pessoas devidamente registradas nas diversas categorias de pesca, já que os corpos de água e os organismos que neles vivem são de domínio público. **ES, RS**

Tendo em vista o cenário de sobreexploração de diversos recursos pesqueiros, agravado pelo comprometimento causado pela especulação imobiliária e dejetos jogados nos corpos hídricos, é importante se ter atenção com o controle do acesso às áreas de pesca, especialmente em relação quanto à emissão de carteiras de pescador e demais autorizações de uso dos recursos pesqueiros, sendo garantido o acesso aos pescadores devidamente regularizados. As normas expedidas pelos Estados e municípios devem manter consonância com a política federal. Os conflitos entre diferentes órgãos reguladores no processo de licenciamento devem ser resolvidos com a elaboração de leis estaduais específicas que, em complemento às leis federais, proporcionem a regulamentação dos pescadores e aquicultores.

CE, GO, PE, SC

127.A diminuição de alguns estoques pesqueiros é fato amplamente registrado na literatura e de conhecimento geral. A despeito da ampla divulgação das normas de ordenamento e controle e ordenamento e da ação governamental para colocá-las em prática, essas ainda não são totalmente conhecidas e internalizadas pelos usuários da pesca, e gera conflitos de interesses das mais diversas ordens. Independentemente dos conflitos, a gestão desses conflitos para o ordenamento dos recursos pesqueiros no Brasil ainda é muito complexa.

Proposta de Síntese

A diminuição de alguns estoques pesqueiros é fato amplamente registrado na literatura e de conhecimento geral. **Há a necessidade de** ampla divulgação das normas de ordenamento e controle e das ações governamentais para colocá-las em prática. **Essas normas** ainda não são totalmente conhecidas e internalizadas pelos usuários e gestores, o que gera conflitos de interesses das mais diversas ordens. **Dessa forma, a gestão desses conflitos** para o ordenamento dos recursos pesqueiros no Brasil ainda é muito complexa. **Urgente se faz a implementação de uma maior fiscalização da ação de empreendimentos que possam afetar futuramente de forma negativa a atividade de pesca e aquicultura e o fomento de políticas que visem a recuperação e manutenção dos estoques pesqueiros, incluindo o aumento do aporte financeiro no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à produção de espécies nativas.**

ES, MG, PR

128.É consenso no governo, na academia, na sociedade civil organizada e no setor produtivo que o ordenamento dos recursos pesqueiros deve priorizar a diversidade e a disponibilidade dos recursos pesqueiros em quantidade suficiente para as gerações presentes e futuras, além da manutenção da qualidade dos ecossistemas. A gestão dos recursos pesqueiros também deve estar associada aos preceitos da segurança alimentar, diminuição da pobreza e das desigualdades regionais e no desenvolvimento sustentável. As medidas de ordenamento devem assegurar a conservação dos recursos pesqueiros e também do próprio ecossistema aquático onde vivem as espécies alvo das pescarias.

Proposta de Síntese

É dever **do governo, da academia, da sociedade civil organizada e do setor produtivo** considerar que o ordenamento dos recursos pesqueiros deve priorizar a diversidade e a disponibilidade dos recursos em quantidade suficiente para as gerações presentes e futuras, além da manutenção **dos bens e serviços ecossistêmicos, destacando-se a recuperação da qualidade do meio ambiente.** A

gestão dos recursos pesqueiros também deve estar associada aos preceitos da segurança alimentar, **respeitando-se as características culturais**, a diminuição da pobreza e das desigualdades regionais e o desenvolvimento sustentável. As medidas de ordenamento devem assegurar a conservação dos recursos pesqueiros e também do próprio ecossistema aquático onde vivem as espécies alvo das pescarias. **Além disso, deve-se basear em pesquisas, ações e legislação adequada que garantam a eficiência do repovoamento dos rios e açudes com espécies nativas, incluindo aquelas de interesse da atividade de pesca e aquicultura.**

AM, BA, DF, SP, PI

129. Considera-se também, quando se trata da sustentabilidade da atividade pesqueira, que a redução dos estoques pesqueiros e outros efeitos negativos não advêm exclusivamente da pesca, mas também de outros impactos ambientais. Assim sendo, atividades potencialmente impactantes e em processo de desenvolvimento devem ser consideradas quando se trata de política ambiental voltada para a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais.

Propostas de Síntese

Considera-se também, quando se trata da sustentabilidade da atividade pesqueira e aquícola, que a redução dos estoques pesqueiros e outros efeitos negativos não advêm exclusivamente da pesca **excessiva**, mas também de outros impactos ambientais **naturais e decorrentes de outras atividades que reduzem a disponibilidade dos habitats necessários para a reprodução e manutenção dos recursos pesqueiros, tais como lançamento de poluentes domésticos, agropecuários e industriais, navegação, empreendimentos costeiros e marinhos e aqueles relacionados à prospecção de petróleo e gás.**

BA, ES, MS,

Assim sendo, causas naturais e atividades potencialmente impactantes devem ser consideradas quando se trata de política ambiental voltada para a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais **e dos ecossistemas marinhos, estuarinos, manguezais, bacias hidrográficas, rios e bancos naturais, com solidez científica. O processo de licenciamento de empreendimentos que causam impactos ambientais deve levar em consideração os impactos sociais no setor pesqueiro e o MPA deve participar diretamente deste licenciamento. Estudos para se compreender as relações tróficas em ambientes de cultivo devem ser promovidos, a fim de subsidiar a definição de compensações ambientais que beneficiem os pescadores. O reflorestamento da mata ciliar e a aquicultura para geração de alevinos, por exemplo, podem constituir formas de compensação ambiental, criando-se, assim, responsabilidade ambiental para empreendimentos que exploram o meio aquático.**

ES, PR, PE, SP, RO

130. Desta forma, entende-se que a conservação dos recursos pesqueiros é uma responsabilidade daqueles que participam diretamente da pesca, consumidores, empreendedores, poder público e sociedade em geral. Isso significa que a gestão dos recursos pesqueiros deve estar inserida na gestão ambiental ampla e ser feita de forma compartilhada entre todos os setores da sociedade.

Proposta de Síntese

Desta forma, entende-se que a conservação dos recursos pesqueiros é uma das responsabilidades

daqueles que participam diretamente da exploração **do ecossistema continental e marinho**, consumidores, **empresários**, poder público e sociedade em geral. Isso significa que a gestão **ambiental ampla** dos recursos pesqueiros deve estar inserida na gestão **ampla** dos recursos pesqueiros e ser feita de forma compartilhada entre todos os setores da sociedade, **com transparência e acesso à informação. Um exemplo deste compartilhamento poderia ser a doação de madeira apreendida pelos órgãos fiscalizadores para confecção de embarcações, dentro da legislação em vigor.**

RN, SP, BA, PE, PR

131. Recuperar estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais, desenvolver a pesca oceânica e o grande potencial da aquicultura brasileira em águas da União e em estabelecimentos rurais são os objetivos do Plano Mais Pesca e Aqüicultura. Para isso, prevê investimentos importantes, focados na superação dos entraves para o desenvolvimento sustentável do setor aquícola e pesqueiro.

Proposta de Síntese

Incentivar a recuperação de estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais com espécies nativas, desenvolver a pesca oceânica e o grande potencial da aquicultura brasileira **em águas públicas e em estabelecimentos rurais** são os objetivos do Plano Mais Pesca e Aqüicultura. Para isso, prevê investimentos importantes focados na superação dos entraves para o desenvolvimento sustentável do setor aquícola e pesqueiro, **desburocratização e agilidade dos processos administrativos, bem como no subsídio de pesquisas sobre potenciais pesqueiros e agentes poluidores.**

CE, BA, GO

132. Para que a sustentabilidade seja alcançada no desenvolvimento do setor torna-se necessário dar continuidade aos mecanismos efetivos de ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira e para avaliação e controle social das ações governamentais.

Proposta de Síntese

Para que a sustentabilidade seja alcançada no desenvolvimento do setor, torna-se necessário implementar mecanismos efetivos de ordenamento, monitoramento, **fiscalização** e controle das atividades pesqueira, **aquícola e de aproveitamento racional da fauna acompanhante. Avaliação e controle social das ações governamentais de amparo ao setor produtivo também são necessárias. Constitui-se, portanto, um dever do estado obter as informações necessárias ao monitoramento e manejo pesqueiro, dever dos pescadores colaborar com este levantamento e direito dos mesmos o acesso às informações geradas. Para tanto, devem ser realizados investimentos em pesquisa e deve haver maior atuação do poder público na fiscalização, licenciamento e conservação ambiental de rios, lagos, regiões estuarinas e marinhas.**

BA, CE, CE, GO, PE, RN, RS, SC

133. Neste sentido, apresentam-se também como objetivos estratégicos do Plano Mais Pesca e Aqüicultura, para garantir a sustentabilidade ambiental, incentivar a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação de comitês gestores e o protagonismo social voltados a fóruns específicos, conselhos de desenvolvimento da pesca, garantindo também a participação do setor envolvido e da SEAP/PR

em diversos fóruns colegiados de outras instituições. Atualmente, existem vários comitês que tratam da gestão de alguns recursos pesqueiros, entre os quais se destacam a lagosta, a sardinha, os atuns e afins e os recursos demersais de profundidade. Tais comitês são permanentes e coordenados pelo IBAMA e SEAP/PR.

Proposta de Síntese

Neste sentido, apresentam-se também como objetivos estratégicos do Plano Mais Pesca e Aquicultura, para garantir a sustentabilidade ambiental, incentivar a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação de comitês gestores e o protagonismo social voltados a fóruns específicos, conselhos de desenvolvimento da pesca, garantindo também a participação do setor envolvido e do MPA em diversos fóruns colegiados de outras instituições, **observando-se a representação de direito.** Atualmente, existem vários comitês que tratam da gestão de alguns recursos pesqueiros, entre os quais se destacam a lagosta, a sardinha, os atuns e afins e os recursos demersais de profundidade. Tais comitês são permanentes e coordenados pelo MPA e IBAMA. **Outros também deverão ser criados, inclusive nas outras esferas, como os relacionados à atividade de aquicultura, quelonicultura e carcinocultura, de forma a promover a participação de órgãos representativos dos pescadores e aquicultores que devem também participar da formatação de legislações específicas.**

SC, AM, MG

134.Exemplos recentes de ordenamento conjunto dos recursos pesqueiros e que apresentaram resultados expressivos são a lagosta, sardinha e o camarão sete-barbas, recursos considerados bastante representativos para os setores artesanal e industrial, em termos de produção, geração de trabalho e renda e até para o mercado externo, no caso da lagosta. Estes exemplos de ações de ordenamento da pesca incluíram uma gama de atividades inter-relacionadas: permissionamento de embarcações, capacitação, fiscalização, indenização de petrechos de pesca, comunicação, educação ambiental, e tornaram o processo mais consistente, ágil, transparente, consolidando as medidas de ordenamento, importantes para a sustentabilidade ambiental, econômica e social da pesca da lagosta.

135.O êxito conseguido para a gestão da lagosta, sardinha e do camarão sete-barbas deve servir de exemplo e alguns fatores são fundamentais para garantir que outros processos de ordenamento dos recursos pesqueiros também sejam positivos, entre os quais:

136.Ação governamental integradora dos diversos órgãos e instituições;

Proposta de Síntese

Ação governamental integradora dos diversos órgãos, instituições **e setor produtivo, de forma a estabelecer convênios entre MPA, Estados e Municípios que descentralizem e viabilizem o processo de licenciamento ambiental para aquicultura de forma mais rápida;**

PA, SC

137.Garantia do funcionamento e regularidade dos comitês permanentes de gestão;

Proposta de Síntese

Garantia do funcionamento e regularidade dos comitês permanentes de gestão **federais, estaduais e municipais, com maior participação da sociedade civil organizada, garantindo a proporcionalidade dos setores envolvidos e objetivando a ampliação das ações de fiscalização e controle dos estoques;**

CE, PE

138.Agilidade para a edição das medidas de ordenamento, especialmente aquelas relacionadas ao permissionamento das embarcações;

Propostas de Síntese

Agilidade para a edição das medidas de ordenamento, especialmente aquelas relacionadas ao permissionamento das embarcações **e tipos de petrechos para cada região, garantindo que no caso dos recursos sobre-explotados, que haja somente a substituição de embarcações relacionadas a sinistros e/ou modernização da mesma, de modo que não ocorra a liberação de novas licenças;**

SC, PI, SP

Estabelecimento de prazo de 90 dias após sua publicação para que as medidas de ordenamento passem a vigorar, possibilitando a adequação do setor pesqueiro e aquícola aos novos critérios e padrões;

RJ

139.Garantia de recursos para as atividades de fiscalização;

Propostas de Síntese

Garantia de recursos **financeiros e humanos especializados** para as atividades de fiscalização, **incluindo a capacitação dos fiscais a fim de garantir a segurança e a integridade física e moral dos pescadores, e a educação ambiental, aplicados em todos os setores envolvidos na pesca;**

CE, ES, PE, RS, SC

Elaboração de termos de ajustes de condutas.

PI

140.Ampliação das ações de comunicação e educação ambiental nas comunidades costeiras, especialmente da pesca artesanal;

Proposta de Síntese

Ampliação das ações de comunicação e educação ambiental nas comunidades pesqueiras e aquícolas, **aproveitando os períodos de defeso, buscando a conscientização ambiental com relação ao uso dos recursos pesqueiros;**

AM, CE, PE, PI, RS

141.Operacionalização dos planos para o monitoramento do desembarque pesqueiro.

Novas Propostas

142.A qualidade do ambiente depende também da elaboração de instrumentos de controle para atividades que interagem com a pesca, e que causam a poluição ambiental, como a poluição das águas oriundas de resíduos da agricultura (agrotóxicos), construções imobiliárias, o lançamento de efluentes dos centros urbanos, reduzindo a qualidade da água, entre outros impactos ecológicos e sociais. Atenção especial deve-se ter com os aquicultores, marisqueiras e pescadores artesanais que, em virtude da poluição, são intensamente afetados. Para minimizar os prejuízos causados por eventos assim, deve-se ser expandido o seguro defeso para áreas afetadas por grandes impactos de poluição ou degradação ambiental. Atuar de forma preventiva também se faz necessário, principalmente por meio de uma política pública de saneamento básico, coleta seletiva nas comunidades, de investimentos na implantação de laboratórios de monitoramento da qualidade de água, sanidade e melhoramento genético das espécies exploradas e formação de agentes ambientais nas comunidades. Esta estrutura deve ser construída utilizando-se os valores arrecadados em multas e revertidos para a recuperação ambiental.

SC, PE

143.Uma outra questão constante nas discussões sobre sustentabilidade ambiental refere-se à atividade de aquicultura, como os problemas de despejo de efluentes oriundos da aquicultura nos mangues \que devem ser combatidos com a sua fiscalização; registro das drogas veterinárias utilizadas; o credenciamento de laboratórios de diagnósticos de patologias; monitoramento dos insumos utilizados (ração, fertilizantes, desinfetantes, probióticos, antibióticos) em todo território nacional. Então, a identificação e definição de sistemas e protocolos de produção poderão fundamentar a criação de leis ambientais que passem a encarar a atividade de aquicultura como uma alternativa sustentável.

PE

144.Garantir que pescadores regularizados tenham condições de exercer a atividade em qualquer área dentro da sua jurisdição, desde que obedeça as condições estabelecidas dentro de acordos de pesca locais também pode ser implementado por meio de identificação de áreas de Reservas Extrativistas, de forma a garantir sustentabilidade econômica e ambiental para comunidades que se utilizam dos recursos naturais para fonte de renda e alimento. Essencial se faz a rediscussão das atividades autorizadas nas áreas de preservação ambiental, incluindo a reavaliação das Áreas de Preservação Permanente em reservatórios, barragens e açudes, embasada em estudos locais, para atender as necessidades de comunidades ribeirinhas, pesqueiras e aquícolas. A legislação específica sobre licenciamento ambiental deve revisar as possibilidades em termos de áreas para a implantação de atividades de aquicultura, de forma adequada às condições locais.

ES, PA, PE, RJ

145.O seguro defeso deve ser visto como medida de ordenamento pesqueiro e de promoção da sustentabilidade ambiental. A pesca deve cessar neste período destinado à recuperação das espécies, com proposta de implementação até mesmo na entresafra. Para isso, o seguro defeso deve ser tratado com seriedade e ter seu pagamento agilizado tão logo termine o período de pesca, pois só assim, de fato, impedirá a pesca predatória. A fiscalização e punição efetiva para pescadores que migram de um Estado para o outro e desenvolvem a atividade pesqueira durante o período de defeso deve ser intensamente aplicada. **RS, PE**

ABORDAGEM TERRITORIAL

146.A adoção da abordagem territorial pelo MPA nos seus programas e ações em prol do desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira e aquícola, em todos os espaços onde existam concentração de pescadores e aquicultores, parte da crença na capacidade dos pescadores e aquicultores em planejar e gerenciar seu próprio processo de desenvolvimento para a integração das políticas públicas.

147.Estrategicamente, o foco está na gestão social do desenvolvimento da pesca e aquicultura nos territórios, na gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e aquícolas, e na gestão participativa dos empreendimentos financiados com recursos públicos, como as fábricas de gelo, os Centros Integrados da Pesca Artesanal, as unidades de beneficiamento, entre outros.

Proposta de Síntese

Estrategicamente, o foco do trabalho está na gestão **participativa** do desenvolvimento da pesca e aquicultura nos territórios, na gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e aquícolas e na gestão participativa dos empreendimentos financiados com recursos públicos como as fábricas de gelo, os Centros Integrados da Pesca Artesanal **e da Aquicultura**, as unidades de beneficiamento, **estações de alevinagem, renovação da frota pesqueira, instalação de energia elétrica, entrepostos de comercialização, entre outros.**

BA

148.Os processos de desenvolvimento do setor da pesca e aquicultura, ocorrem muitas vezes desvinculados de seus problemas, vocações e potencialidades locais. A partir de uma abordagem territorial da aquicultura e pesca brasileira, as informações são consolidadas e sistematizadas, considerando estatísticas, bases de dados regionais e informações locais que facilitem o processo de tomada de decisões de forma participativa, de monitoramento e de orientações gerais para o setor.

149.Desta forma, algumas ações são fundamentais, como o fortalecimento dos atores sociais e órgãos colegiados; sensibilização, mobilização e estabelecimento de parcerias e alianças com as instâncias de interlocução entre e com o setor, no âmbito federal e estadual para integração de políticas públicas, além de apoiar a gestão participativa das cadeias produtivas da aquicultura e pesca implantação de projetos específicos.

Proposta de Síntese

Desta forma, algumas ações são fundamentais, como: **o fortalecimento dos pescadores e aquicultores; dos colegiados territoriais e conselhos;** a sensibilização, mobilização e estabelecimento de parcerias e alianças com as instâncias de interlocução entre e com o setor, no âmbito federal, estadual **e municipal** para integração de políticas públicas; apoiar a gestão participativa das cadeias produtivas da aquicultura e pesca; implantação de projetos específicos, **como por exemplo o de manejo de lagos e áreas afins; descentralização dos órgãos competentes disponibilizando postos de atendimentos nos territórios; e fortalecimento da extensão pesqueira e aquícola a nível nacional.**

PE, AM, BA, CE, ES, GO, MA, RN, SC, SE, SP, TO

150.Assim, além da obtenção de uma maior eficiência no fluxo de informações setoriais, pretende-

se, sobretudo, planejar, dinamizar e implantar os mecanismos de fomento e desenvolvimento de regiões potenciais para a promoção do setor, consolidando uma abordagem territorial da atividade pesqueira e aquícola.

151. Espera-se da Política de Desenvolvimento Territorial para a Pesca e Aqüicultura: maior participação social; iniciativas para implementação de políticas públicas vindas da base dos segmentos sociais; fortalecimento setorial face a outros setores organizados; desenvolvimento local; organização e difusão de informações sistematizadas sobre as políticas públicas e melhores rendimentos na cadeia produtiva do pescado.

Proposta de Síntese

Espera-se que a Política de Desenvolvimento Territorial **alcance os seguintes resultados:** maior participação social, **ampliando, incentivando e fortalecendo as entidades representativas da classe pesqueira e aquícolas já existentes, através de capacitação especializada, para que as mesmas possam se auto gerir; promover a ampliação do acesso aos créditos e benefícios sociais (auxílio doença, seguro desemprego, auxílio maternidade e aposentadoria) nas comunidades pesqueiras e aquícolas;** gerar iniciativas para implementação de políticas públicas vindas da base dos segmentos sociais; fortalecimento setorial face a outros setores organizados; a **sustentabilidade;** desenvolvimento local com implementação de instrumentos de gestão ambiental; organização e difusão de informações sistematizadas sobre as políticas públicas; e melhores rendimentos na cadeia produtiva do pescado.

BA, CE, MS

152. Fazem parte desta política 50 territórios, mais 10 outros com ações pontuais, abrangendo um total de 627 municípios, com cerca 252 mil pescadores, o que representa 38, 42% do total do país.

Proposta de Síntese

Fazem parte **atualmente da Política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura 174 territórios no Brasil. Desses, iniciaram-se ações em 61 territórios em todos os Estados e no Distrito Federal, abrangendo um total de 636 municípios, com cerca 260 mil pescadores(as), o que representa 39% do total do país. Deve-se, ampliar o número de territórios.**

GO

SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

153. A segurança alimentar e nutricional consiste no direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos.

Proposta de Síntese

A segurança alimentar e nutricional consiste no direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica, **institucional** e socialmente sustentáveis. Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos.

CE

154. No contexto atual, as políticas sociais do governo têm fortalecido a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável para milhões de brasileiros/as, vítimas das iniquidades do atual modelo econômico. O conjunto dessas políticas tem sido o principal responsável pelo fato do número de pessoas em pobreza extrema ou indigência no Brasil ter sido reduzido nos últimos seis anos.

155. A SEAP/PR participa ativamente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e comunga do conceito de valorizar o alimento mais como elemento essencial à vida do que como mercadoria fonte de lucro, e vê a garantia de acesso à água para os povos e comunidades tradicionais, como questão fundamental para produção de pescados oriundos da pesca artesanal e da aquicultura. Também no contexto desta política nacional, propõe a inclusão do pescado como alimento saudável para que seu consumo seja estimulado, especialmente no âmbito institucional, por meio da promoção do pescado na alimentação escolar.

Proposta de Síntese

O MPA, membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), comunga do conceito de valorizar o alimento mais como elemento essencial à vida do que como mercadoria de fonte de lucro, e vê a garantia de acesso e uso da água, **com a devida regulamentação,** para os povos e comunidades tradicionais, como questão fundamental para produção de pescados oriundos da pesca artesanal e da aquicultura. Também no contexto desta política nacional, propõe a inclusão do pescado como alimento saudável para que seu consumo seja estimulado, especialmente no âmbito institucional, por meio da promoção do pescado na alimentação escolar, **do idoso e de outros programas sociais, com o acompanhamento da devida estratégia de comunicação e melhor divulgação também por meio do CONSEA.**

SP, MA, PE

156. Esta diretriz vem ao encontro dos objetivos de outros programas governamentais para apoiar à produção e comercialização de produtos oriundos do agroextrativismo, aproximar o produtor do consumidor final, criando novas alternativas de comercialização direta através do Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB, além de integrar iniciativas de serviços, produção, comercialização e transformação de alimentos e insumos, articuladas com a gestão territorial e ambiental.

Proposta de Síntese

Esta diretriz vem ao encontro dos objetivos de outros programas governamentais para apoiar a

produção, **beneficiamento** e comercialização de produtos oriundos do agroextrativismo, aproximar o produtor do consumidor final, **estimulando novas alternativas de comercialização direta** através do Programa de Aquisição de Alimentos **em todos os níveis, transformando-o em Política Pública**, além de integrar iniciativas de serviços, produção, comercialização e transformação de alimentos e insumos, articuladas com a gestão territorial e ambiental.

MA, PB, SP

O PAPEL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

157.A descentralização das ações do governo federal é uma tendência nas últimas décadas, como forma de atingir maior eficiência administrativa e também no desenvolvimento de ações adaptativas que atendam às necessidades e peculiaridades locais. Para tanto, é necessário não só o fortalecimento da capacidade dos governos estaduais e municipais, mas também a desconcentração de poder, através do desenvolvimento de mecanismos que permitam a participação de segmentos locais na compatibilização de usos e conflitos de interesse.

Proposta de Síntese

A descentralização das ações do governo federal **junto aos estados e municípios** é uma tendência nas últimas décadas, como forma de atingir maior eficiência administrativa e também no desenvolvimento de ações adaptativas que atendam às necessidades e peculiaridades locais. Para tanto, é necessário não só o fortalecimento da capacidade dos governos estaduais e municipais, **devendo haver repasses financeiros aos municípios**, mas também a desconcentração de poder e **financeira, e uma efetiva participação na construção de políticas públicas para o setor da pesca**, através do desenvolvimento de mecanismos que permitam a participação de segmentos locais na compatibilização de usos e conflitos de interesse **na criação de um acordo de fiscalização justo entre os estados vizinhos, principalmente aqueles divididos por rios, buscando o seu cumprimento efetivo.**

CE, DF, RS, SP

158.O número de estados e municípios da federação que dispõem em suas estruturas organizacionais pastas específicas para tratar das questões da pesca e aquicultura e de órgãos colegiados para gestão e controle social da atividade ainda é pequeno. Nos últimos anos, houve um crescimento na criação destas estruturas e dos colegiados, em função dos esforços dos governos e da sociedade civil organizada.

Proposta de Síntese

O número de estados e municípios da federação que dispõem em suas estruturas organizacionais pastas específicas para tratar da pesca e aquicultura e de órgãos colegiados para gestão e controle social da atividade ainda é pequeno. Nos últimos anos, houve um crescimento na criação destas estruturas e dos colegiados, em função dos esforços dos governos e da sociedade civil organizada, **que devem ser mantidos permanentemente para evitar retrocessos. Portanto é necessário incentivar a criação de Secretarias e conselhos Municipais e Estaduais de Pesca e Aquicultura e a realização de convênios com órgãos de pesquisa estadual para o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola. AM, RJ, SP**

159.Os acordos de cooperação técnica firmados entre o MPA e alguns estados e municípios brasileiros se constituem em uma estratégia baseada na participação comum em assuntos técnicos, recursos humanos e utilização das estruturas dos parceiros para assegurar a expansão quantitativa e qualitativa da cadeia produtiva da aquicultura e da pesca.

160.Entre as diretrizes desses acordos está a criação de conselhos estaduais de desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura, como espaço privilegiado para garantir a participação dos setores envolvidos na discussão de temas relacionados com a gestão e promoção sustentável da atividade, bem como para negociação e mediação de conflitos.

Proposta de Síntese

Entre as diretrizes desses acordos está a criação de conselhos estaduais, **municipais e distritais** de desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura **formados por pescadores, aquicultores e poder público, garantindo a participação equilibrada dos setores. Além disso, criar secretarias estaduais e municipais da pesca e aquicultura** como espaço privilegiado para garantir a participação dos setores envolvidos na discussão de temas relacionados com a gestão e promoção sustentável da atividade, bem como para negociação e mediação de conflitos. **Que seja garantida a participação de representantes das colônias de pescadores em conselhos regionais e que estes conselhos sejam geridos pelo MPA ou pela União.**

GO, MG, PE, PR, RS, SE, SP

161.Outro ponto mais específico no âmbito da cooperação com os estados está relacionado à promoção do fortalecimento institucional e a descentralização da gestão pesqueira e aquícola, incluindo a implantação de um processo contínuo de coleta, sistematização e análise de dados de produção e esforço da pesca e da aquicultura, integrando municípios, estado e União, por meio do SINPESQ – Sistema Nacional de Informações Pesqueiras.

Proposta de Síntese

Outro ponto mais específico no âmbito da cooperação com os estados está relacionado à promoção do fortalecimento institucional e a descentralização da gestão pesqueira e aquícola, incluindo a implantação de um processo contínuo de coleta, **pesquisa**, sistematização e análise de dados de produção e esforço da pesca e da aquicultura, integrando municípios, estados e União, por meio do SINPESQ – Sistema Nacional de Informações Pesqueiras, **com um cronograma de implantação do SINPESQ e sua execução até 2010.**

PB, SP

POLÍTICA INTERNACIONAL

162.Face à importância estratégica da área internacional para os setores de aquicultura e pesca, desde a sua criação a SEAP-PR e agora o MPA, buscam a inserção internacional privilegiando as relações com as nações tradicionalmente desenvolvidas nessas áreas, a aproximação com países da América Latina e Caribe e aqueles que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além da intensificação da participação nos principais fóruns e organismos internacionais, como forma de assegurar e defender os legítimos interesses do Brasil nessas áreas.

163. Uma breve retrospectiva histórica mostra o papel preponderante representado pela assinatura de acordos de cooperação com a China, Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Peru, Cuba e Noruega que estabelecem as bases jurídicas e políticas para o desenvolvimento da cooperação em aquicultura e pesca.

164. Quanto a organismos internacionais, a política em vigor garante a participação sistemática nas principais reuniões que se discutem assuntos de alta relevância para aquicultura e pesca, o combate a pesca ilegal, a diminuição de capturas acidentais - de tartarugas e aves marinhas, como por exemplo - a conservação dos recursos pesqueiros e, mais recentemente, foi assinado o Acordo de Cumprimento da FAO, através do qual há o compromisso de adotar medidas de ordenamento para as embarcações pesqueiras que operam no alto-mar.

165. Em consequência da atuação junto aos organismos internacionais, o Brasil atualmente ocupa a presidência da Comissão Internacional para a Conservação de Atuns e Afins do Atlântico e já ocupou a presidência da INFOPECA e da COPECAL.

166. Junto à Organização Mundial do Comércio, o Brasil defende proposta de proibição dos subsídios pesqueiros em geral, mas com a possibilidade de permitir que países em desenvolvimento ainda possam se utilizar de mecanismos de apoio governamental, com a observância de critérios ambientais. Essa mesma idéia é defendida por outros países e a proposta brasileira de texto legal, apresentada há cerca de 2 anos, se tornou uma referência no curso das atuais negociações do segmento de subsídios à pesca no âmbito da Rodada de Doha.

ESTATÍSTICA PESQUEIRA E AQUÍCOLA

167. O Programa de Gestão da Política Pesqueira e Aquícola tem como objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, avaliar e controlar os programas nas áreas da aquicultura e pesca. O monitoramento da atividade pesqueira e aquícola está sendo desenvolvido conjuntamente com o IBGE e em parceria com o IBAMA, universidades, centros de pesquisa e ONGs para implantação do Sistema Nacional de Informações da Aquicultura e Pesca – SINPESQ.

Proposta de Síntese

O Programa de Gestão da Política Pesqueira e Aquícola tem como objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e **territoriais**, avaliar e controlar os programas nas áreas da aquicultura e pesca. O monitoramento da atividade pesqueira e aquícola está sendo desenvolvido conjuntamente com o IBGE e em parceria com o IBAMA, universidades, centros de pesquisa, ONGs e **setor produtivo** para implantação do Sistema Nacional de Informações da Aquicultura e Pesca – SINPESQ. **Estas informações devem ser abertas ao público e que sejam utilizados dados de produção, com participação das colônias e estudos complementares das principais espécies comerciais para subsidiar os órgãos ambientais nas medidas de ordenamento.**
PE, PR, TO

168. O monitoramento e controle das atividades de pesca e aquicultura são fundamentais para o

correto dimensionamento das ações de governo voltadas ao fomento e à produção, com geração de emprego, renda e alimentos de alta qualidade, visando ainda à consolidação dos produtos da aquicultura e da pesca na pauta das exportações e na ampliação do mercado interno. Idealmente, esse processo deve alimentar um banco de dados com informações de produção e esforço de pesca que, somadas aos dados cadastrais e socioeconômicos dos aquicultores e empreendimentos, pescadores e frota, subsidiem os gestores na elaboração das políticas públicas do setor.

Proposta de Síntese

O monitoramento e controle compartilhado das atividades de pesca e aquicultura são fundamentais para o correto dimensionamento das ações de governo voltadas ao fomento e à produção, com geração de emprego, renda e alimentos de alta qualidade, visando ainda à consolidação dos produtos da aquicultura e da pesca na pauta das exportações e na ampliação do mercado interno. Idealmente, esse processo deve alimentar um banco de dados com informações de produção e esforço de pesca que, somadas aos dados cadastrais e socioeconômicos dos aquicultores e empreendimentos, pescadores e frota, subsidiem os gestores na elaboração das políticas públicas **de ordenamento do uso destes recursos. Para a pesca artesanal propõe-se a simplificação dos mapas de bordo e que eles mesmos passem as informações sobre o local de pesca e volume do pescado.**

PE, BA, PR, RJ

169. Esse sistema, além de garantir a padronização e sistematização dos dados e informações da aquicultura e pesca, possibilitará a interoperabilidade entre os sistemas de informação das inúmeras instituições com interface de atribuições nesses setores produtivos. Os vários módulos do SINPESQ instrumentalizarão as instituições gestoras com uma infraestrutura de dados e informações sobre ordenamento, fomento e pesquisa, além de dar suporte aos procedimentos de coleta, aporte, sistematização, análise, intercâmbio e disseminação dessas informações. O objetivo principal do Plano Nacional de Monitoramento Pesqueiro é monitorar a produção pesqueira em todo o território nacional, respeitando-se e adaptando-se às peculiaridades locais e regionais, e valorizando as experiências, conhecimentos e vocações locais.

Proposta de Síntese

Esse sistema, além de garantir a padronização e sistematização dos dados e informações da aquicultura e pesca, possibilitará **a comunicação entre os sistemas de informação das inúmeras instituições com atribuições nesses setores produtivos. O SINPESQ fornecerá às instituições gestoras** uma infraestrutura de dados e informações sobre ordenamento, fomento e pesquisa, além de dar suporte aos procedimentos de coleta, aporte, sistematização, análise, intercâmbio e disseminação dessas informações. O objetivo principal do Plano Nacional de Monitoramento é acompanhar a produção pesqueira e aquícola em todo o território nacional, respeitando-se e adaptando-se às peculiaridades locais e regionais, e valorizando as experiências, conhecimentos e vocações locais. **Deve ser descentralizada a estatística pesqueira, criando uma rede de informações das Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e Agricultura.**

MA, RR

170. O Censo Aquícola Nacional tem o objetivo de identificar a situação da produção da aquicultura no Brasil para o ano de 2009, além de cadastrar e localizar os empreendimentos e aquicultores. O

censo irá gerar informações de qualidade para subsidiar a estatística da produção nacional aquícola e serão coletadas informações cadastrais e estruturadas dos aqüicultores, dos seus empreendimentos, da infraestrutura local de apoio, do acesso ao crédito e da assistência técnica regional.

171. São mais de 711 mil pescadores registrados no RGP. Deste total, aproximadamente 3.500 pescadores tiveram seus registros cancelados nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, R G Norte e Bahia. No Rio Grande do Norte, 96 pessoas tiveram seus registros de pesca cancelados depois de investigação fartamente documentada pela Assessoria de Pesquisa Estratégica do Ministério do Trabalho e Emprego, que comprovou que essas exerciam outras atividades econômicas que não a pesca.

Proposta de Síntese

São mais de 700 mil pescadores registrados no RGP. Deste total, várias pessoas tiveram seus registros cancelados em diversos Estados do país por que exerciam outras atividades econômicas que não a pesca.

CE

ORDENAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS

172. O novo modelo de permissionamento é uma ação prioritária para padronização das permissões de pesca. O novo modelo traz as modalidades/petrechos com as respectivas espécies alvo, fauna acompanhante previsível, espécies passíveis de captura incidental, possíveis modalidades alternativas e áreas de operação. Todas as permissões de pesca já concedidas deverão ser enquadradas no novo modelo, evitando assim que aquelas permissões incompatíveis tecnicamente e/ou legalmente sejam mantidas para uma mesma embarcação pesqueira.

Proposta de Síntese

O novo modelo de permissionamento é uma ação prioritária para padronização das permissões de pesca, **e deve considerar o histórico da atividade em cada região.** O novo modelo traz as modalidades/petrechos com as respectivas espécies alvo, fauna acompanhante previsível, espécies passíveis de captura incidental, possíveis modalidades alternativas e áreas de operação, **mas deve ser discutido localmente para incluir as necessidades de cada Estado.** Todas as permissões de pesca já concedidas deverão ser enquadradas no novo modelo, evitando assim que aquelas permissões incompatíveis tecnicamente e/ou legalmente sejam mantidas para uma mesma embarcação pesqueira. **Este processo também facilitará a fiscalização das atividades das embarcações, incluindo o controle das áreas de operação utilizadas pela pesca artesanal e industrial de modo a dirimir conflitos. Inicialmente, o novo modelo de permissionamento será aplicado à pesca extrativa marinha. No entanto, o MPA deverá fomentar estudos regionais mais aprofundados sobre as áreas e espécies em questão.**

ES, RJ, RS, SP

173. A frota de arrasto de camarão rosa no litoral S/SE é uma frota sob controle de esforço de pesca. Houve uma ação de cadastramento de frota por parte da SEAP/PR visando quantificar o esforço de

pesca existente e identificar as embarcações permissionadas que efetivamente estavam em operação. Para captura dos camarões do Norte/Nordeste também existe controle de esforço da frota.

Proposta de Síntese

Em relação ao esforço de pesca das frotas o MPA tem feito várias ações: a frota de arrasto de camarão rosa no litoral da região Sul e Sudeste é uma frota sob controle de esforço de pesca; houve uma ação de cadastramento de frota visando quantificar o esforço de pesca existente e identificar as embarcações permissionadas que efetivamente estavam em operação; para captura dos camarões do Norte e Nordeste também existe controle de esforço da frota. **Este tipo de controle permite uma melhor gestão dos recursos, incluindo a definição de medidas tais como o período de defeso, políticas de reorientação da frota visando a redução do esforço pesqueiro sobre recursos sobreexplorados e também subsidia as ações de fiscalização tanto das embarcações como dos petrechos de pesca.**

RN, RS, SP

174. Outra frota sobre controle de esforço é aquela que opera na captura do camarão sete-barbas. O MPA instituiu procedimentos para a inscrição de embarcações para obtenção de permissão de pesca para a captura de camarão sete barbas. Procedimentos para a inscrição de embarcações para obtenção de permissão de pesca para a captura de camarão sete barbas.

175. As ações relativas à frota sardinha são: levantamento da frota, supervisão dos procedimentos de registro e permissionamento de cada embarcação e compilação das informações básicas relativas a cada embarcação e ao histórico de seu permissionamento. Para a frota de cerco de peixes diversos não controlados incluem o início do levantamento das embarcações permissionadas para o cerco de peixes diversos na região Sudeste/ Sul e da compilação das informações obtidas.

Proposta de Síntese

As ações relativas à frota sardinha são: levantamento da frota, supervisão dos procedimentos de registro e permissionamento de cada embarcação e compilação das informações básicas relativas a cada embarcação e ao histórico de seu permissionamento. Para a frota de cerco de peixes diversos não controlados incluem o início do levantamento das embarcações permissionadas para o cerco de peixes diversos na região Sudeste/ Sul e da compilação das informações obtidas. **Com este controle, embarcações que operarem em áreas não permitidas e na captura de recursos não autorizados, como por exemplo a pesca de tainha por traineiras, poderão ser melhor fiscalizadas.**

RS, ES

176. Em relação à frota atuneira estão em andamento a atualização e aprimoramento das informações dos bancos de dados da frota permissionada e a normatização do cadastramento obrigatório das embarcações permissionadas para a captura destas espécies. Para as frotas de emalhe e linha estão sendo atualizadas as informações dos bancos de dados da frota permissionada.

177. A frota que opera na captura de peixes demersais possui controle de esforço de pesca disciplinado através das Portarias IBAMA nº 095/97 e 141/2002. Assim, novas embarcações somente podem ingressar nessa frota quando de substituição ou permuta com outra embarcação

regularmente permissionada para essa atividade. A pesca dos caranguejos de profundidade foi disciplinada através das discussões ocorridas no âmbito do Comitê Permanente de Gestão de Peixes Demersais. São espécies de elevado valor comercial, entretanto, altamente vulneráveis devido à sua baixa fecundidade e grande longevidade.

Proposta de Síntese

A frota que opera na captura de peixes demersais **(de águas profundas) possui esforço de pesca disciplinado através de Portarias do IBAMA**. Assim novas embarcações somente podem ingressar nessa frota por substituição ou permuta com outra embarcação regularmente permissionada para essa atividade. A pesca dos caranguejos de profundidade foi disciplinada através das discussões ocorridas no âmbito do Comitê Permanente de Gestão de Peixes Demersais. **Os caranguejos e outros crustáceos** são espécies de elevado valor comercial, entretanto, altamente vulneráveis devido à sua baixa fecundidade e grande longevidade.

SP

178. Atenção especial é dada ao ordenamento da pesca da lagosta, conjuntamente com o MMA. Esta ação de governo inclui uma gama de atividades inter-relacionadas – permissionamento de embarcações, capacitação, fiscalização, indenização de petrechos de pesca, comunicação, entre outras. Tais ações permitiram que o processo fosse mais consistente, ágil, transparente, consolidando as medidas de ordenamento da pescaria da lagosta, importantes para a sustentabilidade ambiental, econômica e social da pesca da lagosta.

Proposta de Síntese

Atenção especial é dada ao ordenamento da pesca da lagosta, conjuntamente com o MMA. Esta ação de governo inclui **e aprimora** uma gama de atividades inter-relacionadas – permissionamento de embarcações **(por meio do sistema de cotas)**, capacitação, fiscalização, indenização de petrechos de pesca, comunicação, **estudos e pesquisas para o desenvolvimento e adequação das artes de pesca**. Esta atenção especial considerou a **regionalização da pesca, demonstração da viabilidade econômica dos covos e introdução de um modelo gradativo de substituição das artes de pesca**. Tais ações permitiram que o processo fosse mais consistente, ágil, transparente, consolidando as medidas de ordenamento da pescaria da lagosta, importantes para a sustentabilidade ambiental, econômica e social **desta pescaria**. **Essa ação deverá ser replicada em outras regiões que apresentam os estoques pesqueiros ameaçados por pesca ilegal, conflitos com outras atividades e alta clandestinidade**.

AL, ES, RN, RS, SP

Novas Propostas

179. Cabe salientar que o ordenamento dos recursos pesqueiros é promovido de forma participativa, por meio da criação de grupos de trabalho e comitês gestores, que garantem o envolvimento de entidades não governamentais, comunidades ribeirinhas e demais representações do setor produtivo. Outras ações importantes no processo de ordenamento são: a) os períodos de defeso devem ser revisados para que acompanhem o calendário real do período de reprodução das espécies; b) a consolidação de novas normativas que instruem o comportamento correto das comunidades de pesca em relação à espécie protegida, dando-lhes alternativas de pesca ou de outras atividades durante os defesos; c) reformulação dos critérios de acesso às áreas de pesca,

considerando os tipos de embarcações, petrechos e espécies alvo; d) desburocratização do processo de legalização das embarcações pesqueiras, observando a sustentabilidade da atividade; e) estabelecer formas de controle e fiscalização, inclusive da pesca amadora; f) fiscalização das malhas não permitidas; g) estudar a possibilidade da proibição da comercialização de malhas não condizentes com a legislação brasileira.

AL, AP, PA, RS

180. Em virtude da situação atual dos estoques pesqueiros, as ações de controle e combate à pesca ilegal representam uma das principais iniciativas para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira. Para tanto, é de fundamental importância manter um sistema de coleta e avaliação dos dados de captura com periodicidade, incluindo o monitoramento do desembarque pesqueiro, o rastreamento das embarcações por satélite e o embarque de observadores de bordo também na frota nacional. Somado a este acompanhamento, o conhecimento sobre o número de pescadores e de embarcações envolvidos em cada pescaria possibilita um melhor ordenamento dos recursos pesqueiros. A formação profissional para pescadores também é uma importante ferramenta de ordenamento.

PE, RJ

181. No caso de águas interiores, o controle dos fluxos das águas de barragens das hidrelétricas e a construção de estruturas que possibilitem a piracema também se apresentam como ferramentas fundamentais para o controle e ordenamento dos recursos pesqueiros. Somado a este controle, também destacamos a necessidade de estimular a reprodução das espécies nativas de valor econômico agregado, promovendo o repovoamento dos estoques pesqueiros em águas interiores. A implementação e consolidação dos arranjos de todas as cadeias produtivas locais da pesca e aqüicultura, além de contribuírem para o desenvolvimento da atividade, ainda contribuem para o ordenamento e controle do referido setor.

AL

PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE

182. Em 2008, após a fase de divulgação do Programa junto aos armadores, realizada em 2007, a SEAP/PR atuou para o cumprimento do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS). A adesão ao PREPS passou a ser uma das condições para operação das embarcações pesqueiras em julho de 2007, quando o prazo expirou para aquelas embarcações com comprimento total igual ou superior a 15 metros.

Proposta de Síntese

Em 2008, **após a fase de divulgação junto aos armadores**, a SEAP/PR atuou para o cumprimento do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS). A adesão ao PREPS passou a ser uma das condições para operação das embarcações pesqueiras **ou frota submetida a limite de esforço a partir de julho de 2007**. **As embarcações envolvidas em pesca continental inicialmente não foram contempladas com esta obrigatoriedade, mas estudos estão**

sendo feitos para possibilitar a adaptação e dimensionamento para a realidade de cada região. Para embarcações de menor porte é importante também o uso desse sistema, mas deverá ser levado em conta as despesas para a sua implementação, para que não se torne mais um fator de redução dos ganhos para a pesca de menor escala e o governo deve estudar a possibilidade de subsidiar a aquisição e manutenção dos equipamentos.

RR, AM, RN, RS, SP, ES

183. Em virtude da situação atual dos estoques pesqueiros, as ações de controle e combate à pesca ilegal representam uma das principais iniciativas para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira extrativa marinha. Desta forma, a identificação das embarcações ainda não integrantes do PREPS e aplicação das sanções administrativas previstas têm sido uma das preocupações da SEAP/PR, de forma a combater as vantagens desleais aos envolvidos em pesca irresponsável.

Proposta de Síntese

Em virtude da situação atual dos estoques pesqueiros, as ações de controle e combate à pesca ilegal realizadas por embarcações nacionais e estrangeiras, representam uma das principais iniciativas para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira extrativa marinha e em águas continentais. Desta forma, além da identificação das embarcações ainda não integrantes do PREPS e aplicação das sanções administrativas previstas, são formas de combater as vantagens desleais dos envolvidos em pesca irresponsável. Ainda, torna-se necessária uma maior participação e fiscalização pelos órgãos competentes nas atividades de pesca, aquicultura e outras que afetem os ambientes continentais e marinhos, não apenas na época do defeso. Importante também incluir mecanismos de zoneamento para as frotas com diferentes escalas de poder de pesca, como forma de reduzir as desigualdades de acesso entre pesca artesanal e industrial e limitar a pressão sobre os estoques pesqueiros.

ES, SP, SC

184. Além da suspensão de permissões de pesca no caso de embarcações ainda não aderidas, são emitidas advertências nos casos de descumprimento da legislação pesqueira. Em 2008, foram emitidas 339 advertências aos armadores responsáveis por embarcações que operaram em área e períodos proibidos e em virtude de atrasos de envio de sinal pelo equipamento. Algumas embarcações tiveram seus cruzeiros interrompidos para fins de esclarecimentos junto à SEAP/PR e Marinha do Brasil em virtude de falta de transmissão de sinal quando as mesmas se encontram em operação no mar.

Proposta de Síntese

Além da suspensão de permissões de pesca no caso de embarcações ainda não aderidas, são emitidas advertências nos casos de descumprimento da legislação pesqueira.

SP

185. O PREPS também contribui para subsidiar as discussões sobre ordenamento pesqueiro, na medida que informações sobre a dinâmica das frotas monitoradas são obtidas rapidamente. Também foram geradas informações referentes à dinâmica da frota que utiliza vara e isca viva para a captura de atuns e afins, com o objetivo de subsidiar o projeto de bóias atradoras.

186. No ano de 2008, como resultado final, foram constatadas 1.133 adesões ao Programa. Em 2009, pretende-se dar continuidade às ações de controle e ordenamento da atividade pesqueira, colocando em prática os acordos de cooperação com outros órgãos responsáveis pela fiscalização, além de implementar a disponibilização de informações oceanográficas e meteorológicas. Pretende-se com esta disponibilização, contribuir para a melhoria da produtividade pesqueira das embarcações atualmente permissionadas.

Proposta de Síntese

Atualmente, pretende-se dar continuidade às ações de controle e ordenamento da atividade pesqueira, colocando em prática os acordos de cooperação com outros órgãos responsáveis pela fiscalização, além de disponibilizar informações oceanográficas, meteorológicas e relatórios periódicos de embarcações infratoras por Estado. Pretende-se com isto contribuir para a melhoria da produtividade pesqueira das embarcações atualmente permissionadas.

RN

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO PESQUEIRA E AQUÍCOLA

187. No tocante às áreas de Assistência Técnica e Cooperativismo, os trabalhos desenvolvidos pela SEAP em parceria com outros órgãos públicos e o terceiro setor consistem na prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola. São voltados para capacitação de técnicos/extensionistas e dos pescadores profissionais artesanais e aquicultores familiares. Como auxílio para execução dessas ações se trabalham projetos que visam à elaboração de material didático, cursos para formação dos articuladores territoriais, principalmente, no que tange a gestão dos empreendimentos (autogestão) com base na economia solidária, e a consolidação do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola.

Propostas de Síntese

No tocante à assistência técnica e cooperativismo, os projetos desenvolvidos pelo MPA em parceria com outros órgãos públicos e organizações não-governamentais consistem na prestação desses serviços e são voltadas para a capacitação de técnicos/extensionistas, pescadores(as) artesanais e aquicultores(as) familiares. Esses projetos devem incluir toda a família observando a equidade de gênero, geração e etnia; ter uma linguagem adequada a realidade do público; prever a elaboração de materiais didáticos; cursos; interiorizar a capacitação em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável de maneira a formar agentes multiplicadores nas comunidades; formar gestores e membros da sociedade civil em associativismo e organização comunitária.

BA, CE

Que seja garantido os serviços da Extensão Pesqueira e Aquícola pública, universal e permanente. Esse serviço deve entre outras coisas: apoiar e dar orientação às colônias, sindicatos, associações de pescadores e aquicultores e seus projetos; apoiar a organização de empreendimentos de modo que possam se integrar às políticas públicas de economia solidária; promover o aumento do corpo técnico já existente; deve realizar a capacitação continuada dos técnicos, consolidando assim o Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola. Esse serviço deve ser feito por instituição pública criada para o setor ou pelo MPA. PA, PB, PI, TO

188. Neste sentido, os projetos tendem a dotar os setores da aquicultura e pesca com apoio à pesca artesanal e aquicultura familiar, com incentivo à comercialização, eliminação de atravessadores, construção de fábricas de gelo, implantação de terminais e entrepostos pesqueiros, disponibilização de linhas de crédito rural com juros subsidiados, capacitação e assistência técnica, entre outras ações. Este processo deve contribuir para o aumento da produção de alimentos de melhor qualidade biológica e sem contaminação, ao mesmo tempo em que propicie condições para a melhoria da renda e para a geração de novas ocupações e postos de trabalho. Os investimentos realizados em todos os projetos estão fundamentados em análise de viabilidade técnica de acordo com as diretrizes dessa Secretaria e são suplementados por ações que promovam a assistência técnica aquícola e pesqueira e o cooperativismo.

Propostas de Síntese

Neste sentido, os projetos **devem dotar os setores da aquicultura e pesca** com incentivo à comercialização, eliminação de atravessadores, construção de fábricas de gelo, **unidade de beneficiamento de pescado, construção de fábricas de rações**, implantação de terminais e entrepostos pesqueiros, locais de manutenção e reparos de embarcações, disponibilização de linhas de crédito rural com juros subsidiados e **seguro**, capacitação e assistência técnica **qualificada e continuada**, entre outras ações. Este processo deve contribuir para o aumento da produção de alimentos de **melhor qualidade e sem contaminação**, ao mesmo tempo em que propicie condições para a melhoria da renda e para a geração de novas ocupações e postos de trabalho.

SP, BA, CE, SC

Os investimentos realizados em todos os projetos estão fundamentados em análise de viabilidade técnica, **de acordo com as diretrizes do MPA e devem ser** suplementados por ações que promovam a assistência técnica aquícola e pesqueira e o fortalecimento do cooperativismo e **associativismo, subsidiadas pelo poder público, inclusive o consumo de água e de energia elétrica, bem como a capacitação em gestão compartilhada dos gestores e da fiscalização pelos órgãos competentes. Estabelecer uma relação de compromisso das Assistências Técnicas dos Estados (EMATER) com a pesca e aqüicultura no que se refere a elaboração de projetos, buscando crédito junto as Instituições financeiras, bem como, o acompanhamento da execução dos mesmos. No entanto, é necessário o fortalecimento dos escritórios locais, bem como que os órgãos que delegam atribuições para EMATER repassem recursos específicos e definidos para atividades de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola.**

SP, CE, PA

189. Estão em andamento projetos de assistência técnica e extensão rural através da capacitação dos pescadores artesanais, aquicultores e técnicos. Incubação de cooperativas de pescadores nos municípios integrantes do território da cidadania, incubação da Rede de Comercialização Solidária de pescado; Incubação de empreendimentos econômicos solidários de abrangência do CIPAR; Extensão aquícola para incentivo da aquicultura entre pequenos aquicultores no Território de Cidadania.

Proposta de Síntese

Estão em andamento projetos de **assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola** através da capacitação dos pescadores artesanais e industriais, aquicultores e técnicos, incubação de

cooperativas e de associações de pescadores nos municípios integrantes **dos territórios e demais território nacional**, incubação da Rede de Comercialização Solidária de pescado e **de empreendimentos econômicos solidários de abrangência dos CIPARs**, extensão aquícola para incentivo da aquicultura entre pequenos aquicultores **nos territórios. Esses projetos também devem adotar a gestão compartilhada e garantir a participação das comunidades.**

GO, RN, CE, RJ, SC, SP

190. Outra iniciativa nesta área é o projeto de habitação para pescadores. A SEAP/PR está investindo recursos para elaboração dos projetos executivos e assistência técnica às famílias. Outros recursos da Caixa e do FGTS complementam os investimentos para as casas dos pescadores.

Proposta de Síntese

Outra iniciativa é o projeto de habitação para pescadores, **em que o MPA** está investindo recursos para elaboração de projetos executivos e assistência técnica às famílias **em alguns Estados e outros recursos da Caixa Econômica Federal e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) complementam os investimentos para as casas. Para que possa ampliar essas ações: nesses projetos as Prefeituras ou Estados devem entrar com contrapartida em incentivos fiscais; o MPA deve investir recursos juntamente com outros ministérios e Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para elaboração dos projetos executivos e assistência técnica à famílias de pescadores e aquicultores; deve ser prevista a construção, manutenção ou expansão do saneamento básico; resolver o problema da regularização dos terrenos onde residem os pescadores, tanto em áreas de preservação permanente, quanto em áreas de marinha, urbanas e rurais.**

SE, AM, DF, MS, RS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

191. A formação profissional de pescadores e aquicultores é estratégica para o desenvolvimento do setor. Os trabalhos desenvolvidos pela SEAP neste âmbito buscam não só a formação técnica, mas também a integração com a elevação da escolaridade e a inclusão de disciplinas relacionadas à educação ambiental, educação cidadã, organização da categoria, de forma a valorizar esses trabalhadores das águas.

Propostas de Síntese

A formação e **qualificação** profissional de **pescadores(as) e aquicultores(as)** é fundamental para o desenvolvimento do setor. As ações desenvolvidas **pelo MPA** neste âmbito buscam não só a formação técnica, **mas também a elevação da escolaridade** e a inclusão de disciplinas relacionadas à educação ambiental, **segurança alimentar**, educação cidadã, **riscos relacionados a atividade**, organização da categoria, de forma a valorizar esses trabalhadores das águas.

MA, RN, SC

Para garantir o acesso ao ensino profissionalizante deve-se ter bolsas, alimentação e transporte durante a formação profissional através de parcerias com a Fundacentro do Ministério do Trabalho e Emprego e demais órgãos públicos da União, Estados e Municípios, contemplando os jovens na qualidade de aprendiz de pesca e aqüicultura. Além disso, esforços devem ser feitos para: levar a

educação de nível básico, implantando escolas em tempo integral para os filhos menores, com esporte, lazer, religião, cultura e disciplinas inerentes à profissão da pesca; ensino médio e superior; cursos de habilitação aquaviária. Propõe-se que esse tema seja contemplado na Conferência Nacional de Educação (CONAE).

BA, DF, RN, SE, SP

Propõe-se a ampliação dos projetos de alfabetização e qualificação profissional para os trabalhadores nas indústrias, com base em conteúdos relacionados a higiene e conservação do pescado.

RS

192. É importante, ainda, que esses trabalhadores conheçam melhor seus direitos e possam dialogar adequadamente com as instituições às quais eles se encontram vinculados, como por exemplo, as medidas e os instrumentos criados para facilitar seu trabalho. Na vida do pescador profissional artesanal existem diferentes demandas que implicam num preparo específico: negociar, requerer e agilizar empréstimos bancários, auxílios do defeso, compras de barcos, entre muitos outros. Ao mesmo tempo, é indispensável também que se tornem capazes de implementar ações de revitalização dos mares, rios, manguezais, lagoas, como cidadãos das águas que são.

Proposta de Síntese

Outro aspecto importante da formação desses(as) trabalhadores(as) é sobre os seus direitos e deveres, através de divulgação, para que possam dialogar com as instituições com as quais tem relação, como por exemplo, sobre as medidas e os instrumentos criados para facilitar seu trabalho. No dia-a-dia dos(as) pescadores(as) artesanais e dos aquicultores familiares também existem diferentes assuntos que eles tem de lidar e que requerem deles várias habilidades como: negociar, requerer e agilizar empréstimos bancários, auxílios do defeso, compras de barcos; implementar juntamente com os Governos Federal, Municipais e setor Privado ações de revitalização dos mares, rios, manguezais, lagoas, riachos e açudes como cidadãos das águas que são; participar de diversos foruns para deliberar sobre ações que impliquem diretamente em suas vidas e atividades; promover cursos, palestras e ler cartilhas sobre as leis da pesca para os pescadores tradicionais e comunidades aqüícolas conhecerem e entenderem seus deveres e direitos, entre muitos outros.

BA, MA, PE, RN, RS, SE

193. As ações desenvolvidas de forma articulada com diversos parceiros têm possibilitado o aumento da oferta de cursos profissionalizantes de nível médio na rede federal, a criação de núcleos de pesquisa nos Centros Federais de Educação – CEFET visando a difusão de novas tecnologias e a capacitação de docentes e extensionistas nas áreas de pesca e aquicultura, a oferta de cursos de formação inicial e continuada, entre outros.

Proposta de Síntese

Ações desenvolvidas pelo MPA em conjunto com diversos parceiros têm possibilitado um aumento da oferta de cursos profissionalizantes de nível médio na rede federal de ensino e a criação de núcleos de pesquisa nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFS e outras instituições de ensino superior e centros estaduais e municipais, Sistema S (Sesi, Senai e Senar),

visando a difusão de novas tecnologias, a capacitação de docentes e extensionistas nas áreas de pesca e aquicultura e a oferta de cursos de formação inicial e continuada, e a **participação das escolas técnicas no estudo de soluções para os gargalos da aquicultura**, entre outros. **Além disso, é preciso escola para jovens e adultos de nível fundamental e de formação técnica e profissionalizante em Aquicultura e Pesca nas comunidades onde as atividades são desenvolvidas, para que num futuro próximo todos pescadores e aquicultores tenham uma formação básica para o exercício de sua atividade profissional.**

AL, SE, PE, PR, SC, TO

194. O projeto Pescando Letras para alfabetização dos pescadores, e realizado em parceria com o MEC, por meio do Programa Brasil Alfabetizado, atendeu nos últimos quatro anos cerca de 120 mil pessoas. Os Telecentros da Pesca Maré – projeto de inclusão digital, está voltado às comunidades pesqueiras nas quais o acesso às tecnologias de informação e a comunicação são possibilidades muito remotas e de custo elevado, estão instalados em mais de 50 localidades. É desenvolvido em parceria com o Ministério das Comunicações e Banco do Brasil

Proposta de Síntese

O programa de alfabetização de pescadores(as), o Pescando Letras, realizado em parceria com o Ministério da Educação, por meio do Programa Brasil Alfabetizado, atendeu nos últimos quatro anos cerca de 120 mil pessoas, no entanto, propõe-se: que o mesmo seja ampliado; que seja realizado durante o período de defeso para não prejudicar as atividades dos pescadores(as); que seja criada uma coordenação específica a fim de efetivar o Programa Pescando Letras em todo os estados. Os Telecentros, projeto de inclusão digital, voltado às comunidades pesqueiras que tem pouco acesso às tecnologias de informação e comunicação é desenvolvido em parceria com o Ministério das Comunicações e o Banco do Brasil. Propõe-se que os telecentros não sejam usados apenas para o ensino de informática e para a inclusão digital, mas como instrumento de apoio a organização das colônias e atividades de capacitação com a utilização dos recursos multimídia.

RN, AM, AP, MT, PA, RS, TO

POLÍTICAS DE CRÉDITO

195. A SEAP/PR atua na construção de instrumentos de crédito, bem como no ajuste dos instrumentos existentes, no sentido de configurar as condições necessárias ao desenvolvimento da pesca e aqüicultura. No que diz respeito ao crédito rural, a diretriz foi a reformulação dos instrumentos de crédito, visando alterar os instrumentos e adequar linhas que passaram a atender as demandas do setor. As alterações consistiram em inserções no texto e organização da seção do Manual de Crédito Rural que trata da atividade pesqueira - para melhor entendimento dos beneficiários e agentes financeiros - e ajuste das linhas de crédito. Todas as alterações foram amplamente discutidas e acordadas entre representantes do Governo Federal, dos setores envolvidos e agentes financeiros. Elencamos, a seguir, os principais ajustes.

Propostas de Síntese

O MPA vem atuando na construção de instrumentos de crédito, bem como no ajuste dos instrumentos existentes, no sentido de garantir as condições necessárias ao desenvolvimento da

pesca e aquicultura. **Para isso são necessárias medidas como: a criação de um Fundo de Aval para a aquicultura que permita investimentos de maior valor; criação do Seguro Aquícola para perdas materiais ou produtivas, tanto por desastres meteorológicos ou fenômenos naturais; abertura de linhas de crédito junto ao BNDES específicas para a aquicultura, abrangendo investimento, capital de giro e aquisição de imóveis; criação de linhas de créditos para fortalecer o cooperativismo e o associativismo; estruturação de núcleos multidisciplinares para elaboração e análise dos projetos; política de crédito adequada à realidade de cada região.**

AL, AM, SC

No que diz respeito ao crédito rural, a diretriz foi a reformulação dos instrumentos de crédito, **visando adequá-los para atender as demandas do setor. As principais foram no Manual de Crédito Rural** que trata da atividade pesqueira e **aquícola** - para melhor entendimento dos beneficiários e agentes financeiros - e ajuste das linhas de crédito, **sendo ainda necessário avançar na desburocratização do acesso aos recursos.** Todas as alterações foram amplamente discutidas e acordadas entre representantes do Governo Federal, dos setores envolvidos e agentes financeiros. **Cabe ao MPA e instituições parceiras divulgar as orientações para melhorar o acesso ao crédito.** Elencamos, a seguir, os principais ajustes.

PR, RS

196. Para a pesca artesanal e aquicultura, a primeira medida editada por meio da Resolução 3.208 (2004) do Conselho Monetário Nacional (CMN), a partir do que a aquicultura e a pesca têm uma seção específica dentro do Manual de Crédito Rural, o que permitiu que o crédito fosse tratado de forma adequada ao setor. Em 2006, outras duas resoluções foram publicadas, a primeira que diz respeito à exclusão da obrigatoriedade do contrato de compra e venda para o acesso a crédito de custeio, e na qual o pescador artesanal foi incluído no Pronaf e, a outra, que definiu que o beneficiário de financiamento de crédito de investimento e custeio não deve mais estar obrigatoriamente vinculado à colônia, associação ou cooperativa e que o vencimento das parcelas do financiamento não deveria ocorrer no período de defeso da espécie-alvo.

197. O tomador de financiamentos de comercialização não está mais vinculado ao tomador de financiamento de custeio. Também foi incluída a exigência de que o beneficiário do crédito realize a captura ou produção do pescado, de forma a excluir a figura do atravessador. Outra medida importante foi a inclusão da SEAP/PR como emissora de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) no sistema DAPWeb. O sistema permite que num prazo de duas horas o agente financeiro tenha o acesso à DAP. Pelo processo anterior, até o documento chegar às mãos do agente financeiro perdia-se cerca de três meses.

Proposta de Síntese

O tomador de financiamento de comercialização não está mais vinculado ao tomador de financiamento de custeio. Também foi incluída a exigência de que o beneficiário do crédito realize a captura ou produção do pescado, de forma a excluir a figura do atravessador. **Outra medida importante foi a inclusão do MPA como emissor de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) no sistema DAPWeb agilizando o processo de financiamento. Com a implementação de escritórios do MPA em municípios pólos, as entidades representativas dos pescadores e aquicultores poderão ser credenciadas e emitir as DAP's junto ao MDA. Outra medida proposta é que as colônias possam**

ser inseridas no sistema DAP Web para emissão de DAPs.
AM, TO

198. A resolução do CMN 3.552/2008 incluiu o armador de pesca como beneficiário de crédito rural. Através da mesma Resolução, foram atualizados os preços de pescado para concessão de créditos de comercialização que contavam com o último ajuste no ano de 1997. Com o objetivo de atender a todas as regiões do país, a linha que concede financiamento para a comercialização, a partir de agora conta com 26 espécies de peixe. Os armadores e aquicultores contam agora com uma linha ao amparo de recursos controlados para créditos de custeio, comercialização e industrialização. Para créditos de investimento, há o Programa Moderagro – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais, com limites para operações individuais e para operações coletivas.

199. Referente à renegociação das dívidas, a SEAP/PR participou na propositura da renegociação do endividamento dos setores de Aquicultura e Pesca, finalizada com a Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008. Pela Lei, há descontos e bônus de até 65% para a quitação ou renegociação de contratos de programas lastreados por recursos da União, como o Pronaf e o Proger Rural.

Proposta de Síntese

Referente à renegociação das dívidas, o **MPA** participou na propositura da renegociação do endividamento dos setores de Aquicultura e Pesca, finalizada com a Lei 11.775 (17 de setembro de 2008) em que há descontos e bônus de até 65% para a quitação ou renegociação de contratos de programas lastreados por recursos da União, como o Pronaf e o Proger Rural **e devem ser incluídos a renegociação para recursos oriundos dos fundos constitucionais. Alertamos que toda a negociação deve ser ajustada a realidade dos pescadores e aquicultores no que diz respeito principalmente aos períodos de pesca ou despesca. Propõe-se a regulamentação do seguro agrícola para pescadores e aquicultores já previsto em Lei do Seguro Rural.**

CE, RS

200. O Programa Profrota Pesqueira tem por finalidade apoiar a aquisição, construção, conversão, modernização e equipagem, de uma frota pesqueira oceânica nacional. É fundamental para ampliar a participação da pesca oceânica de espécies com capacidade de serem exploradas, como os atuns, para consolidação do aproveitamento sustentável das capturas dos estoques pesqueiros na Zona Econômica Exclusiva brasileira e em águas internacionais. Desde o seu início em 2005, o Profrota Pesqueira já credenciou 54 projetos para receber financiamento, dos quais 09 foram contratados enquanto os demais aguardam aprovação pelos bancos. Serão necessários cerca de R\$ 189 milhões em financiamento direto e mais R\$ 54 milhões aportados em equalização das operações para viabilizar a contratação de todos os projetos deferidos.

Proposta de Síntese

O Programa Profrota Pesqueira tem por finalidade apoiar a aquisição, construção, conversão, modernização e equipagem, de uma frota pesqueira oceânica nacional **e é fundamental para ampliar a participação da pesca oceânica de espécies com capacidade de serem exploradas, como os atuns, para consolidação do aproveitamento sustentável das capturas dos estoques pesqueiros na Zona Econômica Exclusiva brasileira e em águas internacionais. O programa passou a ser amparado**

pela Lei n.º 11.876 que autorizou a instituição do Fundo de Garantia para Construção Naval – FGCN, superando limitações estruturais e acelerando o processo de contratação e execução dos projetos. Esse programa deverá incluir a participação dos pescadores artesanais para a construção de novas embarcações, adequação para novas artes de pesca ou reformas.

RS

SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL

201. A equiparação do preço do óleo diesel marítimo para a pesca brasileira com o preço praticado internacionalmente antes era dirigida apenas ao setor industrial, agora também chega ao pescador artesanal. Levando-se em conta que o óleo diesel representa pelo menos 50% dos custos de um cruzeiro de pesca, a subvenção possibilita aumento na competitividade no mercado internacional e da rentabilidade dos pescadores.

Proposta de Síntese

A equiparação do preço do óleo diesel marítimo para a pesca brasileira com o preço praticado internacionalmente antes era dirigida apenas ao setor industrial, agora também chega ao pescador artesanal. Levando-se em conta que o óleo diesel representa pelo menos 50% dos custos de um cruzeiro de pesca, a subvenção possibilita aumento na competitividade no mercado internacional e da rentabilidade dos pescadores. **O Governo Federal deve trabalhar para que este benefício seja levado a todas as regiões do país e sensibilizar os Estados na facilitação da logística do transporte do óleo marítimo para a pesca artesanal, incluindo a realizada em águas interiores. A constante análise do processo que possibilita o acesso a este benefício tem objetivado a desburocratização e atendimento das necessidades da parcela artesanal da frota. A subvenção foi ampliada para 25%, melhorando ainda mais as condições para a pesca. O objetivo a ser trabalhado é a equiparação real ao preço internacional e que o subsídio saia diretamente na bomba, deburocratizando o processo e estabelecer formas de pagamento que permitam a adesão dos pescadores artesanais que muitas vezes tem dificuldade de cumprir os prazos curtos. A subvenção tem de alcançar frota fluvial, lacustre e terrestre, referente ao transporte de pescado e insumos.**

PI, RN, SC

Novas Propostas

202. Como evolução da política de subvenção ao preço do óleo diesel, é necessário a subvenção também de outros combustíveis, utilizados principalmente pela pesca artesanal, tal como a gasolina e também para os empreendimentos aquícolas. Além da expansão da política, atuar no processo de desburocratização deve ser uma preocupação do Governo, visto que devido às exigências atuais, muitas vezes o acesso à maioria das comunidades de pesca é prejudicado. A divulgação e esclarecimentos acerca do referido Programa, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos em legislação, também são ações que contribuem para melhor implementá-lo.

AC, AL, AM, AP, ES, MG, PA, PE, RJ, RO, SP

203. Importante salientar também é o papel de controle deste tipo de política de subvenção. Nada mais coerente de que somente poderão ter acesso ao benefício os pescadores(as), aquícultores(as) e demais segmentos da cadeia produtiva que estiverem devidamente adequados à legislação

pesqueira. Assim, o controle de todos os programas de desenvolvimento da pesca e aquícultura, de forma integrada, poderão orientar de forma menos generalizada, os setores que poderão acessar os benefícios concedidos.

RR, RS

COMERCIALIZAÇÃO

204. Foi firmado o acordo de cooperação técnica firmado entre a SEAP e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE com finalidade de promover a participação do pescado na alimentação escolar, desenvolvendo ações de capacitação de merendeiras para a manipulação de pescados e os conselheiros da alimentação escolar, bem como os pescadores artesanais e aquícultores familiares.

Proposta de Síntese

Foi firmado acordo de cooperação técnica entre o MPA e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com finalidade de promover a participação **semanal** do pescado, **inclusive o oriundo da aquícultura**, na alimentação escolar, desenvolvendo ações de capacitação de merendeiras, **dos conselheiros da alimentação escolar, bem como dos pescadores artesanais e aquícultores familiares** para a manipulação de pescados. **Esta ação deverá ser implementada em todas as regiões do país.**

PI, SC

205. No propósito de dar continuidade às ações da Feira do Peixe, a SEAP/PR e a CONAB fazem o processo de seleção das entidades. São 340 módulos para comercialização direta do pescado vivo e/ou fresco. A Semana do Peixe tem o objetivo da campanha é educar o consumidor sobre os benefícios para a saúde do consumo regular de pescados, e como consumir um pescado de qualidade e com segurança. A venda de pescados em supermercados cresceu em média 50% nos estabelecimentos participantes.

Propostas de Síntese

No propósito de dar continuidade às ações da Feira do Peixe, o MPA e a CONAB fazem o processo de **seleção das entidades para comercialização direta do pescado vivo e/ou fresco. A Semana do Peixe tem o objetivo de educar o consumidor** sobre os benefícios para a saúde do consumo regular de pescados, e como consumir um pescado de qualidade e com segurança. A venda de pescados em supermercados cresceu em média 50% nos estabelecimentos participantes. **Existe ainda a comercialização por meio do PAA operacionalizada pela CONAB, que precisa ser aprimorado e ampliado e que tem contribuído na garantia de preços além do planejamento e sustentabilidade da pesca e da aquícultura familiar.**

PE, RS

Tal programa deverá ser aprimorado e ampliado, pois tem sido um importante fator de comercialização para diversas organizações. A modalidade de formação de estoque é importante, mas precisa ser melhor compreendida e utilizada pelos pescadores e organizações. Neste contexto, propõe-se a otimização da entrega dos kits-feira; a garantia de espaço nas feiras municipais para a

comercialização direta do pescado oriundo da pesca artesanal e aquicultura familiar; estudos de prospecção de mercado para o pescado e seus co-produtos e para peixes ornamentais ou potencialmente ornamentais; para a garantia da qualidade dos produtos sugere-se criar um selo de identificação dos produtos provenientes de empreendimentos de grupos que praticam a economia solidária.

RS, RR, TO

206. Em parceria com a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP, o novo entreposto de pescado, o maior da América Latina, passa a contar com área de inspeção primária, uma fábrica de gelo de 48 toneladas/dia, uma área de filetagem climatizada, uma câmara de resíduos e área de administração. A construção do entreposto é resultado de um convênio entre a SEAP/PR e a CEAGESP e conta com o apoio do Ministério da Agricultura, através do Serviço de Inspeção Federal – SIF e da Associação dos Comerciantes Atacadistas de Pescados do Estado de São Paulo.

Proposta de Síntese

Companhias de Entrepostos e Armazéns Gerais, similares à CEAGESP em São Paulo, devem ser criados nos demais estados da federação, assim como a promoção dos produtos originários da aquicultura através de ações contínuas de marketing, visando a abertura e fortalecimento de novos mercados.

MA, SC

INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

207. Os projetos apoiados pela SEAP/PR na ação de infraestrutura consistem de obras e equipamentos destinados a fundamentar as atividades de recepção, seleção e classificação, movimentação, armazenagem, beneficiamento, comercialização e expedição de pescado e mercadorias relacionadas. Visam ainda conferir apoio logístico às embarcações pesqueiras e suas respectivas equipes operacionais. Neste sentido, sua execução promove o desenvolvimento social da comunidade pesqueira, por meio do fomento às ações de provisão de infraestrutura básica para execução destas atividades, bem como de habitação, saneamento e ações complementares de capacitação dos projetistas das estruturas e das equipes encarregadas de sua operação e respectiva manutenção.

Propostas de Síntese

Os projetos de infraestrutura apoiados pelo MPA consistem de obras e equipamentos destinados as atividades de recepção, seleção e classificação, movimentação, armazenagem, beneficiamento, comercialização e expedição de pescado e mercadorias relacionadas e visam ainda conferir apoio logístico às embarcações pesqueiras e suas respectivas equipes operacionais, bem como a implantação de entrepostos e feiras permanentes. Neste sentido, sua execução promove o desenvolvimento social das comunidades pesqueiras, por meio do fomento às ações de provisão de infraestrutura básica para execução destas atividades, bem como habitação, saneamento.

DF

Neste contexto, sugere-se o apoio do MPA na negociação da cessão dos terrenos das prefeituras, que os terrenos sejam próximos às comunidades e que sejam reservados espaços para a construção de caixas. A disponibilidade e agilidade nos recursos para as comunidades pesqueiras são essenciais. Sugere-se, também, o desenvolvimento de pesquisas e estudos de alternativas de beneficiamento do pescado; estudos sobre conservação, armazenamento e aproveitamento dos co-produtos da produção de pescado; a criação de áreas comunitárias dotadas de obras de baixo impacto ambiental, como trapiches, atracadouros, galpões, guindastes entre outras, na faixa de terras de marinha para uso de maricultores nas tarefas de manejo de cultivo, colheita e desembarque da produção; a inclusão do pescador profissional, atuante na frota industrial; acesso ao crédito para habitação.

PR, RR, SC

Importante também considerar nos próximos projetos, ações para facilitar a saída e entrada dos pescadores ao mar, melhorando questões de segurança e desembarque da produção artesanal. e ações para a manutenção dos ranchos de embarcação de pescadores artesanais; que a infraestrutura de equipamentos fornecidos pelo MPA seja regionalizada de acordo com os projetos específicos das colônias e que estas sejam capacitadas por entidades parceiras para a utilização adequada dos equipamentos.

TO

208. Esses projetos consolidam um cenário de operação sustentável da cadeia produtiva pesqueira nacional, em suas dimensões regional e local, por meio da provisão de infraestruturas que demandam recursos financeiros superiores à capacidade de investimento dos agentes produtivos que compõem os mercados locais de produtos da pesca e da aquicultura. Os investimentos estão fundamentados em estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e são suplementados por ações que promovam o associativismo e cooperativismo.

Proposta de Síntese

Esses projetos consolidam um cenário de operação sustentável da cadeia produtiva **aquícola** e pesqueira nacional, em suas dimensões regional e local, por meio da provisão de infraestruturas que demandam recursos financeiros superiores à capacidade de investimento dos agentes produtivos que compõem os mercados locais de produtos da pesca e da aquicultura. Os investimentos estão fundamentados em estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e são suplementados por ações que promovem o associativismo e cooperativismo. **Para que tal propósito seja cumprido, faz-se necessário priorizar a capacitação dos pescadores e pescadoras antes de instalar equipamentos de apoio a infraestrutura da cadeia produtiva e o monitoramento permanente e assistência técnica.**

AM, PR

209. Os investimentos na implantação de uma rede nacional de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) estão vinculados à diretriz política de organização e profissionalização do setor pesqueiro nacional. Constituem de estruturas e equipamentos que viabilizam em regime de eficiência a operação de diversos agentes econômicos atuantes neste setor sob adequadas condições sanitárias e que contribuem para agregação de valor aos produtos pesqueiros e renda para os agentes intermediários. A gestão dos TPPs obedece aos princípios de gestão pública democrática.

Proposta de Síntese

Os investimentos na implantação de uma rede nacional de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) estão vinculados à diretriz política de organização e profissionalização do setor pesqueiro nacional. Constituem estruturas e equipamentos que viabilizam em regime de eficiência a operação de diversos agentes econômicos atuantes neste setor sob adequadas condições sanitárias e que contribuem para agregação de valor aos produtos pesqueiros e renda para os agentes intermediários e **vinculados a programas de renovação e adequação da frota pesqueira nacional, e conferem ainda, apoio logístico a tais embarcações e suas correspondentes equipes. O seu planejamento obedece a critérios de regionalização, que justificam sua execução nos principais pólos pesqueiros no litoral e em águas interiores.** A gestão dos TPPs obedece aos princípios de gestão pública democrática, **tornando-se necessária a disponibilização de recursos para estudos de viabilidade econômica.**

RJ

210. Os TPPs estão vinculados a programas de renovação e adequação da frota pesqueira nacional, e conferem ainda, apoio logístico a tais embarcações e suas correspondentes equipes. O planejamento obedece a critérios de regionalização, que justificaram sua execução nos principais pólos pesqueiros no litoral e em águas interiores.

211. Os Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR promoveram a estruturação da cadeia produtiva, desde a produção até o fornecimento de insumos, incluindo o beneficiamento e comercialização, bem como dos meios de produção. De forma geral, esses centros vão permitir o desenvolvimento de ações integradas e convergentes, visando o desenvolvimento das comunidades pesqueiras artesanais, incluindo os trabalhadores da pesca na economia de mercado, de forma a corrigir as assimetrias sociais e econômicas que contingenciam este segmento.

Proposta de Síntese

Os Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR) promoverão a estruturação da cadeia produtiva, **podendo incluir atividades de maricultura, desde a produção até o fornecimento de insumos, incluindo o beneficiamento e comercialização.** De forma geral, esses centros vão permitir o desenvolvimento **de ações integradas visando o desenvolvimento das comunidades pesqueiras artesanais,** incluindo os trabalhadores da pesca na economia de mercado, de forma a corrigir **as distorções sociais e econômicas que atingem este segmento.**

RN

212. Apoiar a autogestão dos empreendimentos é proposta dos CIPAR, para que possam ser geridos pelos integrantes das comunidades pesqueiras, por intermédio de suas entidades, de preferência aquelas que tenham imbuídos os princípios do associativismo e cooperativismo, uma vez que os centros têm como princípio o trabalho coletivo e como objetivo a geração e distribuição de oportunidades de trabalho e renda àqueles que participam da produção, beneficiamento, comercialização e distribuição do pescado, participando ativamente da própria gestão dessas unidades.

213. Questão importante a ser trabalhada no âmbito dos CIPAR, é a gestão compartilhada e o ordenamento pesqueiro local, cujos mecanismos de apoio estão relacionados às ações de educação

ambiental, do monitoramento ambiental participativo e voluntário e da constituição e/ou fortalecimento de fóruns de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Encontram-se em processo de implantação 14 CIPARs, executados com recursos da SEAP/PR complementados com outros da Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais, destinados às ações de capacitação e apoio a gestão.

Proposta de Síntese

Questão importante a ser trabalhada no âmbito dos CIPAR, é a gestão compartilhada e o ordenamento pesqueiro local, cujos mecanismos de apoio estão relacionados às ações de educação ambiental e **à cultura local,** do monitoramento ambiental participativo e voluntário e da constituição e/ou fortalecimento de fóruns de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. **Os CIPARs são executados com recursos do MPA complementados com outros da Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais, destinados às ações de capacitação e apoio a gestão de regiões com elevado potencial pesqueiro.**

CE, PA

214. A SEAP/PR, ao longo dos anos, adquiriu equipamentos para fábricas de gelo e cadastrou as entidades interessadas na implantação e operacionalização destes equipamentos. São unidades com capacidade de produção que variam de 1,2 a 9 toneladas/dia. Também, foi aberto edital para compra de caminhões para transporte de pescado, buscando atender todas as regiões do Brasil. Nesta mesma linha, está a aquisição de barcos para transporte de pescado, cuja capacidade varia de 10 a 30 toneladas de carga. O objetivo principal é investir na modernização da cadeia produtiva e suprir deficiências estruturais do setor pesqueiro artesanal.

Proposta de Síntese

O MPA, ao longo dos anos, adquiriu equipamentos para fábricas de gelo e cadastrou as entidades interessadas na implantação e operacionalização destes equipamentos, ficando pendente, ainda, o subsídio de água e energia para as funções da mesma. Também, foram abertos editais para compra de caminhões para transporte de pescado, buscando atender todas as regiões do Brasil. **Nesta mesma linha, está a aquisição de barcos para transporte de pescado.** O objetivo principal é investir na modernização da cadeia produtiva e suprir deficiências estruturais do setor pesqueiro artesanal.

PE

215. O projeto de apoio a pequenos empreendimentos da pesca artesanal e da aquicultura familiar busca fortalecer iniciativas associativas de agregação de valor e geração de renda para as famílias de pescadores artesanais e aquicultores familiares, e prevê quatro diferentes categorias de pequenos empreendimentos: cozinhas comunitárias, pontos fixos de comercialização, manipulação de mariscos e acampamento de pescadores. Tal projeto é executado em parceria com a CONAB.

AQUICULTURA

216. Desenvolver a aquicultura de forma sustentável para gerar aumento da produção, com inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego é o objetivo do Programa de Desenvolvimento da Aquicultura. O principal foco do mesmo está na regulamentação do uso das

águas da União (águas interiores e marinhas) para criação de peixes e outros organismos aquáticos, possibilitando que milhares de moradores de comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares) tenham acesso, de forma gratuita, a uma parcela para produção por um período de até 20 anos. No caso de projetos para a iniciativa privada e de maior porte, as áreas são concedidas por meio de cessão onerosa. Sendo a cessão (nas modalidades não onerosa e onerosa) das áreas aquícolas um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos parques aquícolas no país.

Propostas de Síntese

Desenvolver a aquicultura de forma sustentável para gerar aumento da produção, com inclusão social, **responsabilidade ambiental** e contribuir para o incremento da renda e da oferta de trabalho é o objetivo do Programa de Desenvolvimento da Aquicultura. O seu foco está na regulamentação do uso das águas da União (águas interiores e marinhas) para criação de peixes e outros organismos aquáticos, possibilitando que milhares de moradores de comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores artesanais) **assentados, aquícultores e agricultores familiares empresários, associações e cooperativas** tenham acesso, de forma gratuita, a uma parcela para produção por um período de até 20 anos, prorrogáveis. No caso de projetos para a iniciativa privada e de maior porte, as áreas são concedidas por meio de cessão onerosa. Sendo a cessão (nas modalidades não onerosa e onerosa) das áreas aquícolas um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos parques aquícolas no país, **estimulando o desenvolvimento da aquicultura para os micro e pequenos produtores.**

DF, PR, RN

Que os títulos de concessão de uso das áreas aquícolas para maricultura familiar sejam ser emitidos em nome do homem e da mulher.

SC

217. Para a seleção dos corpos d'água (de águas de domínio da união), são observados também, aspectos de conveniência e oportunidade para a formação de parcerias visando à execução dos estudos. Desta forma, a SEAP/PR tem como prioridade a demarcação de 40 reservatórios, além da demarcação dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDMs) definidos em 13 estados.

Proposta de Síntese

Para a seleção dos corpos d'água (de águas de domínio da união), são observados também, aspectos de conveniência e oportunidade para a formação de parcerias visando à execução dos estudos. Desta forma, **o MPA tem como prioridade a demarcação de 40 reservatórios, além da demarcação de Parques Marinhos definidos a partir dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM). É fundamental que estas demarcações tenham ampla participação das comunidades envolvidas garantindo a gestão compartilhada destes territórios produtivos, e que a sociedade seja informada dos estudos em andamento e já concluídos.** **BA**

218. Portanto, no momento, estão sendo implementados os parques aquícolas nos reservatórios de vários Estados, entre eles: Itaipu (PR), para 73 famílias; Tucuruí (PA), com aquisição de 2.600 tanques redes para produção estimada em 15 mil toneladas/ano; e no Castanhão (CE) para produção de 32

mil toneladas/ano. E estão sendo concluídos os estudos para as licitações de Ilha Solteira (SP) (100 mil toneladas/ano), Furnas (MG) (80 mil toneladas/ano) e Três Marias (MG) (56 mil toneladas/ano). O objetivo da criação dos parques aquícolas é além de ordenar e legalizar o aproveitamento destas águas para a produção de pescado em tanques-redes, possibilitar a geração de ocupação, renda e alimento com sustentabilidade.

Proposta de Síntese

No momento, estão sendo implementados diversos parques aquícolas nos reservatórios de vários Estados, entre eles: Itaipu (PR); Tucuruí (PA); Castanhão (CE); Ilha Solteira (SP), Furnas e Tres Marias (MG) e estão sendo concluídos os estudos de outros como Xingó e Moxotó (AL). Novos estudos estão previstos para implementação de novos parques aquícolas e posteriormente serão efetuados estudos para implementação de parques aquícolas em corpos de água de pequeno porte, para os Estados que não possuam grandes reservatórios. O objetivo da criação dos parques aquícolas é além de ordenar e legalizar o aproveitamento destas águas para a produção de pescado em tanques-redes, possibilitar a geração de ocupação, renda e alimento com sustentabilidade.

AL, SC

219. Para o fortalecimento da cadeia produtiva aquícola também estão sendo desenvolvidas diferentes modalidades de ações em estabelecimentos rurais através do fomento à aquicultura e transferência de tecnologias de cultivo adequadas.

Proposta de Síntese

Para o fortalecimento da cadeia produtiva aquícola também estão sendo desenvolvidas diferentes modalidades de ações em estabelecimentos rurais através do fomento à aquicultura e transferência de tecnologias de cultivo adequadas, **bem como incentivos diferenciados para estruturação das cadeias produtivas, tais como: a produção de formas jovens (larvas, alevinos, etc.) pela iniciativa privada, a capacitação e qualificação dos produtores; a criação de linhas de crédito específicas para a aquicultura familiar; a redução da tarifa de energia elétrica; a desburocratização do processo de licenciamento e de regularização dos empreendimentos de aquicultura e; o desenvolvimento de mecanismos para a geração de créditos de carbono de forma a fomentar a prática de cultivo de espécies de peixes nativos.** **CE, RS**

Nova Proposta

220. Além disso, é preciso: dar continuidade aos estudos para demarcação de parques aquícolas marinhos e continentais, incluindo novas tecnologias e diversificando as espécies e assegurando as vias de acesso aos parques aquícolas; o aproveitamento de áreas degradadas, a partir de estudos técnicos, para a atividade de aquicultura; regularização de áreas para pequenos criadores de peixes; investir em pesquisas para reprodução e cultivo de peixes marinhos, com a instalação de tanques-rede para a capacitação de pescadores e maricultores; maiores investimentos e apoio tecnológico na aquícultura para o cultivo de algas marinhas visto que o mesmo proporcionaria sustentabilidade ao desenvolvimento da pesca e aquícultura; desenvolver esquemas de normatização e de certificação da cadeia produtiva da aquicultura; redimensionar os investimentos públicos, contratar reforços e capacitar quadro de pessoal do MPA e do MAPA para uma efetiva execução do Programa Nacional de Sanidade de Organismos Aquáticos, de forma a promover a biosegurança nas cadeias produtivas da aquicultura nacional. **PA, PE, MG**